



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN  
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONCEPÇÃO INCLUSIVA DE  
EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O ENSINO  
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL**

Ivaneide da Silva e Silva

Asunción, Paraguay

2022

Ivaneide da Silva e Silva

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONCEPÇÃO INCLUSIVA DE  
EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O ENSINO  
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Maestría en Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito parcial para obtenção do grau de Master en Ciencias de la Educación.

Tutora: Dra. Olga González Cardozo

Asunción, Paraguay

2022

Ivaneide da Silva e Silva

**A prática pedagógica na concepção inclusiva de educação: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.**

Orientador: Dra. Olga González Cardozo

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2022.

Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação = 174p.

Palavras Chave: 1- Educação Inclusiva. 2 - Prática Pedagógica. 3 - Ensino Aprendizagem. 4 - Deficiência Intelectual. 5- Possibilidades e Limites.

Ivaneide da Silva e Silva

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONCEPÇÃO INCLUSIVA DE  
EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O ENSINO  
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ para obtenção do título de  
Master en Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

---

---

---

## **DEDICATÓRIA**

Agradeço a Deus pela permissão de chegar até aqui. Dedico ao meu neto Luiz Felipe, professores e as crianças com deficiências intelectuais da escola E. M. Dulce Almeida. Por fazer parte dessa história.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pela força e coragem durante toda essa longa caminhada.

Agradeço a minha família em especial meus pais Maria do Carmo da Silva e Sebastião Veloso, pilar da minha formação como ser humano.

Aos meus irmãos pela contribuição para realização desse sonho.

Agradeço aos meus filhos, Felipe Luan, Joab Renan, José Mateus e Késia Héllen, pela compreensão sobre minha ausência durante os estudos e minhas viagens para Assunção.

Ao meu marido Francisco das Chagas Ribeiro Lemos pelo apoio incondicional.

Agradeço a minha orientadora Olga Gonzalez Cardozo pelas suas orientações.

Um obrigado especial a Marcleide Nascimento, Marta Suely Cavalcante, Zenilda Nicácio, pela amizade, pelo apoio nos momentos difíceis, muito me ajudaram na realização desse trabalho sonho.

Quero agradecer ao Mateus Barroso, que também me ajudou nessa trajetória, me acompanhou na primeira viagem para Assunção e meu todo apoio necessário para iniciar o curso.

A Universidad Autónoma de Asunción por nos permitir avançar em nossa carreira acadêmica.

Aos professores que estiveram comigo durante todo o curso de Mestrado contribuindo com o meu conhecimento.

Agradeço a todas as pessoas que direta e indiretamente fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida. O meu muito obrigado.

## SUMÁRIO

Lista de tabelas .....	viii
Lista de figuras .....	ix
Lista de quadros.....	x
Lista de siglas .....	xi
Resumo .....	xii
Resumen .....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
<b>1. CONCEPÇÕES E HISTORICIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>6</b>
1.1 Conceitos da pessoa com deficiência, terminológica e histórica .....	8
1.2. Deficiência intelectual.....	11
1.3. Políticas públicas direcionadas a educação inclusiva .....	13
1.4. Educação inclusiva e o desafio da formação e atuação docente no ensino fundamental II.....	16
1.5. Acessibilidade direito de garantia para o caminho da inclusão educacional .....	22
<b>2. ENSINO FUNDAMENTAL II: ASPECTO PEDAGÓGICO DA INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>26</b>
2.1. Educação básica e os desafios na implantação da inclusão do fundamental II... ..	28
2.2. Prática docente como ponto de partida do desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual .....	31
2.3. Como o AEE pode contribuir no planejamento pedagógico inclusivo? Tendo como recorte ensino fundamental II .....	33
2.4. O PPP e a perspectiva da educação inclusivo o aspecto escolar.....	39
<b>3. MARCO METODOLÓGICO .....</b>	<b>43</b>
3.1. Justificativa da pesquisa.....	44
3.2. O problema.....	45
3.3. Objetivos da pesquisa .....	47
3.3.1. Objetivo geral.....	47
3.3.2. Objetivos específicos.....	47
3.4. Desenho metodológico.....	47
3.5. Contexto da pesquisa.....	49
3.5.1 Delimitação da pesquisa.....	52
3.6. Participantes da pesquisa.....	54

3.6.1. Processo de seleção dos participantes .....	55
3.6.2. Professores.....	56
3.6.3. Coordenadores pedagógicos.....	56
3.6.4. Pais .....	56
3.7. Técnica e instrumento de coleta de dados .....	57
3.7.1. Entrevistas aos professores.....	58
3.7.2. Questionário semiestruturado aplicado aos pais/responsáveis.....	59
3.7.3. Validação dos instrumentos.....	59
3.8. Procedimentos da Pesquisa .....	60
<b>DADOS E CONCLUSÕES .....</b>	<b>62</b>
<b>4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>62</b>
4.1. Análise das entrevistas através de categorias.....	63
4.2. Análise documental.....	84
4.3. Análise da observação participante .....	87
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>91</b>
<b>SUGESTÕES.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>124</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA N° 01</b> – Dados de matrículas alunos com deficiência no fundamental II .....	18
<b>TABELA N° 02</b> – Participantes da pesquisa .....	57
<b>TABELA N° 03</b> – Relação entre objetos, técnica e fonte de informação.....	58

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA Nº 01</b> – Causas da deficiência intelectual .....	12
<b>FIGURA Nº 02</b> – Localização Geográfica do Brasil.....	51
<b>FIGURA Nº 03</b> – Cidade de Peritoró - Maranhão.....	52
<b>FIGURA Nº 04</b> – Escola Municipal Dulce Almeida.....	54
<b>FIGURA Nº 05</b> – Critérios para seleção dos Participantes .....	55

**LISTA DE QUADROS**

**QUADRO Nº 01** – Desenho da Pesquisa ..... 49

## LISTA DE SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- CME** – Conselho Municipal de Educação
- CNE/CBE** – Conselho Nacional de Educação
- CRFB** – Constituição Federal 88
- DI** – Deficiência Intelectual
- EPD** – Estatuto da Pessoa com Deficiência
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LOAS** – Leis Orgânica da Assistência Social
- MEC** – Ministério da Educação
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PCN'S** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PNEDH** – Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos
- PNEEI** – Política Nacional de Educação Infantil
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- SDH** – Secretaria dos Direitos Humanos
- SEESP** – Secretaria de Educação Especial
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de criança com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação. A inclusão no sistema educacional favorece a todos, no entanto ainda se encontra algumas dificuldades que estão diante das limitações de pessoas envolvidas nesse processo. Quando se fala de criança com deficiência intelectual, adotamos relacionar as metodologias que correlaciona com as práticas docentes ensino aprendizagem. No que diz a respeito a essa temática abordamos para estudo desse contexto alguns autores renomados Mendes, Mantoan, Gonzáles e Sasaki. O problema que norteou esse estudo fundamentou-se no questionamento quais as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação? A análise ocorreu com propriedade de modo consequente aos objetivos a ao problema investigativo, embargado o enfoque qualitativo como análise para obter os resultados, assim também adotamos como o método o estudo de caso para corroborar as características próprias e peculiares da escola. Adotamos o enfoque, uma pesquisa de análise descritiva, na intenção de descrever presentes feitos referentes possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de criança com deficiência intelectual. O foco principal analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação. Os participantes desta pesquisa são professores que atua no sexto e sétimo ano do fundamental II, coordenadores pedagógicos e famílias que tem alunos com deficiência intelectual matriculado na referida escola dos sexto e sétimo ano. Os resultados estabelecidos pela análise qualitativa descritiva modelo estudo de caso possibilitaram demonstrar as contribuições da inclusão quanto a metodologia e aprendizado correlacionada a prática pedagógica docentes, e os efeitos que trazem para educação inclusiva. No qual, resulta em pontos negativos e positivos.

**Palavras Chave:** 1- Educação Inclusiva 2 - Prática Pedagógica 3 - Ensino Aprendizagem 4 - Deficiência Intelectual 5- Possibilidades e Limites

## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar las posibilidades y los límites para la enseñanza del aprendizaje de niños con discapacidad intelectual basados en la praxis pedagógica en la concepción inclusiva de la educación. La inclusión en el sistema educativo favorece a todos, sin embargo, todavía hay algunas dificultades que se deben a las limitaciones de las personas involucradas en este proceso. Cuando hablamos de niños con discapacidad intelectual, adoptamos para relacionar las metodologías que se correlacionan con las prácticas de enseñanza-aprendizaje. Con respecto a este tema, nos acercamos a algunos autores de renombre Mendes, Mantoan, Gonzáles y Sasaki para estudiar este contexto. El problema que guió este estudio se basó en el cuestionamiento de cuáles son las posibilidades y los límites para enseñar el aprendizaje de los niños con discapacidad intelectual a partir de la praxis pedagógica en la concepción inclusiva de la educación. El análisis se llevó a cabo de manera coherente con los objetivos y el problema de investigación, emprendiendo el enfoque cualitativo como un análisis para obtener los resultados, por lo que también adoptamos el estudio de caso como un método para corroborar las características específicas y peculiares de la escuela. Adoptamos el enfoque, una investigación de análisis descriptivo, con la intención de describir los obsequios hechos con respecto a las posibilidades y los límites para enseñar el aprendizaje de niños con discapacidades intelectuales. El objetivo principal es analizar las posibilidades y los límites para la enseñanza del aprendizaje de niños con discapacidad intelectual basados en la praxis pedagógica en la concepción inclusiva de la educación. Los participantes en esta investigación son maestros que trabajan en los grados sexto y séptimo de primaria II, coordinadores pedagógicos y familias que tienen estudiantes con discapacidades intelectuales matriculados en la escuela referida de sexto y séptimo grado. Los resultados establecidos por el estudio de caso del modelo de análisis descriptivo cualitativo permitieron demostrar las contribuciones de la inclusión en términos de metodología y aprendizaje correlacionados con la enseñanza de la práctica pedagógica, y los efectos que traen a la educación inclusiva. En el cual, resulta en puntos negativos y positivos.

**Palabras clave:** 1- Educación inclusiva 2 - Práctica pedagógica 3 - Enseñanza del aprendizaje 4 - Discapacidad intelectual 5- Posibilidades y límite

## INTRODUÇÃO

---

A educação Brasileira vem caminhando há algumas décadas para uma escola que possa de fato ensinar e aprender mediante a concepção inclusiva de educação. Todavia apesar da caminhada histórica e também legal, ainda existem muitas controvérsias no que de fato deve ser uma escola que agregue que ensine de forma inclusiva, onde o respeito à diversidade e as diferenças seja uma ação precursora para tudo que a escola organiza e planeja.

É notório que Escola e Educadores possuem dificuldades para que a inclusão se materialize e de certa forma em alguns casos o debate torna-se “frio”, “desnecessário”, “volúvel” pelo próprio desinteresse em incluir estes alunos. Em alguns casos eles estão nas escolas de ensino regular pelo fato de que a escola não pode negar a matrícula, mas em detrimento as mais diferentes “mazelas” do sistema educacional brasileiro a permanência destes alunos torna-se um verdadeiro “martírio” diário.

Neste martírio diário, não se pode negar o Professor, que muitas vezes “não sabe o que fazer” mediante as demandas que possui em sala de aula. Os professores neste grande movimento de inclusão a partir da década de 90 passaram a receber alunos em suas turmas com as mais diferentes deficiências e estes seres humanos não foram “treinados”, ou seja, não receberam formação para que suas práticas pedagógicas fossem ressignificadas e assim pudessem de fato ensinar a todos.

Imagine um professor, chegando à sala de aula e se deparando com um aluno com deficiência visual e este professor nunca se quer teve oportunidade de saber ler em Braille, ou o deficiente auditivo que necessita das LIBRAS- Língua Brasileira de sinais, e tão pouco, o professor tem conhecimento. Imagine o aluno com deficiência intelectual que na em alguns dos casos ele não tem nada em sua morfologia que “avise” ao docente que ele é diferente. Neste sentido caberia a escola fomentar ações voltadas a formação docente continuada para que estes alunos pudessem se desenvolver.

A deficiência intelectual atinge quatro áreas (motora, cognitiva, linguagem e socioeducacional) do ser humano que as vezes podem estar juntas ou separadas dependendo do grau, onde cada ser humano passa a ter suas próprias características a partir especificidades que apresenta, daí muitas vezes os professores sentem dificuldades de se ensinar estes alunos. Almeida (2018) afirma ainda que “grande parte dos professores se sentem inseguros por não saberem lidar com estes alunos, além de encararem o aluno com deficiência intelectual como representação de negatividade”. (p.02).

O aluno com deficiência intelectual apresenta limitações, mas também possui habilidades e competências que se trabalhadas de forma correta este pode se desenvolver. Mas para que isso ocorra professores, equipe técnica da escola e também a família precisam caminhar de mãos dadas entendendo a importância da educação escolar neste processo.

É na escola que os alunos com deficiência intelectual vão construir suas possibilidades e seus limites a partir de estímulos cognitivos, sociais e motores, onde o meio será fator determinante para a construção de diferentes aprendizagens que possam fortalecer o dia a dia destes alunos tanto na escola como fora dela.

A partir das incursões iniciei como pesquisadora profundas reflexões. Ao longo de minhas vivências na sala de aula, foram muitos alunos que ali atravessaram meus dias de fazer laboral docente e que promoveram grandes inquietações no que concerne a se pensar sobre a Educação Inclusiva, pratica pedagógica, ensino aprendizagem e alunos com deficiência intelectual.

Nestas profundas reflexões surgiram inquietações “absurdas” que passaram a perambularam em minha mente e interrogaram o meu próprio fazer pedagógico por várias vezes. Mediante estes pressupostos, surge o objeto de estudo para esta investigação, as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação.

E as inquietações não pararam. Inclusão e deficiência intelectual permitiram trazer novas dimensões para este objeto de estudo, entre eles formação docente e pratica pedagógica. Um emaranhado de “coisas” que construíram rumos e de certa forma “vida” ao universo a ser pesquisado.

O interesse em desenvolver este trabalho nasceu da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a educação concedida aos alunos com deficiência intelectual reconhecendo os encontros e desencontros das políticas públicas nacionais, sua história, seus conceitos e suas bases legais, onde aprender com as diferenças, é propiciar a alunos e professores novas possibilidades de criar e recriar aprendizagens significativas.

Mediante este contexto, trazer a grande questão que conduzirá a presente investigação faz-se necessário, assim questiona-se: **Quais as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação?**

Para responder esta questão problemas, outras questões menores invadem as entrelinhas e tornam-se relevantes, e que chamamos de questões norteadoras de investigação:

- a) Qual a concepção de educação inclusiva possui os docentes?
- b) Que metodologias são utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual?

c) Que tipo de apoio pedagógico os docentes, os alunos e as famílias recebem para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual?

d) Quais as dificuldades dos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual?

A partir destes questionamentos moldam-se os objetivos de pesquisa:

**Objetivo Geral:**

Analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógicas na concepção inclusiva de educação.

**Objetivos Específicos:**

1. Apresentar a concepção de educação inclusiva na visão dos professores.
2. Identificar as metodologias que são utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual
3. Verificar que tipo de apoio pedagógico os docentes, os alunos e as famílias recebem para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.
4. Descrever as dificuldades dos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação ainda é objeto de grandes debates. São alunos que possuem estereótipos, que sofrem preconceito e discriminação construídos historicamente e culturalmente que admite de certa forma, que estes alunos são incapazes, inaptos e que tem o ensino e a aprendizagem negada por uma concepção doente, onde a diferença não é aceita e muito menos enxergada como benefício para quem com ela convive. Aprender com as diferenças, é propiciar a alunos e professores novas possibilidades de criar e recriar aprendizagens significativas.

A pesquisa aqui proposta é relevante, uma vez que a escola passará a ter uma maior sensibilidade em relação à inclusão de alunos com deficiência intelectual percebendo limites e possibilidades e ressignificando a prática docente e a função social da educação diante a formação de cidadãos pautada em uma visão holística e não fragmentada do contexto educacional na sociedade contemporânea. Para, além disso, a presente investigação trará resultados relevantes para a Ciência da Educação, todavia a pesquisa sofre mudanças, varia de acordo com o contexto, que sofre interferências do meio.

O contexto aqui retratado é o lugar, lócus de estudo, sujeitos de pesquisa. Assim, este objeto de estudo a ser pesquisado, servirá para novas leituras acerca da inclusão de alunos com deficiência intelectual, promovendo até mesmo, novas pesquisas, a fim de comparar, correlacionar resultados e propor estratégias que venham a garantir uma educação mais humana nas escolas.

De forma a conduzir teoricamente a presente investigação no que diz respeito a Educação inclusiva, a prática pedagógica e o ensino aprendizagem de alunos com deficiência intelectual faz-se necessário trazer ao debate desta as vozes teóricas que dialogaram e apresentem grandes contribuições, entre eles temos: Mendes (2010), Ribas (1996), Mantoan (2003), Gonzáles (2002), Silveira (2013), Sasaki (1997), Xavier (2002), Arantes (2007), Viana (2004), Carvalho (2004), Ferreira (2006), Facci (2004), Tardif (2007), Garcia (1999) e outros não menos relevantes para esta investigação científica.

Ressalta-se que para que esta investigação estivesse pautada na cientificidade o desenho metodológico fez-se necessário, a partir do tripé já referido tema, problema e objetivos de pesquisa. Assim esta investigação no que tange ao referencial metodológico esta referendada por: Triviños (2012), Chizzoti (2010), Teixeira (2014), Sampiere, Lucio e Collado (2013), Marconi e Lakatos (2010), Campoy (2018), Bogdan & Biklen (1994), Chizzotti (2010) que dialogaram afirmando e comprovando a cientificidade dos caminhos metodológicos aqui traçados e que permitem afirmar que esta investigação a partir da construção sistemática obedeceu uma metodologia científica.

O estudo aqui proposto foi do tipo **descritivo e explicativo** no paradigma **interpretativo**, onde possibilitou entender o fenômeno estudado, percebendo suas igualdades e a sua própria individualização, no caso as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir das práxis pedagógicas na concepção inclusiva de educação.

A abordagem utilizada é a **Qualitativa**. Ressalta-se que a abordagem de uma pesquisa está relacionada à forma com que se dialoga, se interpreta e se descreve os dados. Para esta investigação a importância não é numérica, mas sim as entrelinhas das falas dos sujeitos de pesquisa no bojo de suas percepções análises, pensamentos e concepções a partir da temática aqui proposta.

A pesquisa no que diz respeito ao lugar de Estudo ocorreu no Município de Peritoró um município brasileiro do estado do Maranhão, tendo como Lócus de investigação a Unidade Escolar Municipal Dulce Almeida. Os sujeitos de pesquisa foram 08 (oito) professores, 02 (dois) Coordenadores Pedagógicos e 06 (seis) pais de alunos com deficiência intelectual dos lócus de pesquisa aqui proposto representando estes 100% da população nesta investigação que para o alcance dos objetivos aqui propostos utilizou-se como instrumento de pesquisa entrevista semiestruturada e questionário previamente validado por 04 (quatro) doutores em educação da Universidade Autônoma de Assunção.

A análise dos dados partiu-se da análise descritiva explicativa onde se relacionou a teoria estudada com as percepções dos sujeitos de acordo com os objetivos já referidos nesta investigação científica.

A partir das incursões tornou-se interessante organizar os capítulos para esta investigação, mediante uma cronologia teórica que pudesse garantir “corpo” textual e também permitir respostas coerentes para o que se foi questionado.

Neste sentido esta dissertação está organizada: Capítulo I: Nas Entrelinhas da Educação Especial: A Historicidade como ponto de partida; Capítulo II: Educação Inclusiva: Fundamentos e Amparos Legais; Capítulo III: O Ensino Aprendizagem com Deficiência Intelectual na Concepção Inclusiva de Educação; Capítulo IV: Formação docente para o Ensino Aprendizagem do aluno Deficiência Intelectual. Capítulo V: Marco Metodológico; Capítulo VI: Análise dos Dados e por último a Discussão Final, onde iremos responder as questões levantadas por esta presente investigação e assim apresentar recomendações para minimizar a problemática em questão.

## 1. CONCEPÇÕES E HISTORICIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

---

Incluir não é apenas encaminhar o sujeito para escola, é necessário à articulação no Sistema educacional, política e social. Embora, obtivemos ganhos significativos nos últimos anos, ainda sim é preciso abranger muitos estudos e implantação das políticas públicas para que de fato a inclusão ocorra com grande efeito na sociedade atual. Com isso vamos aprofundar as concepções da educação inclusiva no Brasil.

De acordo com Aurélio (1999, p. 55), a palavra incluir está direcionado a definição com diz:

A palavra inclusão surge do latim do verbo *includere* e significa colocar algo ou alguém dentro de outro espaço, entrar num lugar até então fechado. É uma junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (*cludere*), que significa encerrar, fechar, clausular.

Sendo assim, pode-se afirmar que a incluir vai muito além desse conceito, onde as possibilidades direcionam novas etapas para associar a inclusão e suas concepções, nas quais houve muitas mudanças e desafios, e que cada vez mais, vem sendo discutidos e aplicados para o termo a pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Com isso, traz também uma nova etapa de acesso a indivíduos excluídos de determinados espaços e situações.

Nas historicidades mundial e nacional o surgimento de manifestações em relação à inclusão, vem ocorrendo de forma minuciosa, mas que alguns movimentos já vêm trazendo avanços das últimas décadas. Com esses movimentos a seguridade da inclusão inicia com o direito a pessoa onde todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos.

Na década de 60, com a intenção de buscar a inclusão em sentido mais amplo a ONU (Organização das Nações Unidas), traz o movimento mundial em defesa do direito de incluir, onde teve a presença de vários países e proporcionaram a mobilização mundial intenso abordando a chamada de dignidade para aqueles que precisam ser incluídos na sociedade perante a garantia por direito.

Embora na década de 60 houvesse avanços, década depois houve um retrocesso na caminhada da política direcionada a inclusão, a criação da Lei 5.692/71 fazendo com que os alunos, nas quais, apresentava algum tipo de deficiência, os tratamentos especializados e diferenciados. Com isso o processo de inclusão mais uma vez sofreu transformações e consequência relativamente à segregação dessas crianças em salas apropriadas especiais. Art. 9.

Para compreender melhor as concepções de inclusão e educação, Aurélio (1997, p.32) define que a palavra “Educação vem de Educar, origem do Latim *Educare* que é derivado de *EX*, que significa fora, *Ducere* que tem o significado de guiar, instituir e conduzir”.

Sendo assim, a teoria de Aurélio condiz para melhor entendimento nas concepções das ambas as palavras inclusão e educação, onde fortalece e possibilita abranger de forma significativa a análise teórica, não qual a inclusão educacional proporciona as características acerca de um processo que necessita de motivação para ir além das possibilidades no processo educativo de inclusão escolar, política e social.

Em 1990, ocorreu grande avanço no Brasil, a criação estabelecida da Lei 9394/96, onde institui as diretrizes que acarretam a inclusão de pessoas com capacidades com direito de frequentar na rede regular de ensino, perante o Artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996).

Com a evolução da criação desta Lei, e apresentado como um ponto inicial para outra conquista, na mesma década, também se dirimiu com conquista significativa com a Lei nº 3.298/99, que delibera a política Nacional para a integração da Pessoa com capacidade, definiu o conceito e formulou a concepção dos direitos e garantias para assegurar com a inclusão educacional.

Como respostas dos movimentos no século XX, foram lançados conflitos e transformações, com intuito de proporcionar um novo olhar a inclusão educativa no Brasil, com isso houve mudanças em relação a educação especial, a partir daí surgiram as expressões Educação para todos”, “Todos na escola” “Escola para todos”. Desta forma as concepções buscam novos sentidos ao incentivo para que de fato, a inclusão seja visto como foco principal no que se diz respeito a pessoa e sociedade inclusa no sistema educacional e social.

No início do século XXI no ano de 2001, foi adequado ao sistema educacional à construção do PNE (Plano Nacional de Educação), onde foi contemplando a inclusão de maneira mais abrangente e direcionada à diversidade. De acordo com o PNE ressalta “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o entendimento à diversidade humana”. A educação inclusiva produz um efeito de efetivar e atender a inclusão no contexto educativo e conseqüentemente social.

Em 2007, foi estabelecido à defesa mais aprofundada e humanitária em relação às deficiências, adotando a implantações nos currículos escolares da Educação Básica. Para esse feito, a MEJ (Ministério da Educação), UNESCO, PNEDH (Plano Nacional de Educação) e SDH (Secretaria dos Direitos Humanos), articularam-se, com esse movimento foi possível que o sistema brasileiro implantasse a inclusão dentro dos parâmetros curriculares escolares no Projeto Político Pedagógico (PPP).

De fato, obtiveram-se grandes avanços em relação à inclusão educacional, porém ainda é cedo quando se fala garantia de direito em todos os aspectos educacional. São necessários muitos movimentos e estudos para que de fato as políticas públicas sejam direcionadas para a educação inclusiva, concepções precisam ser vistas com prioridades e estabelecidas nas práticas pedagógicas e condições de acesso onde lema é igualdade. A CRFB (Constituição República Federativa do Brasil) (1988) que garanti e, “estabelece a igualdade condições acesso e permanência na escola como princípio, é dever do Estado oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino”. Portanto, ainda sim a educação inclusiva precisa avançar no Brasil, aprofundar estudos e colocar em prática ações pertinente para alcançar resultados significativos.

### **1.1. Conceitos da pessoa com deficiência, terminológica e histórica.**

Abordar nesse contexto abre possibilidade de compreender e definir o conceito da pessoa com capacidade, sobre tudo enfatizar os termos que ao longo tempo vem sendo alterados nacionalmente e mundialmente, dessa forma vale ressaltar que a história vem trazendo novo cenário com grande mudança em ponto de vista positivo e significativo. A finalidade busca o principal sujeito a permitir oportunidade de conviver, entender e reconhecer o outro, independentemente de suas limitações.

De acordo com o Decreto (3298/89) que define:

Deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (Art. 4º).

Acrescenta a Organização Mundial da Saúde (1985, p.142) que vai mais além a sua definição de conceito.

Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou uma função psicológica, fisiológica ou anatômica; incapacidade é toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar atividades, na forma ou medida que se considera normal para o ser humano; Impedimento é situação desvantajosa para determinado indivíduo em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe permite ou impeça o desempenho de uma papel que é normal em seu caso ( em função da idade, sexo, fatores sociais e culturais) .

Também o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, Art. 2º) fala:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais

barreiras, pode obstruir sua participação plena efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na década de 40 com fim da 2ª guerra mundial, muitas pessoas perderam algum membro do seu corpo, com isso tornaram pessoas incapacitadas para as atividades relacionadas ao trabalho, afazeres caseiros ou até mesmo no seu meio de vida, a partir disto a expressão para essas pessoas passaram a se enquadrar dentro das anormalidades, e serem rotulados como “os inválidos” ou “incapacitados”. Tempo depois obtive vários conceitos de expressão que foram impregnados, que de fato as pessoas se sentiam dessa forma. Como tal: minorados; impedidos; descapacitados; inatos; improdutivos; Aleijado; defeituoso; entre outros que foram colocados ao passar do tempo.

Houve evolução na mudança do termo no ano de 1969 no Brasil, diante de um movimento no ano de 1962 nos Estados Unidos, com a criação do primeiro Centro de Vida Independente em pró pela mudança da terminologia empregada no mundo. Considerando esse movimento o país menosprezou a conceituação para a pessoa “invalida” ou “incapacitados”, passou a ser usado o termo “deficiente” a partir da ementa constitucional Brasileira nº 1/1969. Passando por anos depois a Constitucional nº 12/1978, como garantia de acesso aos espaços públicos, com isso, proíbe os preconceitos e as discriminações.

Para Ribas (1996, p.63):

Ignorância não é atributo apenas dos mais pobres ou dos que tem menos. Estudo é algo que está presente em todas as camadas: sociais, em muitas famílias, grupos de empresários, funcionários do governo (federal, estadual ou municipal) e, até mesmo em muitos médicos que não se especializaram em reabilitar pessoas portadoras de deficiências ou que não têm prática no tratamento de algumas restrições do corpo (leves ou profundas).

O termo “deficiente” era utilizado com frequências até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época.

Posteriormente, a Constituição Brasileira de 1988, junto às alterações da emenda, modificou o termo “deficiente” para “pessoa portadora de deficiência”. Ainda sim houve muitos movimentos mundiais, que adotava outros termos e incentivava outros países a modificarem.

Ao longo da década de 1990 surgiu, a priori para substituir “deficiência”, começou a ideia de trazer nomenclatura que acreditava está dentro da realidade brasileira, a partir daí a terminologia passou a serem pessoas com necessidades especiais, posteriormente pessoas com necessidades educativas especiais. Em relação à educação inclusiva passou a ser chamado aluno especial. Por sua vez, esse termo era uma tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficiente”.

No início do século XXI, partiu então a ideia de as nações unirem e definir a terminologia mundialmente, para isso foi sugestivo movimento através da ONU realizar o 1º Fórum Internacional, e através dele, os países estabelecer em suas Leis, Ementa e Decretos ações que definia a terminologia para essas pessoas que precisaria de uma identidade relacionada ao termo.

Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, já fecharam a questão: querem ser chamados de “pessoas com deficiência”, em todos os idiomas. Esse termo faz parte do texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, adotado pela ONU em 2006, ratificado com equivalência de emenda constitucional no Brasil através do Decreto Legislativo nº 186 e promulgado por meio do Decreto nº 6.949/2009.

Para Sidney (2016, p. 23):

A construção de uma verdadeira sociedade solidária e inclusiva, portanto democrática, passa também pelo cuidado com a linguagem, uma vez que nela se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências. Assim todos esses termos inexatos, bem como todo e qualquer uso de expressões pejorativas, como: “ceguinho”, “mongol”, “retardado mental”, devem ser relegados ao passado.

Com a finalidade de empregar termos mais significativos, no qual favoreça a relação da pessoa com deficiência com seus meios produtivos e aptos a lançar a capacidade de desenvolver habilidades sem restrições, se ver então a necessidade de igualar o direito de todos em condições de construir sua autonomia e identidade.

No ano de 2014, no Brasil houve conferências dos municípios, dos estados e nacional realizada pelas LOAS (Leis Orgânica da Assistência Social), onde existe a Coordenação da Pessoa com Deficiência, e nela são instituídos para os cargos, participantes voluntária, movimentos e categorias as próprias pessoas que tem apresenta algum tipo de deficiência e juntos as outras representantes de entidade governamental, não governamental e civil, definiram através das conferências a terminologia que queria ser utilizado no seu contexto social, ético e moral. Com isso foi criado a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que diz:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Ressaltamos que até o momento no Brasil utiliza este termo.

No que se diz a respeito do conceito e terminologia o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p. 1):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Art. 1º).

Considera-se a terminologia para expressar a pessoa que apresenta algum tipo de deficiência, pessoa com deficiência, desta forma obstrui qualquer termo pejorativo a pessoa com deficiência que possa ter direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (Art. 4).

Acima de tudo é importante ressaltar que qualquer que seja o indivíduo todos é produtores das suas habilidades, o termo é mais uma patamar para lidar com o respeito para aqueles que tantas vezes foram tratados de forma desmerecidos. Na linguagem se expressa voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou discriminação a pessoa com deficiência. Por isso é importante frisar que pessoa com deficiência, acima de tudo é simplesmente, pessoa.

## **1.2. Deficiência intelectual**

A deficiência intelectual é caracterizada pelo funcionamento cognitivo que não corresponde à média esperada, ou seja, que esteja abaixo do que é considerado normal. Isso ocorre em média da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2004, constatou que cerca de 20% da população mundial possuía algum tipo de deficiência, sendo que, metade deste percentual refere-se a indivíduos com deficiência intelectual.

O primeiro empasse que encontramos para relatar sobre a deficiência intelectual (D.I.) é a maneira correta de como classificá-la. Já tivemos várias outras nomeações como: retarda mental, excepcional, retardado, deficiente, entre outros. Segundo a OMS (2018, P 280) que hoje o termo correto a ser utilizado é “pessoa com deficiência, para qualquer deficiência, e no caso da deficiência cognitiva o termo correto a ser utilizado é pessoa com deficiência intelectual”. No Brasil usa-se de acordo com OMS.

Conceituando a pessoa que apresenta o tipo de deficiência intelectual.

“A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro” (Honora e Frizanco, 2008, p. 103).

Em relação ao diagnóstico Carvalho (2013 p. 83) aponta:

O diagnóstico para pessoa apresenta DI necessita do envolvimento de grupos de fatores biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais. O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em

consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. De um modo geral, a demanda atende propósitos educacionais, ocupacionais, profissionais e de intervenção.

Para considerar o diagnóstico da D.I. é necessário haver falhas tanto na questão cognitiva da criança/ adultos e na questão adaptativa, pois se houver limitação em apenas em uma das questões não se considera como D.I.

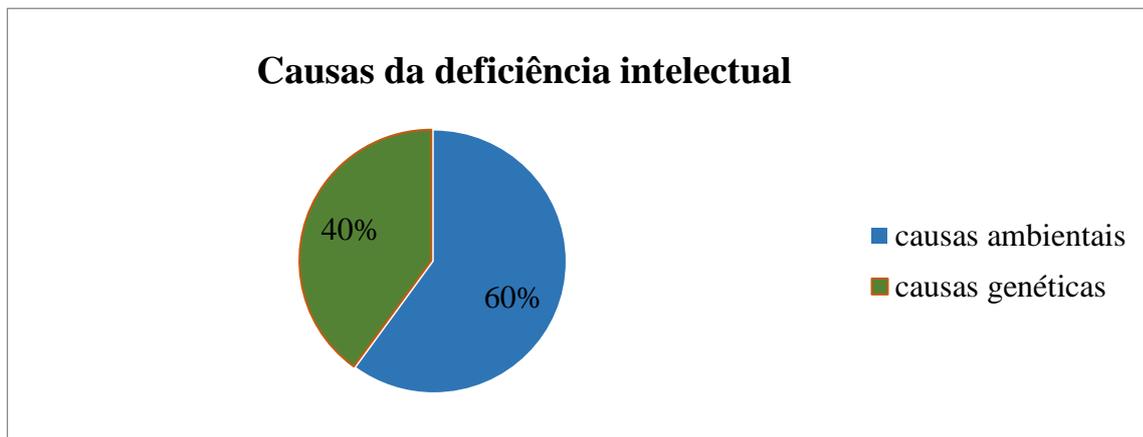
A questão em si não deve se pautar pela suposição, mas pela certeza de um diagnóstico que seja certificado por um profissional de saúde. Por se tratar de uma limitação que atinge determinadas habilidades da pessoa, é sempre bom lembrar que os casos devem ser analisados de forma isolada pelas peculiaridades que cada paciente tem.

As causas estão relacionadas de acordo com Honora e Frizanco (2008, p.104).

As causas da D.I. São desconhecidas de 30 a 50% dos casos. Estas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. Dentre as quais as mais conhecidas são: Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica.

A ONU classifica as causas da deficiência intelectual da seguinte maneira:

**FIGURA N° 01:** Causas da deficiência intelectual



Fonte: <https://google.com.br/search?q=imagens=https://onu>

A deficiência intelectual não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento. A grande dificuldade de conceituar essa deficiência trouxe consequências indeléveis na maneira de lidarmos com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte,

pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental (SEESP/ SEED/ MEC, 2007, p.15).

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, (AEE) pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo. A dificuldade de diagnosticar a deficiência intelectual tem levado a uma série de revisões do seu conceito.

Para Honora e Frizanco (2008, p. 107):

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre.

Nesse sentido o professor é capaz de identificar rapidamente o que o aluno não é capaz de fazer. O melhor caminho para se trabalhar, no entanto, é identificar as competências e habilidades que a criança tem. Propor atividades paralelas com conteúdo mais simples ou diferentes, não caracteriza uma situação de inclusão. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno.

### **1.3. Políticas públicas direcionadas a educação inclusiva**

De acordo com as autoras Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 7), a obra *A Política*, de Aristóteles (384–322 a.C.), é considerada como o primeiro tratado sobre o tema, ao introduzir a discussão sobre a natureza, funções e divisão do Estado e sobre as formas de governo. Ainda nesta perspectiva, as autoras complementam dizendo que:

O conceito de política encadeou-se, assim, ao do poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social definido e ao exercício do domínio exclusivo sobre um território e da defesa de suas fronteiras.

Silva (2002, p. 7) também contribui afirmando:

[...] que políticas se referem ao conjunto de atos, de medidas e direcionamentos abrangentes e internacionais, estabelecidos no campo econômico e estendidos à educação pública pelo Banco Mundial, dirigidas aos Estados da América Latina e assumidos pelos governos locais, que tratam de disciplinar, de ordenar e de imprimir a direção que se deseja para a educação nacional.

Garantir as políticas públicas no Brasil está previsto na Lei Federal 7.853/89 e na Constituição de 1988. No entanto, quando essa política se direciona para o processo de inclusão, aparecem alguns retrocessos por todos os sistemas: Educacionais; Políticas; Social; Organizacional. A partir daí pode compreender a mistificação da obrigatoriedade das ações em conjuntas para implantar as políticas públicas voltadas para a inclusão educacional.

De acordo com o Censo Demográfico brasileiro 2019, cerca de 45.600.00 são pessoas que apresentam algum tipo de deficiência no Brasil, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que significa 23% da população brasileira.

É possível relatar que 1,78% são crianças da faixa etária de 0 a 8 anos, apresentado algum tipo de deficiência: motora; mental; visual; auditivas; físicas; intelectual; múltiplas com altas e baixas habilidades; ou superdotação.

Todos são iguais perante a lei. Contra essa afirmação não há questionamentos, porém quando o Estado simplesmente não oferece condições de acessibilidade àqueles que precisam, instaura-se uma situação de vulnerabilidade. A Constituição prevê a igualdade material entre todos, assim sendo, é de responsabilidade do governo criar condições capazes de fazer com que as pessoas que enfrentam situações desiguais consigam atingir os mesmos objetivos.

Para isso, o Estado se coloca como promotor dos direitos individuais e sociais, e faz isso por meio de políticas públicas de inclusão das minorias e dos mais vulneráveis, seja por questões financeiras, econômicas e sociais, ou, por limitações motoras ou emocionais.

Promover ações que fortaleça a ideia de as pessoas participarem de movimentos em busca de melhoria e mudança para provocar que a garantia de direito seja cumprido e a essas pessoas dão acessibilidade para conquistas relevantes e fortaleça o processo de inclusão, faz com que novo olha defina e mais sujeitos envolvidos participem das políticas para esse segmento.

De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2012, pp. 12-13):

É singular constatar que ações, planos e programas de Conferência Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência que vem sendo desenhados pelo governo federal tem se orientado pelo resultado dessa participação, com destaque para as deliberações das I e II Conferências Nacionais sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada respectivamente em 2006 e em 2008. Nossa intenção com a presente publicação é apresentar os avanços conquistados nos últimos anos nas políticas para pessoas com deficiências, fruto da participação popular e do diálogo democrático estabelecido entre sociedade e governo.

A partir dessa ideia, são lançadas as políticas públicas para educação inclusiva. Com isso faz necessário fomentar o direcionamento para educação básica, onde possibilita uma ampla visão de avanços educacionais e que todos possam contribuir de forma significativa e participativa. É bom refletir que não é só papel da escola, mas principalmente do poder público, sistema educacional, profissionais da educação, famílias e sociedade. Nestes sentidos todos devem contribuir dentro do contexto que todos fazem parte de sua realidade de vivência.

A inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e regular e, também, o conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A distinção entre inclusão e integração esclarece que as escolas precisam passar por uma transformação, para que possam acolher todos os alunos em diferentes níveis de ensino.

Partindo desse princípio garantia de direito para todos os alunos, independente da sua condição, de estarem juntos participando e aprendendo, sem ser discriminado, o Ministério da Educação apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos.

O Plano Nacional de Educação- PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) incorporou dentro das políticas públicas tornou-se um importante marco na luta em defesa da escola inclusiva e tem como ideia norteadora o direito à educação, considerando as características dos alunos, com uma proposta de pedagogia centrada na criança e que respeite suas limitações e potencialidades.

Ao longo dos anos obteve grandes avanços para criança com deficiência, na educação básica no Brasil, a política pública direcionou para as políticas educacionais, tendo como ganhos a possibilidade dessas crianças serem já incluídas na educação infantil continuando no fundamental I e II.

Devido à política direcionada para a inclusão educacional, consolidou o Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências. A escola deve oferecer espaço físico para a realização das atividades escolares. No entanto, essas normas devem seguir a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nº 9050 e da FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola). Visto que a Lei Federal nº 7.853/89 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiências.

Mendes (2010, p.106), constata que, apesar do atual discurso inclusivo, as políticas públicas na educação do país ainda apresentam fragilidade:

A despeito das evoluções no discurso, na atualidade constata-se que, para uma estimativa de cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, cerca de 800 mil matrículas, considerando o conjunto de todos os tipos de recursos disponíveis, ou seja, desde os matriculados em escolas especiais até os que estão nas escolas comuns. As políticas públicas ainda se encontram fragilizadas. A grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais está fora de qualquer tipo de escola.

Apesar das políticas públicas, planos, ações e programas desenvolvidos nos últimos anos, voltados para a educação inclusiva, os desafios em torno desse processo persistem. Há a necessidade de uma maior intervenção do governo, sistema educacional e social mediante a ampliação das ações e investimentos públicos na área, da ampliação do acesso dos educandos com deficiência às escolas, formação de profissionais qualificados e promoção dos recursos necessários para as instituições educacionais.

Sander (2005, p. 116) examina a relação entre as ações das políticas públicas na área da educação. O autor evidencia que deve partir diretamente dos órgãos responsáveis como:

O papel dos sistemas no todo, aos órgãos dos governos nacionais, organizações não governamentais e comunidade internacional no desenvolvimento de políticas educacionais. Sua análise sobre as conquistas e limitações das políticas públicas para América, revela que as conquistas ficam por conta da formulação de políticas públicas, enquanto os limites são atribuídos à implementação das políticas públicas em benefício da população.

A educação inclusiva se configura como um paradigma emergente da educação especial. A educação inclusiva traz como propostas a promoção da diversidade nos sistemas de ensino regular; a convivência com a diferença; a necessidade de mudanças nos sistemas de ensino para que criem as condições necessárias para promoção da educação de todos dos alunos, assim assegurar que a política pública direcione para o sistema educacional de fato, possibilitando o direito de ser incluso no sistema educacional.

#### **1.4. Educação Inclusiva e o desafio da formação e atuação docente no Ensino Fundamental II**

É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todos, abrangendo, portanto, aquelas que apresentam capacidades intelectuais diferentes. Inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que proclamou, dentre outros princípios, “o direito de todos à educação, independente das diferenças individuais” esta declaração teve como referência a

Conferência mundial sobre educação para todos. A educação inclusiva propõe que todas as pessoas com deficiência sejam matriculadas na escola regular.

A educação inclusiva favorece a diversidade à medida que considera que todos os tenham como direito de igualdade, inclusive aluno com deficiência, e há necessidade de estender para todas as modalidades de ensino da educação básica. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola e do Sistema Educacional.

Segundo Mantoan (2003, p. 97)

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira e contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

De acordo com a Constitucional 1988, Art. 208, “educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. É relevante ressaltar a extensão desse atendimento para pessoa com deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência do Ar. 27, afirmar essa garantia para todas às modalidades.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 21).

Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência de todos que tenham a oportunidade de frequentar o espaço escolar.

Com isso os desafios conceituam as dificuldades encontradas na execução do acesso e permanência dos alunos com deficiência em todas as modalidades de ensino e ampliando de forma preocupante no Ensino Fundamental II da educação brasileira.

Ferreira (2005, p. 46), pontua que:

O professor-educador deve conhecer cada um de seus alunos, aprender sobre a personalidade e clima de sua turma, entender sobre as relações de poder dentro da sala de aula, sobre as experiências, os interesses e os conflitos subjacentes às relações humanas que permeiam a convivência diária.

Desse modo, para que os professores atuem de maneira coerente numa perspectiva inclusiva é necessário que eles abandonem a visão de que todos os alunos devem alcançar o mesmo nível de aprendizagem. Logo, é preciso que se leve em consideração à capacidade e o limite de aprendizagem de cada aluno.

A garantia de direito da LDB, assegura a continuação das matrículas e premências aos estudantes que conclui a modalidade de ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano) para o fundamental II (do 6º ao 9º ano), de forma automática, no entanto, quando se trata de estudantes com deficiência, existe a garantia, mas muitos alunos não são matriculados, com a permanência continua da modalidade de ensino do fundamental II.

Apesar de que, tenha crescido a continuação de matrícula no ensino fundamental nas escolas públicas no Brasil. O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA de 2018 indica que a modalidade logrou o aumento, de 2012 a 2018, mas ainda assim, não condiz com a realidade de atender a necessidade inclusiva brasileira. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o Brasil possui 210,6 milhões de habitantes e 23,9% apresenta algum tipo de deficiência.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 3,8% entre 11 a 14 anos apresenta algum tipo de deficiência.

### **TABELA N° 01: Dados de matrículas de alunos com deficiência na modalidade de ensino fundamental II**

---

De acordo com o Censo Escolar 2018, desses 3.8% apenas 2,4% está matriculado e frequenta o espaço escolar nos anos finais do ensino fundamental II. 1,4% dos jovens entre 11 a 14 anos que apresenta deficiência no Brasil estão fora da escola no ensino do fundamental II. Equivalem mais ou menos 44 188 jovens com capacidade diferente não matriculado.

---

Fonte: Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2012/2018.

A intenção de trazer esses dados é apontar o acréscimo eminente em 2018, muitos das pessoas com deficiências entre a idade de 11 a 14 anos, não tiveram sua matrícula efetivada dando a continuação da educação básica.

Para atender a demanda inclusiva para ensino fundamental II o Plano Nacional da Educação (PNE), define metas para a garantia da execução de matrícula continua da educação básica:

Traçar metas que estabelece a matrícula e a permanência de criança, adolescente, jovens e adultos, atendendo todas as modalidades de ensino da educação básica. A política da educação especial adotado pelo Ministério de Educação determina que a educação inclusiva seja prioridade (Brasil, 2017, p. 11).

Ainda acrescenta:

Apesar das ofertas, cerca de 30% de crianças e adolescentes de 09 a 14 anos com deficiências estão fora do espaço escolar. Constata-se o Plano Nacional para atender a todos em 100% até o ano de 2035, dividido em meta para decorrer do ano, 30% até o ano de 2020, 50% ano de 2025, 75% ano de 2030 e 100% ano 2035. Assim almejado garantir a inclusão já na modalidade infantil, expandido para fundamental e I e II iniciais e finais, assegurando a educação básica para todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 2017, p. 15).

Apontar os dados traz a relevância de mostrar as informações trazidas pelo MEC, com isso também ressalta, que embora, se tenha grande número de matriculados no fundamental II, percebesse que ainda tem o percentual alto de pessoas com capacidades intelectuais diferentes, que não tiveram a matrícula continuada ou não tiveram o acesso à educação básica.

Os dados é uma forma de indicação, no qual norteia a fragilidade de retratar as ações devidas para ser tomadas, onde se faz necessário implantar estratégias para a busca desse público alvo, garantindo o direito de serem matriculadas nas escolas proporcionando a oportunidade de continuar frequentando a educação básica dos anos iniciais e finais. A inclusão de fato ser firmado é preciso promover a acessibilidade que permita a realização da matrícula com permanência de aluno com deficiência, e assim possibilitar avanços significativos dentro da realidade brasileira.

O desafio não é apenas a ausência de matrículas, mas adotar método que direciona a formação docente e sua atuação para ensino de fundamental II. É preciso refletir sobre o modelo de formação docente, que contribua de forma relevante para esse ensino, uma vez que muitos alunos com deficiência desta modalidade são desistentes por não conseguir se apropriar de conteúdo ou mesmo se adaptar a modalidade de ensino por cada turma apresentar vários professores com diferentes disciplinas.

Stainback e Stainback (1996, p. 412) aborda sobre a sociedade que vem contribuído para acentuar esses preconceitos à medida que valoriza padrões sociais homogeneizadores e desconsidera todas as formas de diferença.

A escola deve tornar-se um lugar onde o acesso intencional aos grupos é facilitado e onde cada aluno tem a oportunidade de desenvolver sentimentos positivos sobre as qualidades singulares que ele traz à comunidade educacional.

Para que isso ocorra é necessário que a sociedade acolha e valorize a diversidade como um processo natural. De fato, a educação inclusiva representa um novo paradigma no sistema educacional, levando em consideração que todos, nos quais atuam no espaço escolar estejam preparados para lidar com esse processo, portanto, o professor tem um papel fundamental de assegurar esse conceito para que sua prática seja de grande relevância para todos, principalmente na educação inclusiva.

Facci (2004, p. 250) diz:

É necessário pensar a formação do professor como um processo que promova a sua própria humanização para além do senso comum e que, na qualidade de membro atuante na sociedade, possa colaborar com a transformação social, a qual tem como pressuposto a transformação de sua própria consciência.

A formação perpassa como ponto de partida devendo ser sempre renovada, e consolidar dentro de sua prática, com isso não importa a modalidade de ensino, sempre será um instrumento atuante para lidar em todas as áreas do conhecimento e para todos os docentes independentes de suas áreas de atuação em relação às disciplinas.

Quando se fala de formação inclusiva para modalidade de ensino fundamental II, tem-se uma grande preocupação, pois no Brasil, a formação na maioria das vezes não é direcionada para inclusão propriamente dita, e, quando se fala ensino para 6º ao 9º ano que é a modalidade do fundamental II, a resistência é maior. Então como seria uma formação para lidar com esse público, já que são apresentadas deficiências diferentes e o docente passa apenas 80 minutos no máximo por sala.

Segundo Libâneo (1998), a formação continuada leva os professores à ação reflexiva, pois com ela os professores poderão repensar as atividades, considerando a sua própria atuação no decorrer da aula, avaliando os pontos positivos e/ou negativos, buscando e alcançando melhorias no rendimento acadêmico de seus alunos.

A formação continuada está para além de uma simples recomendação, estando à mesma prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN que em seu art. 62 assim estabelece:

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 (o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e outras atividades) far-se-á por meio de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. Parágrafo único: garantir-se-á formação continuada para profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica, ou superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e pós-graduação (Brasil, 1996, p. 29).

Assim como a sociedade está em constante movimento, a educação acompanha essa instabilidade. Há alguns anos discutia-se na casa de quem a pessoa com deficiência ficaria para ser cuidada, atualmente discute-se sobre a escola onde a pessoa com deficiência estudará, em uma sala que prega a educação inclusiva, porém para a qual o professor nem sempre está adequadamente preparado. A legislação sobre educação inclusiva e formação continuada foi determinada, entretanto não há uma obrigação de atuação conjunta.

Tardif (2007, p. 303) reflete sobre reformas na formação de professores nos últimos dez anos, assim como o lugar ocupado pelos saberes dos professores nesses modelos propostos afirma: “as reformas deixam em aberto a questão do saber dos professores vinculados à sua identidade profissional e ao papel que desempenham”. No entanto, não é apenas a formação, mas relacionar a prática pedagogia.

Sendo assim, ressalta-se o caráter processual pelo qual o professor se desenvolve profissionalmente. Apesar disso, diante do processo de desenvolvimento profissional, a formação inicial recebe considerável destaque, tendo em vista que é o momento no qual os professores precisam adquirir o corpo teórico/prático que oficialmente os habilita a lecionar. Em função da relevância deste momento na formação docente, é importante a formação contínuas de professores na perspectiva da educação inclusiva.

Assim, Almeida (2007, p.336) afirma que, “[...] formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”. Logo se percebe que não importa as modalidades de ensino, há uma necessidade de o sistema educacional oferecer condições necessárias para atender a todo e conseqüentemente a educação inclusiva.

Para Ferreira (2006, p. 231):

[...] compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

Entende-se que os desafios são muitos tanto para os docentes, quanto para os discentes, mas para a educação de fato funcione é um papel de todos, sistema educacional que deve oferecer formação adequada que atenda a demanda nas escolas do ensino fundamental II. Neste pode se dizer que a insegurança de alguns educadores e seu despreparo para enfrentar estas dificuldades, os leva a frustração pessoal e ao mesmo tempo a um compadecimento para o educando incluso.

E para levar a prática pedagógica em consideração, junto ao seu desenvolvimento não é um papel fácil de garantir, mas que a mediação possibilita e reque uma reflexão. Nóvoa relata da

necessidade “[...] de uma flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal, é que se torna relevante “investir na pessoa” e atribuir valor aos saberes constituído no campo de atuação docente” (Nóvoa, 1992, p. 25).

Nesse contexto, sempre há indagação, e conseqüentemente gera algumas perguntas: qual tipo de formação o sistema educacional oferece para o docente? A formação oferecida atende o processo de inclusão? A formação oportuniza a preparação do professor para ensino fundamental II com alunos com capacidades intelectuais diferentes? E para explicar essas interrogações, a LDBE (Lei Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.394/1996 estabelece no Art. 62. “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior de licenciatura plena admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental”.

Por tanto, a inclusão deverá atender a todos os alunos na Educação Básica ofertada pela Lei 9394/96. “Os alunos com necessidades educacionais especiais precisam ficar na sala comum com todos os apoios e assessoramento que forem necessários” (González, 2002, p. 208).

Para tal ocorre é necessário a conscientização que esse papel é de todos, e para não negar o direito garantido por lei, não deve simplesmente fechar os olhos, a o contrário deve proporcionar a inclusão daqueles que necessitam de oportunidades para continuar na educação básica da modalidade anos finais, e o professor precisa está preparado para lidar com esses alunos e somar sua formação com a prática proativa no contexto de cada aluno. E o sistema educacional oferecer a formação adequada para cada modalidade de ensino na perspectiva inclusiva.

### **1.5. Acessibilidade direito de garantia para o caminho da inclusão educacional**

Todos são iguais perante a lei. Contra essa afirmação não há questionamentos, porém quando o Estado simplesmente não oferece condições de acessibilidade àqueles que precisam, instaura-se uma situação de vulnerabilidade. A Constituição prevê a igualdade material entre todos, assim sendo, é de responsabilidade do governo criar condições capazes de fazer com que as pessoas que enfrentam situações desiguais consigam atingir os mesmos objetivos. Para isso, o Estado se coloca como promotor dos direitos individuais e sociais, e faz isso por meio de políticas públicas de inclusão das minorias e dos mais vulneráveis, seja por questões financeiras, econômicas e sociais, ou, por limitações motoras ou emocionais.

No ano de 2015 no Brasil foi Instituída a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e nesta Lei garante no Art. 53, “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Essa garantia vai mais além, quando abrange outros aspectos relevantes e determina avanços importantes no Art. 55.

A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade (Brasil, 2015, p. 23).

O termo acessibilidade deriva-se do latim *accessibilite*, que segundo Michaelis, Dicionário da Língua Portuguesa (2015, p. 4) significa: facilidade de acesso, de obtenção. Facilidade no trato. O conceito de acessibilidade é entendido por Fortuna (2009, p. 15) como:

[...] a resposta física que passa pelas seguintes questões como posso chegar até o prédio X? Como entrar e me movimentar dentro daquele prédio Y? Como me movimentar entre os pisos e entrar nos cômodos? Como utilizar as instalações do banheiro? Como sentar no ônibus, sem a observância da lei dos obesos? Como pagar os impostos no banco em fila única, mesmo sendo paraplégico? Sou cego, como me locomover neste quarteirão? Entre outras.

Na perspectiva tratada pelo mencionado autor, a promoção do acesso a instalações físicas, reporta a situações do cotidiano que ofereçam benefícios a todos que utilizam principalmente as pessoas com deficiências, cadeirantes, pessoas com mobilidades reduzidas e todos aqueles que por alguma razão, definitiva ou temporariamente, veem limitadas suas capacidades de acesso e deslocamento. Sasaki (2009, pp. 1-6) trata a acessibilidade em seis diferentes dimensões:

- Arquitetônica: sem barreiras em ambientes físicos, residenciais, edifícios, espaços urbanos;
- Comunicacional: à acessibilidade que se dá sem barreira na comunicação interpessoal, língua de sinais, escrita incluindo texto em braile;
- Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional) de ação comunitária;
- Instrumental: sem barreiras nos instrumentos utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação;
- Programática: sem barreiras, muitas vezes embutidas em políticas públicas (leis, decretos e portarias);
- Atitudinal: acessibilidade sem preconceitos em relação a pessoal em geral.

Neste contexto pode-se dizer, evidencia que a acessibilidade de pessoas com deficiência perpassa o acesso físico, pedagógico, comunicacional, entre outras formas de oportunizar a interação entre os sujeitos.

No Brasil, em 1988, a Carta Magna equipara a condição de igualdade entre os cidadãos. Por isso, é necessário assegurar às pessoas com deficiência um tratamento que as equipare às pessoas que não têm deficiência. Se para isso forem necessárias adaptações e adequações espaciais, linguísticas, tecnológicas, de comunicação, de transporte entre outras, isso terá que ser providenciado, porque o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, assegura a todos os cidadãos brasileiros equidade de condições sociais. Diante da equidade, evitam-se atitudes que possam valorizar estigmas, porque, conforme segue:

O indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um estigma que, além de retirar da pessoa o seu caráter de ser humano, afasta aqueles com os quais ele se relaciona, favorecendo a atitudes discriminatórias. O estigma induz uma série de discriminações e essas reduzem as chances de vivência do estigmatizado revogando suas perspectivas de vida (Silveira, 2013, p.20).

A Educação Inclusiva assinala-se como uma política de justiça social que abrange os estudantes, no sentido mais amplo e defendida o conceito dessa prática educativa que é o da Declaração de Salamanca (ONU, 1994, pp. 17-18):

O princípio fundamental dessa Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas (superdotadas), crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Diante desses argumentos, percebe-se que as condições de acessibilidade têm sentido amplo, permeando a necessidade de direito garantido dada para as pessoas com deficiências, no sistema educacional.

Verifica-se, então, que acessibilidade se configura não só como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, mas também acessibilidades representam ações, pautadas em observações, executadas para que um ambiente se torne acessível. Um ambiente acessível é aquele que oferece condições para que todos o utilizem com segurança e autonomia.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, No. 13.146, de 06 de junho de 2015, ainda salienta que não apenas a acessibilidade é considerada um direito, mas também afirma que:

[...] a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 11)

Com o seu direito adquirido, é certo que as pessoas com deficiências estejam sempre na busca de ambientes que atendam às suas necessidades. A rede regular de ensino deve oferecer educação especial para qualquer aluno com deficiência. Esse processo exige mudanças na maneira de conduzir as aulas e também no modo de se relacionar com as turmas e famílias. Em outras palavras, é preciso preparo por parte dos educadores e profissionais envolvidos na gestão escolar.

Portanto, trata-se também de fazer com que a escola consiga acolher crianças com algum tipo de deficiência, visando o acesso à educação e minimizando os impactos causados por diferentes condições. O Sistema Educacional, Secretaria de Educação e o Poder Público devem implantar e garantir nas políticas Públicas o acesso pleno da acessibilidade para todos precisamente para alunos com deficiência.

É desejável que a gestão da escola cobre aperfeiçoamento dos professores para lidar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Ainda assim, sempre é válido buscar a orientação de outros profissionais em momentos de maiores dificuldades.

As escolas precisam ser adaptadas para acolher os alunos com deficiência, abrangendo tais condições: estrutura física, sala adaptadas, rampa, recursos pedagógicos, formação de professores, assim com estende fora do espaço escolar, mobilidade, transporte entre outros meios de acessibilidade.

Como se ver a acessibilidade na escola é de extrema importância para garantir boas experiências e a permanência do aluno em sala de aula. Promover a acessibilidade e auxiliar a construção de um ambiente escolar inclusivo é essencial para uma sociedade cada vez mais justa, ampla e diversificada. Por isso, é tão importante que você esteja por dentro das questões estabelecidas pela Constituição Brasileira no que diz respeito à educação das pessoas com deficiência. Dessa forma, você consegue adaptar e preparar a sua escola para receber um número mais variado de alunos e, assim, atendê-los da melhor forma possível.

## 2. ENSINO FUNDAMENTAL II: ASPECTO PEDAGÓGICO DA INCLUSÃO ESCOLAR

---

Presumir-se que a concepção sobre a educação permeia uma conjuntura que envolve uma ação transformadora, no qual, possa garantir a sua consonância na efetivação com autonomia no sistema educacional. Como também a garantia de acesso para todos. Neste contexto pode-se acreditar nas propostas pedagógicas de educação inclusiva, que aponta para a necessidade de políticas públicas que sejam direcionadas para essa questão. Assim pode-se ressaltar também, na própria reorganização das unidades de ensino, abrangendo todas as escolas, tal como, possa contemplar as modalidades de ensino inclusive fundamental II. Sobretudo, é imprescindível a necessidade de refletir as ações dos professores, enquanto sua prática pedagógica em sala de aula, onde irá fazer a diferença na educação inclusiva.

Para Mantoam (1997, p. 120):

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Desse modo, sabe-se que a proposta de educação inclusiva requer a reflexão sobre uma nova forma de lançar mecanismos para a prática pedagógica, o agente transmissor de conhecimento perpassa todas as diferenças e passa ser um mediador de ações transformadoras. Pensar um currículo inclusivo e que contemple, considere e respeite as diferenças, realizando uma intervenção pedagógica de forma diversificada, de acordo com as necessidades e características de cada um, se torna imprescindível para contribuir com a aprendizagem de todos os alunos.

Não é tarefa fácil protagonizar esse desafio principalmente no ensino fundamental II, as diversidades de disciplinas e professores na turma, traz uma reflexão maior e cuidadosamente, pois cada docente apresenta sua especificidade, fazendo com que a inclusão seja presente de forma negativa, para aqueles alunos que apresente limitações e com isso seja desagregado no espaço escolar. Proporcionando a exclusão embora o aluno esteja na escola, mas a prática pedagógica utilizada não condiz com a realidade do aluno com deficiência.

Carvalho (2004, p.32) aponta que a prática influencia no espaço escolar:

A escola deve ser, também o espaço da alegria, onde os alunos possam conviver, desenvolvendo sentimentos sadios em relação ao outro, a si mesmos e em relação ao conhecimento. Para tanto, a prática pedagógica deve ser inclusiva, no sentido de envolver a todos e a cada um, graças ao interesse e à motivação de todos.

Mas o fato é que muitas vezes os profissionais envolvidos com a educação têm se mostrado apáticos diante da estrutura educacional existente no país, e resistem a mudar o seu jeito de trabalhar,

não vendo saída para alterar sua prática pedagógica cotidiana. Acrescente-se a isso o fato das classes serem muito numerosas, e o tempo de horário por hora aula.

Ministrar uma prática, onde o docente tem apenas 40 a 80 minutos de aula, não é fácil, o suporte que necessita não é ofertado pelo Sistema de Governo da Educação para o ensino fundamental II. No Brasil são casos muitos raros o oferecimento de formação para essa modalidade de ensino, fazendo com que o desafio seja maior ainda. Quando se fala de inclusão, a dificuldade de incluir a prática pedagógica é muito grande, chega a ser à maioria do caso, causa de evasão e desistência escolar para aluno com deficiência.

Acredita-se que essa incumbência não está apenas atrelada a prática docente, mas toda situação que envolver o sistema educacional, ou seja, falta de formação contínua, estrutura escolar, tempo de aula, sala de recursos, apoio pedagógico entres outras situações. O que é relevante destacar que maior parte dos professores do ensino fundamental II, utiliza como recurso pedagógico apenas o quadro para repassar conteúdos na aula.

Existem novas tecnologias que muitas vezes não são disponibilizados para o uso, com medo que o aluno quebre, por isso, fica guardado, esses são alguns entraves, como também se tem é disponível e o professor não usa para mudar o paradigma de uma nova proposta de aprendizagem. E se a realidade enfrentada é difícil, faz-se necessários buscar formas para muda-la e torna o ambiente adequado para que os alunos tenham oportunidade e estudem.

Dessa forma, emerge então, uma nova organização social conhecida pela expressão “Sociedade da Informação”, que traz em um de seus aspectos: a presença dessas novas tecnologias, que se acentuam cada vez mais. Enfim, esta sociedade atual,

Vivencia uma realidade em que as crianças nascem e crescem manuseando as tecnologias que estão ao seu alcance. (...) A era da informação é fruto do avanço das novas tecnologias que estocam, de forma prática, o conhecimento e gigantescos volumes de informações. (...). Estas novas tecnologias permitem-nos acessar não apenas conhecimentos transmitidos por palavras, mas também por imagens, sons, vídeos, dentre outros (Viana, 2004, pp. 11-12).

Diante disto, os professores necessitam de formação para interagir com uma geração mais atualizada e mais informada, pois a sociedade tem avançado dia após dia em suas vastas áreas dimensões e com o advento da tecnologia não poderia ser diferente.

Não apenas a escola tende a se reformular com a influência de ideias e princípios inclusivos, mas também a própria sociedade, pois os olhares se voltam para as práticas de exclusão. A escola é construtora da ação de sujeitos imersos em uma sociedade e ao mesmo tempo em que age no sentido de transformar os sujeitos que vivem em sociedade é da mesma forma constituída por esta sociedade. Isto possibilita dizer que se a eliminação de práticas de exclusão não partir de mudanças na

sociedade, pouco ou quase nada se conseguirá fazer para eliminar práticas de exclusão na escola.

É urgente a necessidade do repensar a maneira como a sociedade tem visto a questão da exclusão e o que efetivamente têm feito para garantir a todos os direitos fundamentais.

A escola é apenas uma das formas de promover a inclusão e de possibilitar mudanças, entretanto, por se constituir enquanto lugar de formação de sujeitos, de acesso ao conhecimento, torna-se fundamental na propagação de princípios e práticas pedagógicas inclusivas, de garantia de um direito básico fundamental a todos, a educação formal.

## **2.1 Educação Básica e os desafios na implantação da inclusão nas escolas do fundamental II**

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil – CF/88 (Brasil, 1988), e posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Brasil, 2001) – Res. 2/01, a educação passou a fundamentar-se no princípio da “igualdade de condições e acesso e permanência na escola”, e visa garantir o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, bem como incluir os alunos com deficiência.

Há possibilidades de superar os desafios sociais e étnicos que promovem o impedimento e situações de preconceito e exclusão as quais podem afetar a todos, independentemente de qual seja a diversidade, encontra-se soluções e caminhos que façam com que as políticas públicas deixem de ser meramente um papel para se tornarem ações concretas. Para os alunos que os pais optaram em manter seus filhos em instituições que atendem crianças e adolescentes com deficiências, que hoje possuem escola de educação básica na modalidade de educação especial que tem como foco principal o desenvolvimento integral dos alunos, de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares (Brasil, 2001) e respeitam suas especificidades. Essas mantenedoras contam com os mesmos direitos que são assegurados aos alunos da rede regular, esses aspectos promovem a dignidade e a cidadania.

O grande desafio da educação atual, no que se refere à inclusão é ofertar a rede regular de ensino suporte constante e definitivo para alunos, professores e demais membros envolvidos no processo educacional, quer seja, quanto à capacitação de recursos humanos, adaptações necessárias nas estruturas arquitetônicas, disponibilização de recursos e materiais didáticos - pedagógico compatível com as deficiências existentes em cada escola implantando no plano de ação projetada de apoio às famílias, instrumentos de monitoramento do trabalho desenvolvido através de pesquisas quantitativas e qualitativas entre outros.

Para Arantes (2007 p. 96) conceitua a garantia de inclusão:

A inclusão deve garantir que os jovens tenham acesso à aprendizagem. Oferecer as condições necessárias para a operacionalização de um projeto pedagógico inclusivo é

um desafio para os gestores. Eliminar as barreiras arquitetônicas é o primeiro passo para uma inclusão efetiva, assim como a introdução de recursos e tecnologias assistivas.

A educação inclusiva foi à resposta para situações segregacionistas e que impediam o pleno desenvolvimento de alguns estudantes. Para alcançar a educação inclusiva é fundamental iniciar uma mudança de postura de alunos, gestores, professores e funcionários, já que se trata de um processo necessário e que não pode mais ser ignorado.

Implantar a inclusão no sistema educacional vem sendo fortalecendo há décadas, passando por avanços e fracassos, e também com conquistas através das políticas públicas, direcionados para educação básica. Nas modalidades infantil, e fundamental I, anos iniciais onde tiveram mais avanços relacionados à educação inclusiva. Vale ressaltar pouco se avançaram quando se fala anos finais da educação básica. A isso foram atrelados os desafios e barreiras impostos para essa modalidade, tanto para alunos com capacidades intelectuais diferentes, quanto professor.

Por meio dessa Conferência elaborou-se a Declaração de Salamanca, a qual trata de princípios, políticos e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central nessa Declaração. Assim [...] os jovens com necessidades educacionais Especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição de escola para a vida adulta produtiva (Sasaki, 1997, p. 115).

Essas são, em linhas gerais, as mudanças mais significativas ocorridas nos últimos anos do século XX em relação ao processo de inclusão, modificações essas que trouxeram grandes desafios para os países membros da Organização das Nações Unidas-ONU. Isso porque os países membros dessa organização deveriam agora adequar a sua legislação para atender a todos os excluídos socialmente, seja em termos educacionais, econômicos e culturais.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é reconhecida pela comunidade acadêmica como um marco histórico e político na área da educação especial no que se refere à luta pela inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Este documento proclama o direito de todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas necessidades individuais, ao acesso e permanência à educação por meio de um ensino planejado, capaz de atender a vasta diversidade destas necessidades.

De acordo com o documento, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, as quais, seguindo uma orientação inclusiva, devem assumir a responsabilidade de combater atitudes discriminatórias e oferecer educação de qualidade.

Observa-se, no entanto, que os preceitos inclusivos não defendem somente o acesso dessas crianças aos ambientes escolares, mas que elas se envolvam no processo educativo de acordo com as suas potencialidades.

Sanchez (2005, p.13) ressalta que,

Esta forma de entender a inclusão reivindica a noção de pertencer, uma vez que considera a escola como uma comunidade acolhedora em que participam todas as crianças. Assim, se ocupa dos “lócus”, no qual são educados os alunos e como estes participam dos processos que animam a vida das escolas, além de que cada aluno aprende na medida de suas possibilidades.

Como fatores condicionantes dos desafios que vem à tona no processo de implementação da educação no país, o que mais merece destaque, sem dúvida alguma, é o que diz respeito ao contexto socioeconômico nacional, pois muitos educadores referem-se a uma relação direta e intrínseca entre sociedade e educação e também porque, é galgado pela acentuada desigualdade distributivo de riqueza no país que determina, por sua vez, o acesso, a permanência e a qualidade das escolas.

A educação inclusiva diferencia-se das formas anteriores de inserção já que propõem mudanças significativas no meio educacional, partindo do pressuposto de que a sociedade é que deve se modificar e se adaptar para atender as peculiaridades e necessidades de seus alunos. Desse modo, as escolas devem proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento dessas crianças, estimulando-as para que se tornem sujeitos cada vez mais autônomos.

Para Sasaki (2006, p.21):

A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Esse princípio permite que as escolas direcionem seus esforços a fim de satisfazer as necessidades de todos os seus alunos, independente das suas características físicas, psicológicas ou sociais. Assim, a inclusão tem o propósito de atender às necessidades destes alunos fazendo com que os mesmos se sintam valorizados e estimulados para desenvolverem suas potencialidades.

Sendo assim, ressalta-se como desafios da implantação inclusiva na educação básica, enfatizando a modalidade II do fundamental, ainda se encontra no fator dimensional dos docentes, a falta de formação e uma preparação para lidar com esse processo que é bem mais complexo e envolve todo contexto social, governamental e pedagógico.

Quanto ao autor Xavier (2002, p.19) considera o seguinte:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas

pedagógicas que discriminam, segregam e os desafios da educação inclusiva e a escola excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Nos dias atuais uma expressiva escassez de formação de professores com educação inclusiva levando à falta de preparo dos docentes em assumir a responsabilidade de ensinar com qualidade e fazer a integração dos alunos em sala. Como também ressalta a necessidade da formação continuada para atender a esta clientela de alunos. Na prática atual, ainda se encontram professores completamente despreparados e com falta de apoio na rede de ensino para desenvolver seu trabalho com a qualidade necessária principalmente no fundamental II, que aponta várias fragilidades no contexto inclusivo.

## **2.2 A prática docente como ponto de partida do desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual**

Vygotsky deixou um importante legado referente às formas como as aprendizagens ocorrem, as quais devem contribuir para o desenvolvimento do sujeito, através das relações sociais. Entre tantos estudos voltados ao conhecimento do desenvolvimento humano, ele dedicou também a investigar o desenvolvimento da criança com deficiência. “a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural, pautado nas interações sociais realizadas entre o homem e o meio” (Vygotsky, 1989, p 36), neste sentido traz a ideia que o desenvolvimento humano acontece na relação social entre as pessoas por meio da interação e da mediação. Onde se constrói o conhecimento que em seguida será intrapessoal.

Garcia (1999, p.42) afirma que para Vygotsky o “desenvolvimento se apresenta em dois níveis, o real e o potencial; o primeiro representa aquilo que a criança pode realizar sozinha, e o segundo o que ela só conseguirá com a ajuda de outra pessoa mais capacitada ou realizará através da imitação”. Desse modo, aprender ou não aprender na escola está relacionado com as interações entre os sujeitos que compõem este cenário.

Compreender a educação como uma instituição social e possui como função primordial, a manutenção da cultura e os valores morais da sociedade, ela é entendida como um instrumento modificador social e transmissora dos valores morais e mantenedora da estrutura e funcionamento da sociedade vigente. A partir desse conhecimento o desenvolvimento se dará com a inclusão no espaço educativo, onde o professor mediador vai possibilitar a construção da autonomia de identidade, cultural, social e pedagógica.

Para Dewey (2007, p.131), o reajuste deve estar envolvido nas ações:

Toda a educação que desenvolve o poder de compartilhar efetivamente a vida social é moral. Ela forma um caráter que não apenas executa ações particulares socialmente necessárias, mas que participa do reajustamento contínuo, necessário ao desenvolvimento.

Neste contexto pode-se descrever que o desenvolvimento ocorre no meio social, mas o desenvolvimento de conhecimento pedagógico se dará no espaço escolar, no qual o professor tem um papel de mediador transformador e escola terá o papel de possibilidade ao acesso escolar de alunos com deficiência priorizando a construção de sua identidade de valores.

O desenvolvimento do aluno com deficiência inicia quando é garantindo sua efetivação na matrícula e permanência no sistema educacional. A adaptação, o convívio com os demais alunos, a interação no ambiente, o acolhimento, todo esse aspecto está atrelado ao fato que o aluno pode desenvolver através desses meios, além das atividades propostas pelo professor, que envolve a prática docente.

É fato ainda contundente que famílias, sociedade ou até mesmo profissionais se perguntam, o que o aluno pode desenvolver na sala de aula? Ressaltando que não é o aluno que tem que se adaptar à escola: a instituição de ensino é que deve se adaptar ao estudante, trata-se da lógica da educação inclusiva. Nessa perspectiva, novas estratégias devem ser criadas com o objetivo de promover a adaptabilidade da estrutura e das práticas educacionais, abrangendo um público heterogêneo.

Falconi e Silva (2002, p.9) diz que:

Considerando as dificuldades que os alunos com deficiências apresentam e a necessidade do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem elaborada, que visam atender e facilitar o desenvolvimento de todos os alunos é necessário que o professor ao planejar suas aulas tenha o conhecimento de qual prática está utilizando para atender as diferenças sem excluir a participação do aluno no conteúdo trabalhado em sala.

Pode-se dizer que o ponto de partida para o desenvolvimento para estudantes com deficiências se relaciona a prática desenvolvida pelo professor, onde possibilita a criação de estratégias para promover atividades que envolva a todos ao mesmo tempo, respeite a limitação do aluno de acordo com sua deficiência. Sendo assim, grande desafio para o professor, e para enfrentar esse desafio é necessário o professor está preparado para lidar com esse processo.

O sistema educacional deve estender com oferta de formação e capacitação para garantia de direito, como apoio necessário para atender essas demandas, com intuito de promover aprendizado significativo no desenvolvimento de forma igualitária para todos. Neste sentido Vygotsky (1997, p.12) afirma:

A educação, portanto, é essencial no desenvolvimento de todas as pessoas, inclusive as que possuem qualquer deficiência, assim como a deficiência intelectual. É possível entender que o aluno deve ser considerado, acima de tudo, um ser ativo capaz de pleno desenvolvimento desde que lhe sejam dadas as condições adequadas.

Diante desse contexto, o aluno com deficiência pode ser considerado uma pessoa capaz, dadas às condições adequadas, de se desenvolver. Assim, a educação escolar deve criar condições didáticas pedagógicas para que esse aluno possa desenvolver suas potencialidades.

Sabe-se da necessidade da inclusão educacional, mas é preciso da consciência de cada um refletir sobre a proposta da inclusão, não é só incluir e permitir que se tenha um novo na ação transformadora, que esse laço seja causado pela preparação e o querer fazer na perspectiva que esses alunos possam ser priorizados e oportunizados para desenvolver suas habilidades, revelando a sua capacidade que para desenvolver e aprender não tem limite.

### **2.3 Como o AEE pode contribuir no planejamento pedagógico inclusivo? Tendo como recorte ensino fundamental II**

Quando o atendimento educacional especializado é ofertado dentro da escola regular, ele deve ser parte integrante das discussões coletivas. Isso significa dizer que os estudantes e os profissionais das salas de recursos multifuncionais precisam estar fortalecidos dentro do espaço escolar e devem estar atrelados na construção do projeto político pedagógico (PPP).

Na busca de conhecimentos capazes de explicar o atual status da educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis e demais modalidades de ensino, percebe-se que a trajetória da educação especial se caracteriza por processos metamórficos que revelam uma combinação de fatores históricos, filosóficos, sociais, políticos e legais.

Esses fatores permitiram a organização do atendimento educacional para os grupos de sujeitos da educação especial, que, historicamente, foram excluídos da escola regular e das demais instituições sociais em virtude de suas condições cognitivas, sensoriais, físicas, psicológicas e comportamentais.

É relevante ressaltar que a educação especial carrega vestígios de uma educação historicamente marcada por práticas que dão ênfase à constituição orgânica do indivíduo, fundamentadas no modelo médico de deficiência e, conseqüentemente, na descrença das possibilidades de sua aprendizagem. Assim, alguns apontamentos se fazem necessários para entendermos essa trajetória e os movimentos que permitiram a concepção atual de inclusão, que medeia às ações dos profissionais das diferentes áreas que atendem esses sujeitos em nossa sociedade, em especial, dos profissionais da área da educação.

É importante destacar o significado do Atendimento Educacional Especializado (AEE), se enquadra no conjunto de atividades e recursos de acessibilidades e pedagógicos organizados institucional e continuamente para atender exclusivamente alunos com algum tipo de deficiência no contra turno da escola regular de ensino ou em instituições especializadas.

O Decreto da Resolução nº 4 de 2009, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, fortalecendo o (Decreto de 2008), definido no Art. 1º os sujeitos seu público alvo para ser atendido no AEE.

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Brasil, 2009, p. 17).

Ainda o Decreto (2009) acrescenta no Art. 2.

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Brasil, 2009, p 17).

Ao entender que o AEE enquanto serviço da educação especial tem como objetivo suplementar as necessidades advindas das demandas das deficiências defronta-se com a expectativa de que esse possa vir a garantir ações que potencializem os recursos dos educandos para que possa usufruir da escola regular acessando seu direito à educação.

Na continuidade desse alinhamento reflexivo, apresenta-se a legislação vigente através do Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, quando desse destaca-se o Art. 2º, ao declarar que:

A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011, p. 10).

O AEE vem sendo o protagonista na perspectiva inclusiva educacional, porém, não é papel apenas da escola, o envolvimento precisa abranger à todos, ou seja, sistema educativo, Secretaria de educação e em destaque professores, alunos com deficiência e família.

Nesse sentido o Decreto nº 7.611/2011 incube-se no inciso 1º

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (Brasil, 2011, p. 10).

Como também o Decreto lança o objetivo do AEE no Art. 3º

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Levando-se em consideração tal proposição, compreende-se que o AEE poderá agregar contribuições ao coletivo das escolas, uma vez que, participando do processo, os professores, familiares e demais profissionais poderão promover ações educativas que equiparem oportunidades a todos os estudantes, incluindo os com ou sem deficiência.

O AEE perpassa todas as modalidades de ensino, englobando o Ensino fundamental II, com isso faz-se necessário ressaltar que a escola necessita ofertar acessibilidade a sala de recursos multifuncional, São espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais

especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001, p. 12).

As salas Recurso da AEE possuem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação Especial e que necessitam do AEE no contra turno escolar.

A organização e a administração deste espaço são de responsabilidade da gestão escolar e o professor que atua neste serviço educacional deve ter formação para o exercício do magistério de nível básico e conhecimentos específicos de Educação Especial, adquiridos em cursos de aperfeiçoamento e de especialização.

Não cabe ao AEE realizar atendimento substitutivo, ou seja, no mesmo período em que o aluno estuda na classe comum. Após a publicação da PNEEI, o direito à educação desses alunos passa a ser destacados, assim como os recursos, serviços e apoios de que necessitam. Portanto, os suportes não podem se sobrepuser ao direito à educação. Assim, devem ocorrer no horário inverso das aulas regulares.

No caso do fundamental, nesse caso pode ocorrer no mesmo turno, quando se tem a divisão da carga horaria das turmas, embora não seja indicado. Isso se dá por meio de um trabalho colaborativo entre o professor regente e o especializado. Mesmo nesses casos, os alunos não são separados do grupo para receber o AEE. Ele deve ser organizado de maneira que a participação dos alunos nas diversas atividades seja mais qualitativa.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define-se que:

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional... [...] no processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação de tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (Brasil, 2007, p. 16).

Para que a política de educação inclusiva possa se efetivar é primordial e premente que os professores da classe comum, gestores escolares, professores de AEE e familiares tenham clareza desses papéis e objetivos. Eis então que nos deparamos com um dos maiores desafios do docente especializado: articular-se com todos esses atores, esclarecendo sua função enquanto professor do aluno, bem como enquanto parceiro da equipe escolar para trabalhos colaborativos com vistas a planejamentos e avaliações conjuntas do estudante atendido.

Segundo Mantoan (2003, p.23) o AEE deve atender cada caso de acordo com necessidade apresentada pelo os alunos com deficiências.

O ‘preferencialmente’ refere-se a ‘atendimento educacional especializado’, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Vale ressaltar que o professor tem um papel fundamental para esse processo, sendo preparado e capacitado para fazer o atendimento na sala de recurso. Diante desse contexto O professor especialista do AEE deve identificar as NEE; definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização; realizar a adaptação curricular, bem como os procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas; e trabalhar em equipe.

De acordo com Alves, (2015, p. 39) o docente atuar no AEE precisa estar preparado às atribuições e funções definidas. Esse versátil profissional tem muitos desafios e compromissos, além de uma grande responsabilidade. E destaca:

Reservar um dia da semana para planejamentos e estudos coletivos, envolvendo Coordenador Pedagógico, Professor Regente, Profissional de Apoio à Inclusão, Intérpretes de Libras, Instrutor de Braille/Libras;

Promover encontros mensais com os pais e/ou responsáveis pelos estudantes para socialização acerca de seu desenvolvimento e aprendizagem;

Organizar no AEE os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os estudantes público-alvo da educação especial;

Reservar um dia da semana para planejamentos e estudos coletivos, envolvendo Coordenador Pedagógico, Professor Regente, Profissional de Apoio à Inclusão, Intérpretes de Libras, Instrutor de Braille/Libras;

Promover encontros mensais com os pais e/ou responsáveis pelos estudantes para socialização acerca de seu desenvolvimento e aprendizagem;

Organizar no AEE os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os estudantes público-alvo da educação especial;

Registrar a frequência, diariamente, num diário escolar oficial;

Atender aos estudantes, duas vezes por semana, perfazendo um total mínimo de duas horas aula semanal (conforme o planejamento da escola);

Participar da elaboração do regimento interno da unidade educacional, bem como do Projeto Político-Pedagógico.

Diante desse contexto se ver a necessidade do professor está preparado e disponível para atuar no AEE, com o objetivo de garantir o acesso à inclusão educacional como também promover ação transformadora que englobe oportunidade ofertada para melhor aproveitamento e desenvolvimento para alunos com deficiência, priorizar métodos que de fato alcance resultado significativo, usando recurso que favoreça do cotidiano desses alunos, e permita que cada um construa e desenvolva habilidades.

O uso de mecanismo criativo, dinâmico e construtivo, engloba na Tecnologia Assistiva pode ser utilizada na Sala de Recursos Multifuncionais, na sala de aula comum, em casa, no trabalho, no carro e em qualquer lugar que seja necessário.

Galvão (2009, p. 26) define Tecnologia Assistiva como o meio de método para ser trabalhado com alunos com deficiência.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

O autor ainda acrescenta enquanto aos recursos da Tecnologia Assistiva

Portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada, uma bengala ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados sistemas computadorizados, utilizados com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência (Galvão, 2009, p. 31).

Tecnologia Assistiva pode ser utilizada na Sala de Recursos Multifuncionais, na sala de aula comum, em casa, no trabalho, no carro e em qualquer lugar que seja necessário. É interessante deixar claro que o aluno com deficiência pode sim levar tecnologia Assistiva para a sala de aula comum.

A ação pedagógica dirigida ao estudante com deficiência deve ser desenvolvida numa constante interação entre os professores das disciplinas do currículo da Educação Básica e o professor especializado, responsável por fazer a complementação curricular específica. Através desse trabalho de parceria, eles poderão utilizar múltiplas estratégias de ensino para atender as necessidades de seus educandos.

Tratando-se do AEE para estudantes com deficiência, na modalidade ensino fundamental II, sabe-se do déficit que existe nessa modalidade, mas complexidade repertório permite abranger especificidades a ser trabalhado quanto à deficiência apresentada. Isto não implica na oferta de uma educação diferente, pois necessário mesmo são o apoio pedagógico complementar, que deve ser

oferecido ao estudante com o suporte de recursos didáticos e equipamentos específicos para lhe proporcionar aprendizagens significativas.

Com isso deve salientar que as dificuldades não são apenas dos docentes, mas principalmente aos alunos com deficiência, que mesmo os professores aptos para os acolher, os obstáculos estão sempre presentes no cotidiano dessas pessoas, fazendo com que sua desistência e evasão escolar sejam frequentes. Portanto, essa temática deve trazer discussão participativa de todos, com o intuito de promover o bem-estar e inclusão educativa ativa e reflexiva na ação humana.

Sendo assim, uma nova concepção de educação transformadora consolidada com a ação humana no contexto escolar, já implantado na construção do Projeto Político Pedagógico, assegurando a participação de todos, para efetivar uma construção de uma nova etapa de eficácia e eficiência no sistema educacional inclusivo, favorecendo a todos, principalmente para alunos com deficiência possa seguir em frente com menos obstáculos para garantir sua construção de cidadania.

#### **2.4. O PPP e a perspectiva da educação inclusiva o aspecto escolar**

A partir da década de 1980 o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública iniciou um processo que pudesse instituir uma gestão democrática no ensino. Isto proporcionou uma autonomia escolar. Além de ter gerado diversas consequências positivas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996.

De acordo com os artigos 12 a 14 da LDB, a escola tem autonomia para determinar qual serão o seu PPP e a estrutura que será seguida. O documento é encaminhado posteriormente para a secretaria de ensino e deverá ser revisado pela instituição de ano em ano. Uma das formas de proporcionar este acesso, bem como a garantia de atendimento especializado tanto no contexto comum quanto em espaços próprios, pode ser vista também nesta Lei, quando abre a possibilidade para que a escola e os sistemas de ensino elaborem e implementem suas propostas pedagógicas, planos de trabalho e/ou projetos políticos pedagógicos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

[...] VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

[...] I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996, p. 08);

É fundamental destacar o conceito de Projeto Político Pedagógico a ser trabalhado, a qual se relaciona à própria organização e sistematização do trabalho pedagógico da escola. A construção do mesmo, parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e autônoma e valorização do indivíduo em várias possibilidades educacionais.

De acordo com Saraiva (2014, p. 76) define o PPP em três dimensões:

É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Esse conceito se refere aos planos de ações futuros que a escola pretende executar quanto às situações apresentadas, seja em curto, médio ou longo prazo. Outro ponto são as diretrizes políticas, partindo do princípio que o ambiente pode formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades.

Diane deste contexto pode-se ressaltar que o juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

A escola sendo um espaço social e democrático deve oportunizar uma gestão democrática visando à participação da comunidade escolar de forma direta e efetiva na elaboração do planejamento das suas ações educacionais. Dentro deste contexto, utiliza-se do Projeto Político-Pedagógico que é um instrumento de planejamento cuja importância está para além de uma perspectiva de eficiência, alcançando o nível de pacto político e democrático, pois permite a participação de todos com igual responsabilidade e espírito e cooperação.

Pensar a escola e a construção de seu projeto educacional perpassa conceitos que fundamentam o PPP, pois a gênese desse projeto deve estar pautada na visão de sociedade, nos paradigmas educacionais e no entendimento da escola como espaço de decisão e de gestão democrática. O PPP é um dos documentos de maior importância na escola, pois diz respeito à própria organização do trabalho pedagógico que está intimamente ligada à concepção, realização e avaliação do projeto educativo.

O PPP vai além de um agrupamento de planos de ensino e atividades, passando a ser uma ação intencional com um compromisso definido coletivamente, construído e vivenciado em todos os momentos. A principal possibilidade de construção do PPP passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade, isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva.

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (Veiga, 2007, p.13).

Há a necessidade de se refletir sobre por que os discursos, frequentemente críticos e inovadores encontrados nos textos nem sempre traduzem o cotidiano da escola refletindo a crise que ocorre na sociedade que é caracterizado pelo distanciamento entre discurso e ação.

O projeto Político pedagógico deve garantir sua autonomia e sua construção de novas perspectivas inclusiva promovendo acessibilidade para atender a todos os alunos, inclusive alunos com deficiências. Esse documento é o responsável por nortear a maneira como a escola planeja suas ações estratégicas e estabelece metas para conseguir evoluir no processo de ensino e aprendizagem.

No que se refere o PPP e o processo de inclusão, pode-se dizer que a implementação de um Projeto Político Pedagógico escolar, tencionado à inclusão educacional dos alunos com deficiência deverá atender ao princípio da flexibilidade curricular e metodológica, de maneira que seja adequado às condições desses alunos respeitando as diversidades e favorecendo o desenvolvimento de cada um. O Conselho Nacional da Educação define no Art. 2º o objetivo do PPP.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoas com deficiência ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivencia e convivência em ambiente educativo, tendo como fundamento e responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização de acesso, a inclusão, permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos Jovens e adultos

na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica (CNE/CBE, 2010, p. 05).

E ainda no Art.2º inciso II acrescenta. Estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica. (CNE/CBE, 2010).

Para Dias (2007, p. 20). A escola que se propõe trilhar um caminho pautado na perspectiva democrática e inclusiva deve respeitar e propor como estratégias educacionais.

O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. Assim, são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas metas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações.

Os mesmos princípios que embasam a proposta de educação democrática advinda da construção coletiva e dialética do projeto político pedagógico também se adequam às propostas inclusivas na educação em todos os seus níveis e modalidades.

Assim, para se pensar uma educação que tem como pressuposto a valorização da diversidade e da individualidade de cada sujeito consciente escola há que se pensar urgentemente em mudanças na organização pedagógica das escolas/instituições de ensino, uma maior integração entre as áreas do conhecimento, reestruturação metodológica e das propostas de ensino, uma avaliação da aprendizagem fundamentada em objetivos claros e concretos a partir das conquistas pessoais de cada aluno, garantia de atendimento educacional especializado, dentre uma série de outros princípios éticos, estéticos e intelectuais – que serão retomados mais adiante, e que nada mais são do que a garantia de um direito constante na legislação brasileira em todas as suas esferas administrativas – federal, estadual e municipal. Dessa forma pode executar e promover a garantia de direito, para todos, principalmente para alunos com deficiência, fortalecendo a educação inclusiva como o sistema transformador e construtor na formação de cidadania.

### 3. MARCO METODOLÓGICO

---

A investigação científica é um processo complexo e lógico compostas por múltiplas etapas estritamente vinculadas entre si que acontece de forma contínua e sequencial. Para melhor compreensão sobre o processo metodológico da dissertação, é cabível conceituar o termo método: segundo Campoy (2018, p. 41) “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão”. Por sua vez, o método científico pode ser definido como a maneira ou o conjunto de regras básicas empregadas em uma investigação científica com o intuito de obter resultados o mais confiáveis quanto for possível.

As incursões acima permitem trazer ao debate o método pelo qual a ciência se fundamenta, o método científico que Severino (2017, p. 102) afirma “é próprio e elemento fundamental do processo de conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não somente do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte e a religião”.

Assim, o autor supracitado também contribui ao dizer que se “trata de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos” (Severino, 2017, p.107).

Para cumprir essa função Campoy (2018, p. 39) estabelece que “a investigação deve ter em conta uma série de características como: controlada, rigorosa, sistemática, válida e verificável, empírica e ter sentido crítico”.

A partir da pesquisa científica o ser humano cria e recria, busca respostas aos problemas levantados, e passa a construir novos conceitos, novas concepções sobre diferentes temáticas modificando o espaço social e também comprovando e testando hipóteses previamente elaboradas.

A pesquisa é um projeto racional e sistemático com objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos, através da utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos até a satisfatória apresentação dos resultados. Elas podem ter razões de ordem intelectual e/ou razões de ordem prática, designadas como “puras” e/ou “aplicadas”. Para isso é necessário que, além das qualidades pessoais do pesquisador, consideremos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à sua efetivação (Gil, 2002, p. 1).

Fazer pesquisa na atualidade é entender que o homem como ser social vive em constante transformação e assim, portanto, transforma tudo que está em sua volta. E em meio a estas transformações sejam elas de contexto social, econômico, cultural temos a ciência como suporte aos questionamentos, descobertas e dimensões que esta pode alcançar. Ainda neste ponto de debate teórico, Ciência deve ser entendida:

Como conhecimento que pressupõe reflexão ou experiência sistemática, adquirida pela observação, identificação, pesquisa e explicação de fenômenos e fatos formulados metodicamente e racionalmente. Fazer ciência significa buscar o controle prático da natureza e nessa busca incessante, novos meios de controlar e dominar a natureza são produzidos, sedimentados e consolidados, mas nunca encerrados (Michel, 2015, p. 5).

### 3.1. Justificativa da pesquisa

O desafio da Educação Inclusiva brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional.

O interesse em desenvolver este trabalho nasceu da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a educação concedida aos alunos com capacidades intelectuais diferentes, reconhecendo os encontros e desencontros das políticas públicas nacionais para a inclusão do aluno com deficiência intelectual, suas possibilidades e limites de inclusão na escola.

A inclusão de pessoas com capacidades diferentes na educação ainda é objeto de grandes debates. São alunos que possuem estereótipos, que sofrem preconceito e discriminação construídos historicamente e culturalmente que admite de certa forma, que estes alunos são incapazes, inaptos e que tem o ensino e a aprendizagem negada por uma concepção doente, onde a diferença não é aceita e muito menos enxergada como benefício para quem com ela convive. Aprender com as diferenças, é propiciar a alunos e professores novas possibilidades de criar e recriar aprendizagens significativas.

Na mesma proporção que aumentam os discursos inclusivos de vários estudiosos, cresce também a descrença e o preconceito com relação a aprendizagem desses estudantes. Com base nesse questionamento é importante descobrir se além de inseri-los, esses estudantes estão tendo oportunidades de desenvolver suas habilidades através de práticas pedagógicas inclusivas, conjecturando se as leis estão sendo aplicadas efetivamente e se os professores dispõem de formações continuadas que lhes possibilitem lecionar com mais segurança e motivação.

Após milhares de anos as pessoas com deficiência ainda sofrem preconceito e discriminação. A sociedade exclui, segrega, esconde as possibilidades de desenvolvimento a essas pessoas. Mesmo após várias conquistas legais, ainda vivem à mercê de um sistema escolar egoísta, cheio de falhas e inseguranças. Os estudiosos relatam professores fugindo da inclusão, as escolas alegam falta de condições físicas e pedagógicas para atender esse público, os pais também falam da insegurança de ter seus filhos matriculados em uma escola comum e diante disso, já se resumem aí vários motivos que justificam a importância da temática escolhida, portanto, justifica-se saber se o sistema regular de ensino tem condições físicas, pedagógicas para concretizar o ensino inclusivo.

A pesquisa aqui proposta é relevante, uma vez que a escola passará a ter uma maior sensibilidade em relação à inclusão de alunos com capacidades intelectuais diferentes percebendo limites e possibilidades e ressignificando a prática docente e a função social da educação diante a formação de cidadãos pautada em uma visão holística e não fragmentada do contexto educacional na sociedade contemporânea.

Para, além disso, a presente investigação trará resultados relevantes para a Ciência da Educação, todavia a pesquisa sofre mudanças, varia de acordo com o contexto, que sofre interferências do meio. O contexto aqui retratado é o lugar, lócus de estudo, sujeitos de pesquisa. Assim, este objeto de estudo a ser pesquisado, servirá para novas leituras acerca da inclusão de alunos com deficiência intelectual, promovendo até mesmo, novas pesquisas, a fim de comparar, correlacionar resultados e propor estratégias que venham a garantir uma educação mais humana nas escolas.

### **3.2. O problema**

Preocupados em interpor um problema realmente expressivo e de caráter social relevante seguimos orientações de Gil (2002, pp. 24-25) que nos fala: “pode-se formular um problema cuja resposta seja importante para subsidiar determinada ação”, com isso fica claro que a resposta será alcançada pela ação dessa investigação envolta pela relevância social que apresenta essa temática. Ainda de acordo com Gil (2002, p. 26), “os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores. Os mais importantes são: os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais”.

Falar que a inclusão é um processo significa dizer que ela muda à medida que avança, encontra dificuldades e pode dar passos para trás até descobrir outros caminhos – a partir da interação com as pessoas, com os fatos e com as circunstâncias de cada tempo e momento. Significa também dizer que ela nasce dentro de cada um de nós, mesmo naqueles que já se consideram “inclusivos”

O dia a dia da sociedade brasileira pela universalização do acesso e permanência na escola caminha há décadas, onde pensar nesta reivindicação como prioridade para fomentar a ideia de educação para todos se solidifica ainda mais a partir da Constituição Federal de 1988, tendo o Estado a responsabilidade por sua promoção e incentivo e também a materialização de seus fundamentos e bases legais.

Neste contexto de uma educação para todos, entende-se como uma situação um tanto “necessária” e também “delicada”. Pensar em uma escola que garanta acesso e permanência respeitando as diferenças. É pensar em uma escola, ou um espaço educativo formal capaz de não somente oferecer a “matricula”, sobretudo oferecer possibilidades de aprendizagem a quem quer que

seja. Este “qualquer que seja”, são os diferentes seres humanos que constroem o espaço escolar e que além de caminhar por ele, interagem e constroem relações interpessoais, os alunos.

Se o espaço escolar constrói relações interpessoais e também aprendizagem, estas devem estar atreladas a partir de uma concepção inclusiva de educação. Ora seria então um espaço de respeito à diversidade, um espaço onde a garantia da permanência seria muito mais importante que o acesso em si só.

A partir destas incursões, vários questionamentos promovem uma inquietação para a construção da referida investigação, dentre os quais citamos:

- a) Qual a concepção de educação inclusiva possui os docentes?
- b) Que metodologias são utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual?
- c) Que tipo de apoio pedagógico os docentes, os alunos e as famílias recebem para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual?
- d) Quais as dificuldades dos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual?

Nesse sentido, acredita-se que essas problemáticas podem apresentar uma configuração mais específicas que são: descrição dos avanços inclusivos desde os tempos antigos até os dias de hoje; o verdadeiro significado teórico e prático da inclusão; a adaptação escolar como base de concretização inclusiva; os recursos tecnológicos como contribuintes da aprendizagem; a preparação dos professores para os desafios da escola inclusiva; a relação família/escola na concretização da inclusão escolar.

O que viemos dizendo nos situa em condições de plantear nosso problema de investigação, tendo em conta que segundo Campoy (2018, p. 42):

O problema é o ponto de partida de toda investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica vários passos interrelacionados. O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer situação que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada.

Portanto, a investigação em tela terá como trilha a busca por respostas sobre a indagação-motriz, a qual chamamos de questão problema: **Quais as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação?**

Segundo Campoy (2018, p. 51) “o problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer outra situação para qual não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada”.

### **3.3. Objetivos da Pesquisa**

#### **3.3.1. Objetivo geral**

Analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir das práxis pedagógicas na concepção inclusiva de educação.

#### **3.3.2. Objetivos Específicos:**

1. Apresentar a concepção de educação inclusiva na visão dos professores participantes da investigação.
2. Identificar as metodologias que são utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.
3. Verificar que tipo de apoio pedagógico os docentes, os alunos e as famílias recebem para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.
4. Descrever as dificuldades dos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.

### **3.4. Desenho Metodológico**

O desenho de pesquisa é definido como os métodos e técnicas escolhidos por um pesquisador, que ao combiná-los de maneira razoavelmente lógica, possuem a finalidade de que o problema de pesquisa seja tratado eficientemente.

A principal intenção desse estudo é chegar aos resultados propostos pelos questionamentos, objetivos geral e específicos e principalmente responder à pergunta problema central dessa pesquisa. A pesquisa aqui proposta classifica-se como: descritiva, corte transversal a partir do enfoque qualitativo.

A pesquisa descritiva pode ser definida como aquela que descreve uma realidade, como o próprio nome diz. Gil (2008, p. 28) ressalta que:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Dessa forma, para essa pesquisa, possibilitará entender o fenômeno estudado, percebendo suas igualdades e a sua própria individualização, no caso as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação.

Trivinos (2012, p.110) afirma que os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. É descritiva, pois como afirma Cervo, Bervian e Silva (2007, p.60) “observa-se, registra-se, analisa-se, correlaciona-se fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

A pesquisa também apresenta **corte transversal**, já que ocorre apenas em um dado momento, não havendo nenhuma interferência por parte do investigador na manipulação de dados uma vez. Nesse interim, Alvarenga (2019, p.60) relata que os dados de cortes transversais correspondem às pesquisas que “estudam as variáveis em momento determinado (...)”.

A pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório. Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. Em outras palavras, busca compreender o comportamento do objeto, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos.

Elegemos a pesquisa qualitativa como melhor forma de chegar aos resultados esperados pela natureza dos dados coletados e por tratar-se de uma investigação social que busca analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual dentro da perspectiva da prática pedagógica inclusiva.

Ao apresentar o enfoque qualitativo ressalta-se que a abordagem de uma pesquisa está relacionada à forma com que se dialoga, se interpreta e se descreve os dados. Para esta investigação a importância não é numérica, mas sim as entrelinhas das falas dos sujeitos de pesquisa no bojo de suas percepções análises, pensamentos e concepções a partir da temática aqui proposta.

Segundo (Campoy, 2018, p.231, apud Talyon e Bogdan, 1986, p.20) consideram “a pesquisa qualitativa como aquela que produzem dados descritivos: as próprias palavras das pessoas, faladas ou escritas, e as condutas observáveis”.

Através do enfoque qualitativo foi possível conhecer as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação pois de acordo com Alvarenga (2019, p. 51) “as investigações qualitativas examinam costumes, comportamentos, atitudes, e experiências de vida, etc.”.

Segundo Minayo (2011, p. 21) o enfoque qualitativo “se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Ou seja, permitirá entender questões subjetivas como também compreender o objeto de estudo que retrata a concepção inclusiva através da práxis educativa.

A intenção dessa investigação qualitativa é permitir descrever as situações exclusivamente de cunho social e permitirá responder aos questionamentos. Segundo Minayo (2011, pp. 21-22), o estudo qualitativo “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Ou seja, deve buscar conhecer, compreender e valorizar aquilo que já faz parte do mundo do aluno.

#### QUADRO Nº 01: Desenho da pesquisa



### 3.5. Contexto da Pesquisa

O Brasil é organizado em forma de República Federativa e encontra-se localizado na América do Sul, sendo o maior país do continente americano, com uma área de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 207,7 milhões de habitantes (IBGE). A população brasileira é constituída etnicamente a partir de índios, portugueses, africanos, europeus imigrantes (italianos, poloneses, alemães, espanhóis, etc.) e asiáticos (libaneses, japoneses, entre outros). Atualmente a população é composta segundo cor/raça: brancos (49,4%), pardos (42,3%), negros (7,4%), amarelos (0,5%) e indígenas (0,3%) (IBGE).

No total, o Brasil ocupa 47% da América do Sul, quase a metade, e não faz fronteira somente com dois países sul-americanos: Equador e Chile. A leste, o Brasil é banhado em uma vasta extensão pelo Oceano Atlântico, com um litoral que percorre um total de 7.367km<sup>2</sup>, o que coloca o país como o 16º no ranking mundial de maiores áreas litorâneas. Politicamente, o território brasileiro é subdividido em 26 estados e o Distrito Federal, cuja capital é a cidade de Brasília. A área territorial brasileira faz com que esse país seja o quinto maior do mundo, ficando atrás somente da Rússia, Canadá China e Estados Unidos.

Em relação aos aspectos econômicos do Brasil, esse destaca-se pelo fato de possuir um dos maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo. No entanto a renda per capita ainda é uma das menores em relação aos demais países. A economia brasileira cresceu de forma significativa, hoje o país é considerado emergente, além de ser grande produtor agrícola e ao mesmo tempo industrializado, com um parque industrial diversificado. Diversas estimativas colocam o país como potências para o futuro, tendo em vista o grande potencial que possui (IBGE).

Tem como moeda oficial o Real (R\$), criada em 1994, servindo de base para as suas transações econômicas e financeiras que geram o seu desenvolvimento e tem como idioma oficial o português, língua falada por quase toda a sua população.

No Brasil predomina o clima tropical, fundamental para o desenvolvimento dos diferentes biomas vegetais ao fornecer-lhes temperatura, luminosidade e umidade adequada para o seu crescimento.

No âmbito educacional a taxa de analfabetismo foi reduzida de 8,0% em 2015 para 7,2 % em 2016. Para as pessoas de 06 a 14 anos de idade as taxas de escolarização aumentaram de 98,2% em 2015 para 99,2% em 2016, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (2015) e IBGE (2016).

**FIGURA Nº2:** Localização Geográfica do Brasil

Fonte: IBGE (2018)

A pesquisa terá como lugar de estudo a cidade de Peritoró, um município brasileiro do estado do Maranhão, distante 237 quilômetros da capital, São Luís. O município tem uma população de 21.201 habitantes (2010) e 824,725 quilômetros quadrados de área, com densidade demográfica de 25,71 habitantes por quilômetro quadrado. Foi criado em 1994. E como Lócus de Investigação a Unidade Escolar Municipal Dulce Almeida está localizada a Rua do campo Brasil s/n no Bairro Filipino no Município de Peritoró no Estado do Maranhão. A referida unidade escolar faz parte das escolas do espaço urbano.

**FIGURA Nº 03:** Cidade de Peritoró - Maranhão



Fonte: Arquivo municipal (2019).

### **3.5.1. Delimitação da Pesquisa**

A Escola Municipal Dulce Almeida, foi criada no ano de 1998, na administração do então prefeito Geraldo do Céu Pereira, sendo o mesmo patrono, reconhecida pela Lei nº 197/2016 de 07 de dezembro de 2016, tendo como primeira diretora Maria Vieira da Silva, como Secretário Municipal de Educação Francisco Neres da Silva.

A escola leva o nome Dulce Almeida em memória à Dona Dulce Almeida, esposa de Mário Almeida, dono da gráfica CORINGA (Coroatá Indústria Gráfica), situada à Rua do Meio, S/N, Centro, Peritoró – MA, este nome foi indicado por Dona Zélia Conceição da Silva, Diretora da Unidade Integrada João Mohana, por Dona Luiza Engracia Cordeiro, Secretária Adjunta de Educação

e Dona Lourdes Vale, primeira Dama e o então prefeito Geraldo do Céu Pereira. Dona Dulce era uma senhora amada pela comunidade, senhora beneficente.

A referida escola está situada à Rua do Campo Brasil, S/N, no Bairro Filipino, na cidade de Peritoró estado do Maranhão, tendo em seu entorno a igreja Santo Antônio, a qual foi uma das primeiras igrejas fundadas na cidade, e que, durante muitos anos abrigou muitos párocos dessa região. A referida escola fica bem ao lado da U. E. M. Francisco Matos, escola essa que atende alunos da zona urbana da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental.

A construção da escola neste local facilitou o acesso dos alunos, deu mais oportunidade de trabalho aos professores, diretores e equipe de apoio da educação e satisfaz os anseios da comunidade.

A escola conta com oito salas de aula, 1 secretaria, uma quadra de esportes, a escola atendeu desde a sua fundação até o ano de 2017, a educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental menor 1º ao 5º Ano turno Matutino e ensino fundamental maior 6º ao 9º ano turno vespertino. A partir do ano de 2018 a escola passou a atender apenas o ensino fundamental maior nos turnos Matutino e Vespertino.

A escola por oito anos foi sede do polo universitário da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), de 2000 a 2008. A escola foi credenciada pelo Conselho Estadual do Maranhão por cinco anos, venceu o prazo e não foi renovado. Hoje é reconhecida pelo Conselho Municipal de Educação Lei nº 002/2017 CME.

**FIGURA Nº 04:** Escola Municipal Dulce Almeida

Fonte: Arquivo da escola (2020).

### 3.6. Participantes da pesquisa

Os participantes para essa investigação para Hernández et al (2013, p. 384) define como mostra. Dessa maneira “mostra é o processo qualitativo, grupo de pessoas, eventos, sucessor, comunidades, etc., sobre o qual se falam para recolher dados sem que necessariamente seja estatisticamente representativo do universo ou população que se estuda”. Nesse contexto, os participantes dessa pesquisa são: Professores, Coordenação pedagógica e os pais dos alunos com deficiência. Dessa forma trata-se de uma amostra não probabilista e intencional. Esse tipo de amostra é realizado “quando os sujeitos selecionados diante de uma relação de critérios do investigador” (Campoy, 2018, p. 84).

Por sua vez, seguindo orientações de Campoy elegemos critérios para eleger os participantes dispostos da seguinte forma:

**FIGURA Nº 05:** Critérios para seleção dos Participantes

<b>Participantes</b>	<b>Professor</b>	<b>Critérios</b>
<p><b>1º Critério:</b> Ser professor de turmas que apresente regularmente matriculado aluno com capacidade intelectual diferente;</p> <p><b>2º Critério:</b> Disponibilidade em participar da pesquisa.</p> <p><b>3º Critério:</b> Aceitabilidade em participar da Pesquisa.</p>		
<b>Participantes</b>	<b>Coordenador Pedagógico</b>	<b>Critérios</b>
<p><b>1º Critério:</b> Disponibilidade em participar da pesquisa;</p> <p><b>2º Critério:</b> Aceitabilidade em participar da Pesquisa</p>		
<b>Participantes</b>	<b>Pais e ou responsáveis</b>	<b>Critérios</b>
<p><b>1º Critério:</b> ter filhos com deficiência regularmente matriculados na escola lócus de pesquisa;</p> <p><b>2º Critério:</b> Disponibilidade e aceitabilidade em participar da pesquisa.</p>		

### 3.6.1. Processo de Seleção dos Participantes

Assim, visando demonstrar que os participantes desse estudo, se destacaram na escolha não probabilística e intencional, é oportuno mencionar as orientações de Campoy (2018, p. 84), “significando que a escolha dos participantes não depende da probabilidade”, uma vez que ela é feita de acordo com os critérios do pesquisador, ou seja, a escolha dos participantes não depende de que todos tenham a mesma probabilidade de serem escolhidos, mas sim da decisão do pesquisador.

A seleção de amostras não probabilística e intencional é realizada de acordo com o julgamento do pesquisador. Ainda referindo-se a uma seleção não probabilística e intencional, Hernández, et al (2013, p. 176) define que a seleção de participantes são “elementos que não dependem da probabilidade e sim das características da investigação”.

Dessa forma, a seleção dos participantes atendeu satisfatoriamente, ao objeto de estudo e está relacionado com o que queremos investigar, portanto seguindo esse propósito de seleção dos participantes escolhemos os coordenadores, os professores que trabalham diretamente com alunos com deficiência e os pais desses educandos. “Eleger entre uma mostra probabilística ou uma não probabilística depende da formulação do estudo, do desenho da investigação e das contribuições que precisa fazer com ela” (Hernández et al, 2013, p. 176).

Sobre a seleção dos participantes, é cabível demonstrar que existem nessa escola 391 alunos distribuídos nos dois turnos de aula, tendo 11 alunos com deficiência intelectual matriculados nessa escola. Desses 11 alunos que estudam, foi realizado a pesquisa com os nas turmas dos 6º e 7º ano que estão matriculados 06 alunos com deficiência intelectual, foco dessa pesquisa. Concernente a

quantidade de alunos com deficiência intelectual que estudam nessas turmas foi a mesma quantidade de pais ou responsáveis que participaram, ou seja, os pais dos alunos com deficiência que estudam nas turmas de 6º e 7º ano foram convidados a participar dessa investigação.

Foi realizado também a entrevistas com todos os professores dessas turmas já citadas, ou seja, um total de 8 professores. No mesmo sentido que os dois coordenadores das turmas também são participantes.

### **3.6.2. Professores**

Diante da temática abordada, os professores são participantes indispensáveis para responder aos questionamentos propostos nesse estudo. Ou seja, são sujeitos capazes de contribuir com a resposta da problemática sobre as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação.

Os professores que participaram desse estudo estão devidamente interligados com as turmas que possuem alunos com deficiência intelectual e podem se pronunciar com propriedade sobre prática pedagógica na concepção inclusiva de educação.

### **3.6.3. Coordenadores Pedagógicos**

Os coordenadores surgem como participantes importantes porque deles saem todas as estratégias para inovar e adaptar a prática pedagógica para os alunos com deficiência intelectual.

A contribuição dos coordenadores surge de forma muito significativa nessa abordagem, ou seja, surge dessa esfera iniciativas e estratégias que favorecem o desenvolvimento de ações que contribuem com a boa convivência escolar e ações que podem exterminar ou talvez amenizar o preconceito e a discriminação dentro das instituições escolares como também parte da coordenação o incentivo aos projetos educativos. Dessa forma, a equipe da coordenação está sendo abordada com o objetivo de conhecermos quais as ações desempenhadas por essa esfera em favor da inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

### **3.6.4. Pais**

A participação dos pais é de extrema importância para uma temática que envolve diretamente a sua vida e a vida escolar de seus filhos. São os pais que estão presentes em todos os momentos da criança e juntamente com elas vivem vitórias e frustrações.

Com isso incluímos os pais das crianças com deficiência intelectual entre os participantes da pesquisa, pois contribui em vários sentidos em compreender sobre a inclusão escolar.

**TABELA Nº02: Participante da pesquisa**

Setor	Quantidade total	Quantidade que participaram da pesquisa
Professores	15	08
Coordenação Pedagógica	02	02
Pais	06	06

### 3.7. Técnicas e instrumento de coleta de dados

A seleção das técnicas são partes importantes de uma investigação científica e se propõe a estar o mais condizente possível com o método escolhido para pesquisa, que nesse caso trata-se de uma pesquisa qualitativa. Assim, é importante que essas técnicas sejam coerentes com o método utilizado e respondam satisfatoriamente os objetivos e pergunta central desse estudo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 163), a “seleção instrumental metodológica está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação”.

É importante que o investigador tenha sempre em mente o que se pretende recolher e que obedecem às regras estabelecidas por uma pesquisa de cunho qualitativo e as técnicas sejam capazes de atender suas expectativas.

A elaboração ou organização dos instrumentos de investigação não é fácil, necessita de tempo, mas é uma etapa importante no planejamento da pesquisa. Em geral, as obras sobre pesquisa científica oferecem esboços práticos que servem de [...] além de dar indicações sobre o tempo e o material necessários à realização de uma pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003, p. 164).

Nesse contexto, analisamos minuciosamente qual seria a técnica mais eficaz que pudesse atender as perspectivas dessa pesquisa. Após exaustivo estudo, percebemos que a técnicas de investigação que melhor pudesse responder aos questionamentos, aos objetivos e principalmente ao problema dessa investigação e também atenderia as exigências da temática em questão seria a entrevista e questionários.

Para eleger técnica e instrumento de coleta de dados partiremos da sistematização de que para cada objetivo de investigação adotaremos um instrumento a fim de que possamos alcança-los e

assim, portanto responder à questão problema desta presente pesquisa científica, estando dispostos da seguinte forma:

**TABELA Nº03:** Relação entre objetivos, técnicas e fonte de informação

Nº	Objetivos Específicos de Pesquisa	Técnica de coleta de Dados
01	Apresentar a concepção de educação inclusiva na visão dos professores.	Entrevista com os professores
02	Identificar as metodologias que são utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.	Entrevista com os professores
03	Verificar que tipo de apoio pedagógico os docentes, os alunos e as famílias recebem para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.	Entrevista aos professores e Coordenação Pedagógica Questionário semiestruturado aos pais e/ou responsáveis dos alunos com deficiência intelectual.
04	Descrever as dificuldades dos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.	Entrevista com os professores e coordenação pedagógica.

### 3.7.1. Entrevistas aos professores e coordenadores

Através da entrevista com os professores e coordenadores que trabalham com crianças que apresentam capacidade intelectual diferente poderá observar quais as dificuldades enfrentadas para alcançar o aprendizado destes estudantes.

A fim de referendar os instrumentos de pesquisa aqui elegidos para esta investigação entendemos que:

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no

espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (Richardson, 1999, p 207).

Ainda neste contexto do instrumento de coleta de dados, Michel (2015, p. 86) diz que:

A entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Considerada um instrumento de excelência em investigação social, estabelece uma conversação face a face de maneira metódica, proporcionando a captação imediata e corrente da informação desejada.

Essa técnica atende prontamente a dinâmica e exigência dessa pesquisa, além do mais a participação desses sujeitos (professores e coordenadores) contribuíram efetivamente para entender sobre o processo inclusivo dos alunos com deficiência intelectual e respondeu qualitativamente os objetivos propostos.

### **3.7.2. Questionário semiestruturado aplicado aos pais/responsáveis**

A importância desta pesquisa para os pais, é que essa investigação torna-se mais um instrumento de orientação e acompanhamento no processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Portanto, foram aplicados questionários para os pais.

De acordo com (Campoy, 2018, p.360) “o questionário como técnicas de seleção de dados pode ser muito útil na investigação qualitativa”. Portanto, “estas respostas nos permitem conhecer atitudes, sentimentos, motivação, opiniões e condutas” (Campoy, 2018, p. 360).

Da mesma forma, os pais além de sujeitos indispensáveis para temática, contribuíram diretamente com os questionamentos propostos e deram respostas efetivas para o desenrolar dessa pesquisa. Sem dúvida a abordagem da família contribui de forma positiva para responder à pergunta problema desse estudo.

### **3.7.3. Validação dos Instrumentos**

Os instrumentos utilizados na coleta de dados (Entrevistas e Questionários) foram previamente encaminhados a 3 professores – Doutores da Universidad Autónoma de Asunción – UAA, **(conforme apêndice nº 04, podemos encontrar o resultado da avaliação dos expertos)**, com o propósito de análise e conseqüentemente propor alguma alteração que se torne relevante para pesquisa. Seguindo as orientações dadas por Campoy (2018, p.199), que diz que: “avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta basicamente determinar a qualidade de sua

medição. Existem duas características métricas essenciais para valorizar a precisão de um instrumento são: a validade e a confiabilidade”.

Os especialistas seguiram dois critérios estabelecidos para validação: Coerência, na qual estabelece que as perguntas devem estar correlacionadas com os objetivos dessa pesquisa. Clareza, nesse ponto foi observado se as perguntas proporcionariam compressão por parte dos entrevistados.

O resultado dessa avaliação dos expertos resultou:

- Mudanças nos conceitos utilizados para elaboração das perguntas no guia de entrevista e roteiro de observação.

- As entrevistas foram acrescentadas 5 perguntas.

- O questionário foi acrescentado mais 5 perguntas, as sugestões dos expertos se encaminharam a ampliar estes com a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre os objetivos propostos.

A maioria das perguntas foram mantidas como planejadas desde o início, pois apresentava-se de acordo com os critérios estabelecidos para validação dos instrumentos.

### **3.8. Procedimentos de pesquisa**

Para toda e pesquisa é importante que seja relatado os passos que foram seguidos com relação a aplicação das técnicas para recolhimento dos dados. Com relação ao processo de pesquisa podemos afirmar que:

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (Minayo, 2011, p.25).

Antes de adentrar ao campo de estudo para aplicações das técnicas, acreditamos que seria importante apresentar os objetivos desse estudo para as escolas investigadas e para todos os participantes, pois de acordo com Minayo (2011, p.55):

Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão. Se o procedimento se dá dentro dessa forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação.

Para esse ponto, apresentamos a nossa carta de permissão autenticada pela universidade no qual nos apresentamos como pesquisador nos lócus de pesquisa. No momento em que fomos autorizados, tivemos contatos com os participantes da pesquisa que trabalham na escola, entre eles professores e coordenadores. Assim agendamos o momento para executar a técnica de entrevista.

As entrevistas em profundidade com os professores e coordenadores (**conforme apêndice nº 01 e 02**) que foram realizadas em meados do ano 2019, especificamente entre os meses agosto e setembro, em encontros previamente agendados, que aconteceram na própria instituição. O método estabelecido para registro das respostas se deu através de gravações, pois cremos que as informações seriam recolhidas na íntegra de forma objetiva e subjetiva e nenhuma informação seria perdida.

Diante desse contexto é necessário ressaltar que assim como os professores os coordenadores demonstram imensa satisfação em participar dessa pesquisa, não havendo nenhum problema na concretização dessa técnica.

O processo de pesquisa se concretiza com a aplicação de questionários semiestruturado aos pais (**conforme apêndice nº 03**). Que aconteceu entre os meses outubro e novembro. Portanto, foi solicitado a escola que os pais fossem avisados de nossa visita e assim pedido permissão para que pudéssemos ir até suas casas. Após o consentimento, a escola nos repassou o endereço e os dias agendados para visita. Durante a visita fomos recebidos por todos com estima e carinho, inclusive demonstraram imensa felicidade pela realização desse trabalho, no qual diante disso pudemos contar com a participação de todos os pais, não havendo nenhuma resistência em responder as questões apresentadas nos questionários.

Com vista em responder à pergunta problema e aos objetivos propostos nessa pesquisa foi feita a análise interpretação dos dados coletados através de categorias, que para Minayo (2011, p. 57):

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.

Optou-se por esse tipo de análise por ser considerada a melhor forma de interpretar as opiniões, as crenças, além das questões atitudinais diante dos dados recolhidos qualitativamente. Nesse contexto é importante mencionar que para aplicação das técnicas e instrumentos os participantes tiveram acesso ao termo de esclarecimentos (**conforme apêndice nº 05**) sobre os objetivos da investigação e assim expressar sua vontade em participar voluntariamente assinando o termo de consentimento (**conforme apêndice nº 06**).

## DADOS E CONCLUSÕES

---

### 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Iremos neste capítulo apresentar e analisar os resultados exatos da pesquisa, no quais atenderam toda demanda do contexto aplicado como suporte das técnicas de coleta de dados abordada na Escola Municipal Dulce Almeida da cidade de Peritoró estado do Maranhão. Assim como também sobre a inclusão de crianças com deficiências intelectuais junto com as concepções do ensino aprendizagem de uma educação inclusiva, com a finalidade de responder a problemática do contexto desta pesquisa através da participação dos professores, coordenadores pedagógicos e pais ou responsáveis pelas crianças com deficiências que estão matriculadas na referida escola, prosseguindo sob a observação participante relativamente da temática especificada por esta pesquisa, é relevante abordar que todos pesquisados envolvido têm a participação importante para dá andamento neste estudo, com isso frisamos a proeminente presença de todos que fazem parte do contexto da pesquisa.

Segundo o Gil (2008, p. 175):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para Melo (2006, p. 132) “a análise uniformiza a descrição relativa a um fenómeno e permitir aos investigadores a comunicação efetiva em relação a esse fenómeno, sendo seguido a outros fatores que pode evidenciar as características estudadas nas concepções reais”.

No mesmo contexto, Campoy (2018, p. 55) define que “análise tem como objetivo acercar o entrevistador o mais possível ao mundo ou a experiência contada pelo entrevistado”.

A análise dos dados demonstra com a apresentação com a seguinte maneira:

#### 4.1. Análise das entrevistas através de categorias

#### 4.2. Análise documental

#### 4.3. Análise da observação participante

A realização desta análise está atrelada em conformidade da ordem, uma vez que atinge uma melhor compreensão sob a possibilidade de maior complexidade de visão dos dados relacionados, assim, pode-se proporcionar um tratamento em consonância de alcançar resultados significativos no contexto proposto.

Abordamos o seguinte segmento para elaboração das categorias

1º Leitura em profundidade dos dados obtidos;

2º Agrupamentos das informações obtidas por meio dos instrumentos da pesquisa em função de um eixo temático comum;

3º Dar nome a esse eixo, isto é, definir cada categoria. No qual destacamos a divisão da categoria e sujeitos participativos da entrevista, uma vez que seja essencial para a compreensão dos dados, já que estão atrelados a três tipos de sujeitos envolvidos.

#### **4.1. Análise das entrevistas através de categorias**

Como recortes desse trabalho têm as seguintes participantes como sujeitos envolvidos e categorias:

Professores participantes (P1 a P8)

**1º Categoria - A inclusão de alunos com deficiência intelectual**

**2º Categoria - A metodologia na concepção ensino aprendizagem tendo como recorte educação inclusiva de alunos com deficiência intelectual**

**3º Categoria – formação e apoio pedagógico para atuar com alunos com deficiências intelectuais**

Coordenadores participantes (C1 e C2)

**1º categoria - Desafios pedagógicos para aluno com deficiência intelectual**

**2º Categoria - O PPP escolar no contexto inclusão educacional tendo como recorte deficiência intelectual**

Participantes Famílias (F1 a F6)

**1º Categoria – A inclusão da criança com deficiência intelectual no espaço escolar no fundamental II**

**2º Categoria – Desafios para lidar com aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência intelectual**

**3º Categoria – Escola e profissionais estão preparados com a inclusão da criança com deficiência intelectual**

De início precisamos diante de tudo categorizar os resultados dos dados, com isso é relevante demonstrar através da opinião dos professores, coordenadores e famílias, nos quais estão envolvidos como sujeitos participantes.

Neste momento iremos dá início com os participantes sobre o conhecimento de inclusão. Percebemos através da fala do participante o conhecimento sobre a inclusão, em algumas falas demonstra um pouco de inseguranças nas suas opiniões, como também tem outros com propriedade do que fala sobre a temática.

Para o P1, *“É uma forma de inserir o aluno na aprendizagem, independente do problema que ele tenha, ele deve ser inserido no processo de forma comum igual com os outros”*.

Para essa participante diz é necessário que o Sistema dê condições de forma mais complexa e significativa, pois a falta de um olhar traz insegurança ressalta P8:

Vejo uma necessidade, tendo em vista que, nós temos alunos que tem essa carência, que tem necessidade de ter uma atenção melhor, uma educação especializada, e que ela possa ser atendida, mais infelizmente nós não tivemos nem formação e ficamos também até alheio a essa situação, tendo em vista, que nós não temos nem por onde poder trabalhar com dois tipos de alunado, com alunos com deficiência e também os alunos ditos “normais”.

Já o P7 responde com uma interrogação, demonstrando sua insegurança ao falar em inclusão *“É uma educação que inclui todos né?”*.0

O P2 relata:

Educação inclusiva é onde todos os alunos independentes dos que adentram para a escola, eles tenham acesso, sejam eles com alguma deficiência, sejam eles correlacionados a um contexto financeiro, inclusive vem de inclusão, vêm de incluir todos esses alunos ao processo de ensino e aprendizagem sem discriminação.

A consciência é a melhor forma de conhecer a inclusão diz P3, *eu entendo que é a onde a gente precisa ter a consciência que a inclusão, ela tem que estar presente, e o alunado tem que está incluso, para oportunizar de um conhecer o outro, para que haja o respeito e mais tarde possibilite que se torne um cidadão social.*

De acordo com P4:

A educação tem como objetivo principal incluir né? Incluir é todas as formas de, atendera as necessidades, todas as formas de proporcionar a igualdade independente a deficiência ou não apresentada, de especialidade, então é algo assim bem importante, se realmente acontecesse nas escolas né.

O P6 frisa em seu relato a insegurança ainda de falar sobre inclusão, *“sempre me pergunto o que é inclusão, me sinto despreparada quando não me dão condições para trabalhar com meus*

*alunos, me sinto impotente quando vejo que a escola não tem estrutura para atender alunos com deficiência, então sempre me pergunto estou incluindo ou excluindo o aluno”.*

Para o C1:

Falar de inclusão é garantir o direito que todos têm, é garantir o que a lei proporciona com igualdade para todos, embora muitas vezes não seja cumprida legalmente, é garantir que o sistema educacional garanta a matrícula e permanência de alunos com deficiência na educação básica, embora em alguns momentos seja falho.

O C2 relata, *“A inclusão é um processo educacional com ganho significativo para alunos com ou sem deficiência, só precisamos nos preparar para lidar com a inclusão”.*

Nesse contexto podemos citar algumas opiniões sobre inclusão dos pais ou responsáveis pela criança com deficiência.

*“A inclusão é colocar a criança na escola” (F3)*

*“Acredito quando coloco meu filho que possui deficiência na escola, embora muitas vezes não tivesse condições adequada para atender, estou incluindo, ou seja é inclusão” (F2)*

*“Escuto falar muito de inclusão, mas pouco vejo falar o que faz a inclusão, acho que é bom” (F6).*

Embora, muita família não saiba definir o que é inclusão, percebemos que algumas têm conhecimento da escola inclusiva. Para F1, *“A escola garanti a matrícula de crianças com deficiência para frequentar as aulas, assim todos podem estudar e ir para espaço escolar”.*

Iniciar com introdutório, acreditamos que é de relevância trazer um pouco de conhecimento sobre o que é inclusão, assim demonstrar estes relatos prévios dos participantes dessa pesquisa, com o intuito de fortalecer a temática para prosseguir com as análises das entrevistas.

Após embasamento temático seguiremos com abordagem dos dados por categoria.

### **1º Categoria – A inclusão de alunos com deficiência intelectual**

Através da interpelação dos questionamentos que direciona a essa categoria, a inclusão de criança com deficiência intelectual é o procedimento que se prevalece na garantia de democrática quando se trata de efetivar e permanecer aluno com deficiência na educação básica da rede de ensino. Desta forma adotamos essa categoria com a finalidade de perceber a importância da inclusão educacional.

Para P4:

Eu acredito que a inclusão contribui, e que seria muito bom se realmente acontecesse, como também os alunos ditos “normais” respeitassem e levassem em consideração a igualdade entre eles, desta forma teriam como aceitar da melhor forma possível essas

diferenças, com ser humano, credito que desse jeito não haveria tantas barreiras, se houvesse realmente uma educação inclusiva.

Com intuito de saber a importância da inclusão para P5 *“trabalhar os limites de todos os alunos, para mim é muito relevante para os alunos aprender a valorizar as diferenças e principalmente respeitar, isso faz parte da inclusão como ponto positivo”*.

Desta forma P1:

Já tivemos grandes avanços quando falamos de inclusão escolar, mesmo assim, ainda é pouco, embora, sabemos da importância de colocar esses alunos nas escolas, mas, pouco se garanti quando não se tem adequação do sistema, somos professores mais não somos dono da verdade, sem não tiver condições para lidar com esse processo, não somos nada mais que o professor para dá aula.

De acordo com P2, *“incluir é sinônimo de construir, porém só podemos fazer funcionar quando de fato nos proporcionamos transformar o velho para novo, isso só ocorre quando de fato levamos para nossa realidade em sala de aula.*

P8, *“a inclusão é muito importante, por tanto precisamos fortalecer a permanência de alunos que apresente deficiências nas escolas, e, que esses alunos já frequentem a escola desde a educação infantil, fundamental e médio, ou seja, continuação na permanência”*.

Sendo assim, acrescenta P3,

É relevante incluir, precisa de apoio tanto o professor para trabalhar com esses alunos, quanto a família para assegurar a frequência e a continuação dos alunos na vida escolar. Muitos professores não estão aptos para atender esse público como também as famílias, que muitas vezes os alunos vão apenas para cumprir a lei, e não perde benefícios.

No sentido da insegurança da inclusão no cotidiano escolar o P5 diz:

O maior problema da inclusão é a despreparação docente, o sistema não nos oferece condições necessárias para acolher e trabalhar com alunos com deficiências, principalmente deficiência intelectual, se viramos para fazer o melhor e não prejudicar esses alunos, assim nos sentimos inseguras quando não temos formação para lidar com a deficiência apresentada, seja física, mental e cognitiva é muito difícil para nós, até mesmo para o aluno.

Já P7, relata *“fala-se muito de inclusão, me preocupo quando o aluno frequenta educação infantil e fundamental I, quando vai para o fundamental II, na maioria desiste, por falta de condições, falo nas dificuldades que ele encontra nessa modalidade”*.

Em relação às dificuldades da inclusão educacional pra alunos com deficiência intelectual P6 aborda:

A dificuldade é muita em relação para atender alunos com deficiência intelectual, aqui no Brasil tem muitas escolas que não são adaptadas para atender alunos com deficiências intelectuais, assim como também a falta de acessibilidade no caminho da casa para escola, ou até mesmo apoio pedagógico para ser trabalhado em sala de aula, falo de recursos significativos.

Para P4:

Aff! Esse sistema fragilizado. A inclusão não ocorre como deveria, então vem dificuldade de todos os lados, para a escola, professor, aluno, coordenador, família enfim, um conjunto de pessoas frustradas com o Sistema educacional que não oferece condições, isso se significa muitas dificuldades no processo de inclusão.

*“Não podemos falar de dificuldade se não falar limite, sabemos que muito aluno com deficiência intelectual é limitado para algumas atividades, e se não tivermos a sala de recurso não podemos fazer muito para eles superar seu limite”.* (P1)

*“Tenho alunos com deficiência em sala de aula, e as dificuldades são a falta de materiais para servir com apoio pedagógico, mas também a falta de apoio humano, quando preciso levar ele no banheiro a turma fica só, me preocupa com isso”* (P3).

Apesar das dificuldades apresentadas no questionamento, temos relatos positivos no processo inclusivo de deficiência intelectual:

Para P7,

Temos ponto positivo da inclusão, o aluno chega à escola na maioria das vezes sem saber de nada, e ao passar do tempo, começa desenvolver habilidades que jamais pensaria que poderia ocorrer fico muito feliz, isso faz parte da inclusão. Assim ocorre com alunos com deficiência intelectual, quando chega apresenta limitações, com o tempo avanços ocorre de forma significativa. O sorriso no rosto quando desenvolve alguma atividade, até ele mesmo fica surpreendido com a capacidade dele.

*“Incluir alunos com deficiência intelectual na escola é como é uma conquista, tanto para aluno, quanto para professor superar seus limites e desenvolve habilidades, no raciocínio, atividade física, trabalhar em grupo, e o mais importante à interação”* (P6).

Acredita P1, *“O benefício da inclusão para aluno com deficiência intelectual começa quando a lei garante o acesso e a permanência na escolar, em seguida quando se tem condições da adaptação em seu meio, posteriormente quando ele se sente bem, no convívio social e afetivo”.*

Assim, P8 expõe seu relato sobre benefícios da inclusão de alunos com deficiência intelectual na educação básica:

O benefício da inclusão de alunos com deficiência intelectual na educação básica é muito relevante, nessa perspectiva de fortalecer sua vida escolar, tornado fundamental

o processo de desenvolvimento de muitas habilidades, nas quais possibilitam superação, adaptação, cooperar e interação para o processo de acessibilidade.

Em relação como superar o paradigma de um novo olhar para avançar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, P3 relata que *“A mudança tem que partir de todos envolvidos na vida familiar e escolar da criança, porém há uma necessidade de ter uma nova visão para aqueles que precisam do outro para superar e avançar nas dificuldades”*.

*“Só podemos contribuir de forma significativa a inclusão dessas crianças, quando começar a ver que é preciso está aberto para o novo, não deixando o velho, e inovando com um novo contexto educacional, com a visão de incluir e nos incluirmos”* (P5).

## **2º Categoria - A metodologia na concepção ensino aprendizagem tendo como recorte educação inclusiva**

A análise dessa categoria nos possibilitou a identificar a metodologia utilizada no ensino aprendizagem, tendo como referencial a inclusão educacional de alunos com deficiência intelectual, no qual direciona a prática docente no fundamental II.

Para P1, *“utilizamos o método de acordo com a necessidade da turma, porém muitas vezes não temos recurso para trabalhar o individualismo com aluno com deficiência intelectual na sala de aula”*.

Destaca P4:

A metodologia nos direciona para a nossa atuação em sala de aula, é um recurso que fortalece o aprendizado do aluno, e quando se fala em aluno com deficiência intelectual, é muito importante à metodologia, assim nos possibilita trabalhar com esses alunos as dificuldades e procurar meios para encontrar soluções. No entanto, fica difícil para atuar em sala, só temos quarenta (40) e no máximo oitenta (80) minutos para dá aula na turma toda.

De acordo com (P5), *“o processo de ensino-aprendizagem não precisa ser sempre de um mesmo jeito. Devemos realizar várias formas de produzir **novos métodos de ensino** é importante usar a metodologia de forma renovável, mas no fundamental II não funciona”*.

Acrescenta (P2), *“a flexibilidade para trabalhar com aluno com deficiência intelectual, usando a metodologia com recurso para lidar com esses alunos, que na maioria das vezes não consegue alcançar o nível da turma, e o tempo não colabora, pouca aula.”*.

*“Talvez funcionasse de forma significativa a metodologia indicada pelo sistema, se ele nos dê condição para trabalhar com esses alunos principalmente se tivesse apoio necessário, embora estejam sempre indagamos na formação, a falta de recurso”* (P7).

P8 destaca:

Gostaria muito se a metodologia que planejei durante a semana funcionasse na sala de aula, porque foi que planejei, mas na maioria das vezes tenho que mudar por várias situações como: falta de recursos, aluno com deficiência intelectual não se apropria do conteúdo, a falta de apoio, sala de aula que não suporta para fazer algum tipo de atividade. Enfim, muitas dificuldades para usar a metodologia no ensino aprendizagem.

Enquanto os recursos oferecidos pela escola para trabalhar com os alunos com deficiências intelectuais, obtivemos alguns relatos. Diz P3. *“Somos capazes de criar, inventar até mesmo modernizar, mas os que nos oferecem como recursos insuficientes para o aprendizado, além disso, a quantidade de aluno para dá conta, não tem muito como ir além”*. Expõe seu relato o P7, *“tento fazer o que posso para ajudar meu aluno a desenvolver suas produções, mesmo com a falta de recurso necessário para obter melhor resultado, gostaria de fazer mais, infelizmente não dá”*.

Aborda (P4):

Na minha concepção de metodologia ensino aprendizagem, são condições necessárias para aluno e professor, se não tem material adequado não vou alcançar meus objetivos, mas não vou desistir. No Fundamental II tudo se torna difícil, se você perceber como funcionam as escolas públicas no processo de inclusão vai perceber que não dá para fazer muito, além disso, falta um trabalho em conjunto de família e professor, para avançar.

Abordamos sobre que tipo de atividade é utilizado nas metodologias para trabalhar com alunos com deficiência intelectual.

Diz P1, *“trabalho de leitura, trabalho individual e atividade no caderno, e o acompanhamento desses alunos para melhorar a relação professor e aluno”*.

P5, *“procuro metodologias simples, prática que seja adotada para capacidade dos alunos. Tento fazer leitura, como também produção textual, mas a falta de formação para professor adequada dificulta o nosso trabalho. Aliás não temos formação”*.

Relata P6:

Fazendo as atividades onde eles possam aprender a conviver com outros, em grupos e individual, roda de conversas, atividades que desenvolva habilidades. Não costumo passar trabalho que seja individual, em nossas condições sempre se faz trabalho em grupo, dessa forma faço eles se interagir e discutir o conteúdo e avalio a participação.

Opina (P7), *“dinâmicas em grupos, conversas quando temos tempo, jogos”*.

Destaca P8:

Desenvolvemos algumas atividades dizendo que nós somos iguais perante Deus, e somos diferentes como semelhança. Podemos desenvolver atividade que englobam a dinâmica de forma que os alunos possam ser colaborativos um com o outro, então nisso até esses alunos com deficiência intelectual, também possa se desenvolver e superar as dificuldades, assim, seja proporcionado várias atividades, que se enquadre nas limitações de desenvolvimento, nesse caso que eles têm um déficit de leitura e escrita, mais ali no momento da atividade eles se tornam um aluno capaz obter aprendizagem significativa e superação.

Prepusemos como relevante obter relatos sobre às metodologias que são utilizadas para desenvolver habilidades e competências dos alunos com deficiência intelectual junto aos outros alunos que não apresenta deficiência. Para (P8), *“de fato é complicado mesmo para os alunos de ambas as partes, tenho dificuldades porque não me acho tão preparada, mas procuro usar métodos para oportunizar a construir habilidades e competências”*.

*“Atividades com planejamento, atividades com práticas e usar também atividade que estimule a coordenação motora”* (P7).

*“Procuro metodologias simples, prática e que seja adotada para capacidade dos alunos”* (P5).

Para (P4) diz:

Pois eu vou ser bem sincera, é algo que deixa muito, muito a desejar, eu acredito que não só eu como professora dessa escola, mais como a maioria dos meus colegas tem essa dificuldade né, de como, como trabalhar essa metodologia com esses alunos, e que possa de fato desenvolver habilidade e competência de fato com alunos com deficiência intelectual, já é difícil com alunos ditos “normais” imagina quando se trabalha com os dois sem um direcionamento do Sistema Educacional. Ressalto que muitos alunos desistem por não conseguir alcançar a turma, ou então como sistema quer, é sempre promovido mesmo sem muitos avanços.

### **3º Categoria – Formação e apoio pedagógico para atuar com alunos com deficiências**

Relevamos sobre a importância dessa categoria para resultado desse estudo, possibilitando posteriormente acrescentar na resposta da problemática desta temática.

Através da análise dos dados recolhidos é possível que os professores apontem que, não tem dificuldades para acolher alunos com deficiência intelectual, porém tem dificuldades para obter resultado mais significativo, uma vez que o apoio necessário é ausente no espaço escola, principalmente a falta da contemplação de formação adequada para atuar com esse aluno.

Com isso ressaltando algumas indagações deste contexto.

*“Tenho aluno com deficiência intelectual em sala de aula, mas me sinto frustradas por não ter apoio necessário para me ajudar, me sinto perdida quando me deparo com aluno que apresenta alguma deficiência que não consigo trabalhar” (P2).*

Para P3 *“Atender alunos com deficiência intelectual é muito relevante, mas a falta de apoio termina ficando a desejar, da parte de todos inclusive a minha”.*

Relata P5 *“Somos professores muitas vezes fragilizados, a falta de apoio, falo apoio pedagógico, apoio humano, formação, apoio da família dos alunos, ou seja, falta tudo, me pergunto onde está a inclusão?”.*

Sendo assim P7 ressalta:

O apoio pedagógico é uma grande arma para lidar com a inclusão, quando negado, nos tornando ineficaz, temos condições de avançar, mas os alunos precisam de materiais pedagógicos de acordo com sua deficiência apresentada, a sala de recurso é muito importante, para esses alunos, mas na maioria das escolas não tem, o coordenador pedagógico também tem sua importância muita escola também não tem, nesse caso o coordenador nos dá um suporte de grande relevância e significativa. Mas relato que no Brasil não tem formação para fundamental II.

*“Atender aluno com deficiência intelectual significa a inclusão avançando, mas é preciso incluir e não excluir se não dou condições para eles estou excluindo, mesmo ele frequentando o espaço escolar” (P4).*

Diz P8:

Não quero ter um aluno com deficiência auditiva, se não tenho um apoio humano para lidar com ele, não tenho formação em libras, então ter um aluno desse porte vai me deixar impotente por não me comunicar e contribuir na sua formação. Precisamos de apoio principalmente pedagógico. Assim fico angustiada por não está apta.

Acrescenta (P6), *“Os alunos precisam sentir à vontade dentro do contexto escolar, ele precisa saber que ele consegue construir seu caminho, mas ele precisa senti que tem pessoas e apoio pedagógico para ele avançar”.*

*“Quando temos apoio pedagógico, as coisas fluem e sentimos o prazer de seguir, mesmo quando acreditamos que não estamos preparadas, mas o apoio ajuda o docente inovar e crescer, e nesse contexto o aluno evolui” (P1).*

Abordar sobre a formação, faz-se necessário para elevar resultados dessa pesquisa, na perspectiva de fortalecer a importância da formação continua como direcionamento da pratica, tendo como recorte a educação inclusiva.

Para P4 *“Não somos docentes se não tivemos formação para lidar como nosso alunado”.*

*“Precisamos está preparada para atender os alunos com deficiências, mas para isso a Secretaria de Educação precisa nos proporcionar formação continua ” (P8).*

Diz P1 *“A formação é muito importante, mas o professor precisa dá aula, não oferecem formação principalmente na área inclusiva”.*

Destaca P7:

Não é só ter formação, precisa ter formação adequada, se eu tenho um aluno que apresenta a deficiência visual, o Sistema tem que oferecer formação para lidar com esse aluno, se não o que vai adiantar? Deveria ser assim, mas não a formação é ausente no nosso contexto, com isso vem o reflexo e a rotulação de professor despreparado.

*“A minha prática deve ser direcionada através da formação, em meio termo essa formação ajuda para dá aula no todo, mas não para aluno com deficiência. Na maioria ele não consegue se apropriar do contexto por conta da sua limitação ” (P5).*

Relata P6 *“Gostaria que a formação fosse mais prática do que teorias, lamentável que só falam, falam, mas, não sai do papel. Meu aluno poderia avançar, tento inovar minhas praticas pedagógicas para ter melhor resultado”.*

Aborda P3 que diz:

Primeiro a política pública para inclusão educacional deveria estar atrelada ao Sistema Educacional, assim obtinha recursos para uma boa formação, atingir melhor resultado para o processo de inclusão, embora, se fale tanto dessa política, mas não se nenhuma ação transformadora que faça os professores de fato seja capacitada. Eu poderia ter melhor resultado com meu aluno com deficiência intelectual.

*“Lamento por esses alunos quando chega ao Ensino Fundamental II, se no fundamental I temos dificuldades, imagina nas outras modalidades, onde não se tem formação para professor de nenhum modo” (P2).*

*“A formação é muito importante para os docentes, desde que seja de acordo com nossa realidade em sala de aula, não adianta ter formação se no meu dia a dia, não tenho como colocar em prática” (P5).*

Tendo em vista que a formação é relevante para os professores, e comunidade escolar, abordamos se a escola oferece algum tipo de capacitação e que se essa ação já está atrelada ao Projeto Político Pedagógico da escola. Como também a preparação para acolher alunos com deficiência no início. P7, *“desde que iniciei aqui nunca tivemos capacitação na escola, como também ainda não tive acesso o PPP, não sei se há alguma ação como proposta”.* Acrescenta P1 somos docentes para o Sistema já estamos aptos para acolher alunos com deficiência, com isso não temos formação ou capacitação para acolher esses alunos, infelizmente.

Diz P2 *“sei que a escola possui o PPP, mas acredito que tem proposta de formação para a comunidade escolar, mas não sei se esta proposta seja para atender a inclusão, ou mesmo aluno com deficiência intelectual, porém não tivemos capacitação oferecida pela escola”*.

*“O Sistema educacional oferece formação pela Secretaria Municipal de Educação, mas não capacita ou tem formação para lidar com acolhimento de alunos com deficiência, bem que gostaria”* (P4).

Para P6

O PPP como instrumento inovador deveria oferecer propostas que englobe todo contexto educacional principalmente, quando se trata de inclusão, já que a formação oferecida pela Secretária não direciona para acolher alunos com deficiências. Dentro da realidade da escola deveria entrar como proposta no PPP, capacitação para atender os alunos, assim seria uma forma poderia suprir um pouco a nossa atuação em sala de aula, embora muito professor não concordasse.

Alguns professores acreditam que a formação é importante, mas também precisa mudar sua forma de atuar em sala de aula, para atender a inclusão de aluno com deficiência, embora não seja fácil, P8 *“muitas vezes a culpa é do Sistema que não oferece a formação adequada, mas não é fácil mudar para o novo e inovar nossas praticas em sala de aula”*.

Para P5

O novo não é fácil, para inovar precisamos mudar e ter um novo olhar para buscar mecanismo de transformar nossa ação, não é só a formação, mas é a ciência que precisa ter quando se fala de um novo paradigma de aprendizagem, para acolher e atender alunos com deficiência intelectual é preciso deixar o tradicional que não funciona e adotar método que possibilite um novo caminho significativo, no entanto, para isso ocorrer é necessário buscar um novo olhar que de fato possamos fortalecer a troca de experiência tanto, com alunos quanto o professor, é isso, se eu não mudar para obter resultado significativo, nada vai dá certo, tem que partir de mim.

Pesquisa realizada com os coordenadores a categoria seguinte:

### **1º Categoria - Desafios pedagógicos para aluno com deficiência**

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente. Na perspectiva da promoção da Educação Inclusiva existem novos recursos e novos olhares sobre os recursos existentes, que é necessário desenvolver, e ao mesmo tempo se depreende com os desafios pedagógicos que está

em todo cenário de uma educação inclusiva. Nessa categoria buscamos resultados relevantes para prosseguir de acordo ao contexto de relatos dos participantes.

De acordo com C1 *“a educação inclusiva já é um desafio para todos, quando se fala pedagógico, me preocupa mais ainda. Temos que lidar com vários desafios, principalmente quando se trata de trabalhar com várias pessoas que pensa diferente uma da outra”*.

Para C2 *“a busca de um novo olhar, faz com que deparamos com várias dificuldades quando se trata de inclusão, somos capazes de transformar valores, mas transformar mente fechado não dá”*.

*“São tantos desafios que estamos lidando ao mesmo tempo, por exemplo, embora a escola possua alunos com deficiência, mas não temos estrutura adequadamente para amparar sua deficiência e trabalhar o pedagógico necessário”* C1.

Ainda acrescenta C1

Temos como desafios a falta de recursos adequados para ter como suporte para o professor trabalhar com seus alunos com deficiências em sala aula, percebemos as angustias deles, tento suprir da maneira que é possível, se pelo menos tivessem uma sala de recurso ajudaria muito. O fato é que enquanto coordenador pedagógico tem que possibilitar proposta para atender pedagogicamente os desafios do professor e aluno em sala de aula.

Aponta C2

Não vou só culpar a falta de recursos adequados, mas todo o Sistema de Educação do Brasil, não é só essa escola que passa por essa situação, quando se fala de atender alunos com deficiências, cerca de 80% das escolas brasileiras, ainda não está preparada. Isso reflete no professo, gestor, coordenador e principalmente os alunos.

A falta de acessibilidade também foi apontada como desafio, como relata o C2 *“a acessibilidade é um dos itens mais importante para alunos com deficiência, é bem vista, mas não solucionada, fazendo com que os alunos se ausente, desistência e evasão escolar”*.

Em relação à formação oferecida para professor, e tendo como relevante a metodologia pedagógica tendo como recorte inclusão, C1 comenta *“sempre estamos levando propostas para o professor trabalhar em sala de aula com alunos com deficiência, mas nem sempre funciona, a formação é apenas um suporte complementar”*.

Destaca C2 *“é oferecida a formação pela Secretaria, mas acredito que não seja direcionada para inclusão, não totalmente. Mesmo que está garantindo na lei, mas não cumpre de fato”*.

Ainda C2 diz “*em nossa formação algumas coisas são relacionadas para alunos com deficiência, sendo como proposta para repassar para o professor atuar em sua sala de aula aproveitou o planejamento para debater em mesa redonda*”.

Com a intenção de fortalecer esta análise abordamos o tipo de apoio pedagógico oferecido aos professores para que estes possam desenvolver a prática pedagógica mais significativa para alunos com deficiência em sala de aula, C1. “*Sugestões de atividades e acompanhamento*”.

De acordo C2:

Bom, dentro desse aspecto na medida do possível dentro do que está ao nosso alcance como coordenação, porque nós sabemos que a educação inclusiva ainda é uma coisa assim muito, vaga né, a gente trabalha com as armas que a gente tem, com o procedimento que está em nosso alcance, como também dentro das nossas possibilidades fazemos o possível para apoiar professor, conversando, passando informações que a gente tem com relação à educação inclusiva.

Ainda relata C2:

As atividades que colocamos como propostas de acordo com a demanda do aluno, as dificuldades que ele apresenta, às vezes precisamos mudar a dinâmica, tirando da sala de aula para outro espaço que possa desenvolver atividade em grupo e cooperação, na verdade a intenção é estimular a autonomia de cada um. Como falei anteriormente às armas que tenho nas mãos para avançar.

Em relação o maior desafio para lidar com a metodologia pedagógica como ponto de partida a proposta suposta solução para superar as dificuldades. C1 “*o grande desafio é lidar com o professor que não aceita mudar seus métodos, como solução possibilitando debate nos planejamentos e mostramos a necessidade de um novo olhar uma nova forma de experiência*”.

Aborda C2:

Temos bons docentes, mais precisamos muitas vezes, atuar de maneira mais branda, alguns não aceitam ter alunos com deficiências em sala de aula, entendo que seja por insegurança, falta de apoio, sente despreparada e muitas vezes o preconceito, então esse desafio é bastante complexo, quando se trata de professor. Portanto, temos que tomar atitudes para reverter a situação e proporcionar soluções com debate em conjunto e fortalecer o aprendizado e desenvolvimento do aluno, com isso o professor reflita sobre sua atuação e aceite mudar estratégias para melhorar a dinâmica em sala de aula.

## 2º O PPP escolar no contexto inclusão educacional tendo como recorte deficiência intelectual

Nessa categoria abordamos ainda com os coordenadores, percebemos a importância da contribuição que está atrelado a sua atribuição, enquanto coordenador, junto com toda equipe escolar proporciona momentos de refletir sobre suas ações. Com isso fazer uma abordagem em relação ao PPP, é de grande relevância para que possibilite verificar posicionamento sobre a inclusão como garantia de direito dos alunos com deficiência no espaço escolar, precisamente o recorte deficiência intelectual, no qual a escola apresenta o número relevante de matrículas nas modalidades de ensino. Portanto, é nesse momento que pode direcionar as propostas pedagógicas, com a finalidade de atender à necessidade escolar, e os discentes com deficiências da escola, acerca de incluir ações que favorece o processo de inclusão no PPP. Desta forma podemos ver as questões a seguir.

Para C1 o PPP *“É um documento importante da escola, a dificuldade que sem tem é a construção com todos os sujeitos envolvidos, que é difícil chegar ao consenso da flexibilidade”*. Ainda acrescenta C1 quando relata sobre a colaboração junto à prática *“mais difícil ainda é colocar na prática os desafios encontrados ao PPP, mesmo que tenhamos toda uma ação no documento, mas ninguém se compromete em acionara-lo para a garantia de melhor resultado”*.

Destaca C2 o PPP *“é um documento que precisamente é o corpo da escola, mas para muitos não tem importância nenhuma, fazer com que as pessoas reflitam numa visão ampla, a importância dele, como instrumento de avanços e a valia para todos”*.

Relacionado a inclusão no PPP obtivemos relatos,

Para C1:

A garantia de direito está para todos, assim podemos dizer que a construção do PPP é obrigação de todos, e quando cumprimos essa meta estamos garantindo a inclusão de todos, principalmente de alunos com deficiência. Nesta perspectiva a proposta está dentro da realidade da escola e fortalecendo a Lei que está ali para ser cumprida de fato, promovendo a igualdade e ação transformadora como escola.

O C2 aborda:

As pessoas sempre comentam que precisa fazer parte da construção do PPP, a gestão fala todos, acrescento precisamente que a participação deve ser do gestor, professor, coordenador, administrativo, servente, merendeira, alunos, porteiro, sociedade civil, enfim todos da comunidade que compões a escolar direto e indireto. Com a participação de todos podemos buscar melhoria na qualidade de ensino aprendizagem, como também estaremos promovendo a inclusão e com a finalidade de proporcionar melhor resultado na vida desses alunos, que precisa ter um olhar mais flexivo.

Em relação à inclusão pedagógica para alunos com deficiências e destaque para alunos com deficiência intelectual, obtivemos descrições do C1 *“no PPP temos ações pedagógica para inclusão, porém não destacamos para o tipo de deficiência apresentada, ações são nos todos, permeando a inclusão”*. Acrescenta C2 *“criamos ações que promove métodos pedagógicos dentro da realidade dos nossos alunos, mas também está atrelada a realidade da escola. Embora planejassem buscar soluções para melhoria”*.

C1 ainda diz *“a metodologia pedagógica inclusiva, junto ao PPP, adotamos meios que favoreça a todos, o que vai fazer a diferença é ação do professor em sala de aula, para trabalhar com alunos com deficiência intelectual, até porque ela que convive diariamente com eles”*.

Enquanto o apoio de professores para colocar em prática as ações em conjuntas do PPP, e sistematizar as metas que fortaleça o atendimento de alunos com deficiência intelectual junto à família o C2 relata, *“fazemos planejamento, encontros pedagógicos com os professores, com intuito de promover ações e metas para trazer a família, junta a escola. Talvez precisassem nos esforçar mais para que de fato seja realizado”*.

## **Participantes famílias**

### **1º Categoria – A inclusão da criança com deficiência intelectual no espaço escolar**

Na categoria seguinte abordamos com as famílias que tem crianças com deficiência intelectual, e está matriculado na escola da pesquisa, sendo de grande importância o relato sobre a inclusão, uma vez que suas crianças já estão frequentando o espaço escolar. Mesmo que essas crianças estejam dentro da instituição de ensino, não significa que o processo de inclusão está sendo garantindo, muito embora se tenha a garantia da Lei. A família matricula suas crianças na escola, para que não seja punida por violação de direito, já que é estendendo por Lei. Mas é ressaltante o grito de algumas famílias por achar que a inclusão é mesma coisa de excluir, quando o direito do aluno é negado pelo Sistema de Educacional. Sabe-se que alunos com deficiência é garantido pela lei os recursos para serem trabalhados com os discentes, mas na maioria das vezes, esses recursos ou mesmo apoio são inexistentes.

Em relação ao significado de garantia da inclusão de alunos com deficiência intelectual na unidade escolar.

Obtivemos as seguintes respostas:

*“Colocar meu filho na escola, fico feliz por conseguir a vaga, mas sei que nem todas as crianças que apresenta alguma deficiência conseguem”* (F1).

*“Olha não sei muito sobre inclusão, mas minha filha frequenta a escola, e percebo que ela fica feliz quando está lá” (F3).*

*“Escuto muito sobre de inclusão, mas a definição mesmo conhece não, mas já incluir filho na escola, isso significa que ela pode desenvolver muito na escola, assim que espero” (F4).*

*“Incluir pessoas com deficiência intelectual na escola significa oportunidade de desenvolver sua capacidade de aprender, desenvolver e seguir em frente” (F2).*

*“Coloquei na escola para ele aprender mais, não sei como fazer isso, então o significado que ele aprenda acho que toda a mãe espera isso quando coloca o filho com deficiência intelectual” (F5).*

*“A deficiência que minha filha apresenta é um pouco mais grave, ela na escola significa avanço, mesmo limitado ou pouco, mais um pouco para mim significa alguma coisa, nunca o nada. Entende? Por isso a escola é importante para mim e para ela” (F6).*

Abordamos sobre os métodos pedagógicos oferecidos pela escola ou professor para trabalhar com os alunos com deficiência intelectual atende o déficit dos alunos. Descreve F3 *“ainda falta recursos certo, percebemos que muitas vezes meu filho não dá conta, talvez o nível esteja alto, mesmo assim tento ajudar, embora, as vezes não consigo”*.

Para F6:

Acredito que o método esteja certo para alunos ditos “normais” para minha filha não está apropriada, ela tem dificuldade bastante complexa, por isso os métodos são difíceis, já falei com a professora, mas ela explica que é de acordo coma turma. Sinto que a minha filha não vai avançar se o professor não mudar esse método, inclusive sinto falta de apoio de outra pessoa para ficar com a minha filha que tem laudo e segundo que escuto tem direito para acompanhara-la.

Destaca F1 *“gosto da escola e da professora também, poderia aprender mais, sito que ela fica angustiada, falo da professora que faz o que pode para atender toda a turma que não são poucos alunos”*.

Relata F2 *“A forma de ensina diz muitas coisas, o método deve também, agora tem que ter material certo para colocar nas mãos desses alunos”*.

Acrescenta F4 *“Precisa da sala de recurso para ensinar e o aluno aprender mais, acho o professor não consegue fazer sozinho, o que vejo a escola não coloca apoio para ajudar o professor isso pesa no aprendizado do aluno”*.

Aponta F5:

A metodologia do professor é importante, mas se a escola não está preparada para atender os alunos, falo de todos os alunos que apresentas deficiências, inclusive meu filho que apresenta deficiência intelectual, não vai muito além. A falta de acesso e de uma pessoa de apoio que acompanha os alunos com deficiência, não tem como o

professor puxar mais, é muito aluno na sala de aula termina os que têm deficiência ficar para traz.

Relacionado a estrutura física da escola é preparada para acolher os alunos com deficiência intelectual. Relata F1 *“escola é grande, mas a quantidade de aluno matriculado também é grande, então termina ficar pequena para atender alunos com deficiência, falo de todos os alunos com deficiências”*.

*A falta de acessibilidade que dificulta mais o aprendizado e a permanência de alunos com deficiência na escola (F2).*

Para o F3 *“Em melhoria para acolher alunos com deficiência, falta muitas coisas, inclusive o espaço para trabalhar com eles aulas práticas ou trabalhar com movimentação do corpo, eles precisam tem aula diferenciadas”*.

De acordo com F5:

Gosto da escola e acho que ela atende da melhor forma possível, sei que faltam algumas coisas para melhorar, a estrutura precisa de um reformar para adaptar as salas de aulas, tornado mais amplo e arejada, como também a sala de recurso e laboratório de informática que acho muito importante para alunos com deficiência está dentro das tecnologias. Infelizmente quando nosso filho chega ao sexto (6º) ano as coisas se complica mais ainda, tudo fica solto.

Acrescenta F6:

A biblioteca é muito importante por isso à estrutura deveria ser maior, não é só isso, deveria ter projeto de leitura e atividade para atender alunos com deficiência intelectual, dessa forma teria mais acessibilidade à leitura e comunicação, mas isso parte também da gestão, e ter recurso para melhorar o local mais aberto para ter aula fora da sala de aula com jogos, atividade de brincar, para interagir os alunos de outras turmas.

“Acho bom à escola, a sala de aula. Não tenho que falar, a escola atende da maneira que pode, e nós pais procura ajudar nossos filhos como podemos também, mais fica a desejar, os professores pouco tempo de aula, por disciplinas” (F5).

## **2º Categoria – Desafios para lidar com aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência intelectual**

Nesta categoria vimos à necessidade de abordamos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual, pois alguns familiares têm angustias por não saber lidar com essa situação. Assim como não é fácil para o docente, também é um desafio para os pais em saber as

formas mais apropriadas para obter progresso com seus filhos relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem. Muito embora, esses pupilos venham aprendendo desde barriga da sua gestora a desenvolver espontaneamente em vários aspectos naturais. Ainda assim, há situações que deixe essas famílias desamparadas quando se fala vida escolar dos filhos, principalmente quando não se tem conhecimento necessário para atender o desenvolvimento e aprendizagem com aditividades escolares. No entanto, sabe-se que esse processo escolar de desenvolvimento e aprendizagem é crucial para superar os desafios e limitações.

Para obtermos resposta desta categoria, abordamos sobre os desafios relacionados ao ensino/aprendizagem dos seus filhos com deficiência intelectual.

Tivemos relatos:

F1 *“Sim, tenho dificuldades para ajudar meu filho a desenvolver melhor, sua limitação faz com que eu fique insegura, e ao mesmo tempo não sei o que fazer para lidar com isso”*.

*“Coloco na escola para ele aprender, mas o aprendizado é tão lento que, penso como ajudar ele melhorar”* F2.

*“O desenvolvimento é muito importante para o meu filho, ele precisa desenvolver sua capacidade de interagir, ler, realizar atividades e escolares e físicas”* F4.

Para F3:

A escola faz o papel dela e nós o nosso, mas nem sempre assim, o professor tem dificuldades para lidar com nosso filho, imagina nós que não temos nenhuma formação. Tenho muitos desafios, quando vou levar ele para escola, quando ele chega para fazer as atividades, quando ele fica nervoso porque não consegue fazer, quando tentamos fazer algo e não consigo avançar. Sei que o colocamos na escola para ele aprender, mas muitas vezes se torna frustrado por ser excluindo de algumas atividades que não consegue realizar.

Destaca F6:

Acho que a escola tem que trabalhar com o preconceito, os alunos ficam chamando meu filho de doente mental, sei que ele tem deficiência, mas isso não dá o direito de os alunos ficarem chamando assim, ele sente impotente, e faz com que lê não desenvolva mais. Já falei com gestor, professor, coordenador. A aprendizagem é afetada a partir do momento que ele não sente bem no ambiente escolar. Tento reverter mais o desafio não é fácil.

Acrescenta F4:

Primeiro coloco na cabeça que ele é capaz de aprender, em seguida acredito que o desenvolvimento é muito importante para desenvolver suas habilidades afetadas pela deficiência, e juntos lotamos para superar os desafios, coloco na cabeça que ele vai

desenvolver todo seu potencial e junto a isso, vai desenvolver socialmente e capaz de interagir e ser um cidadão formador de opinião é nisso que eu acredito.

*“Sou leiga, mas busco conhecimento para meu filho progredir, para muitos ele não é nada, mas para mim ele é tudo, isso que importa ele vai superar, ou melhor, desafio mesmo é falta de oportunidade que o governo não dá” F5.*

Em relação de superação para lidar com desafios tivemos relatos relevantes, F1 *a superação vem dos desafios, quando buscamos correr atrás dos direitos que ele.*

Aponta F3:

Quando descobrir da deficiência da minha filha ela era bem pequena, acompanhada por vários médicos e a sobrevivência indo mais além, isso já é uma superação, quando coloquei na escola, percebemos que ela poderia ir muito além, temos muitas dificuldades na escola, na sala de aula, em casa, mas diante do que ela passou e superou, aí entendemos que desafio vai e vem, mas sempre vamos superar.

*“Mais cedo mais tarde ele vai aprender aí superamos tudo” F2.*

*“A escola é muito importante, ela vai aprender a lidar com os limites e buscar sua autonomia, é nisso que me apego e acredito” F4.*

F5 *“Vejo ele tão fragilizado, mas sempre superando as dificuldades, já passou por tanta situação difícil que cada passo que damos é uma superação”.*

Relata F6:

Sou capaz de mover montanhas para superar as dificuldades, mas têm coisas que não depende de mim, depende de um sistema que não estão nem aí para nossos filhos, superamos sempre o preconceito, a falta de acessibilidade, professor preparado, escola acessível, a sociedade que só crítica, é isso meu filho é apenas mais um a tentar superar os desafios impostos a ele, a mim, a nós.

### **3º Categoria – Escola e profissionais estão preparados com a inclusão da criança com deficiência**

A inclusão escolar avançou muitos nos últimos anos, apesar desses avanços, é relevante frisar que ainda necessita de ajuste para que de fato a inclusão favoreça a todos, inclusive a formação adequada para professores atuarem e sua sala de aula, como também recursos distribuídos de maneira mais eficiente e até uma mudança de olhar dos docentes diante dos desafios que a temática traz para a sala de aula. Assim, pode-se dizer que a preparação do professor permeia nas atitudes das famílias que tem filhos com deficiências e busca como inclusão a permanência dos pupilos nas escolas, mas também vem à preocupação em saber se os professores vão acolher ou esteja preparado para lidar

com os alunos, sabe-se que no ensino fundamental II, são divididos professores por disciplinas, assim como também é dividido o tempo de aula, dessa forma existe as dificuldades de alunos com deficiências não seja provido de adaptação com todas as mudanças que ocorrem a partir dessa modalidade de ensino.

Nesta categoria percebemos a importância dos relatos dessas famílias e buscamos as opiniões relevantes para essa questão.

F1 *“Mesmo meu filho está matriculado na escola, mas acredito que os professores não estejam preparados para lidar com alunos com deficiência, percebo muitas vezes quando chego com meu filho a angustia, fico passada”*.

*“Acredito que são poucos professores que sente preparado para ter alunos com deficiências, são muitos alunos na sala de aula e dá conta de todos sem uma pessoa para ter como apoio. Até entendo sua preocupação”* F2.

Destaca F3:

O professor preparado tem facilidade de acolher os alunos, independente que seja ele busca formas para atender a todos, até mesmo aluno com deficiência. Ele cria maneira que facilita o aprendizado, e inova sempre suas aulas diárias, e os alunos gostam porque consegue adaptar, mas isso ocorre no fundamental I, no Fundamental II nada disso acontece, o professor sai da sala e vai para outra turma duas ou mais vezes no turno, isso faz com não dê nem atenção aos alunos com deficiências.

*“Minha filha quase não vem com atividade de casa, então noto que o professor não teve como dá conta, ainda, mas ela que apresenta deficiência”* F5.

Pontua F6:

Lidar com alunos ditos “normais” não é fácil, imagina além de esses terem em sala de aula alunos com deficiência, onde já se tem mais de trinta alunos. A escola deveria garantir um apoio para acompanha os alunos com deficiência, mas na maioria dos professores não tem, ficam difíceis dá conta, por isso acredito que ele não seja preparado.

Acrescenta F4:

Tem muitos professores bons, mas isso não significa que ele esteja preparado para lidar com alunos com deficiência, são tantas deficiências que existe, para ele dá conta de todos que chegarem à sala de aula, mas acredito que deveria pelo menos está preparado para acolher e desenvolver aprendizado.

*“Quando o professor é preparado para atender alunos com deficiências, só tem o que ganhar, ele aprende, socializa, participa e se sente bem quando vai à escola”* F2.

Enquanto abordamos se os docentes estão preparados para lidar com os alunos que apresentam deficiência intelectual obtivemos:

Relata F1 *“acredito que a deficiência intelectual não seja fácil lidar, dependendo da gravidade, se torna pior ainda, mas acho que o professor poderia ser mais preparado, assim teria resultado melhor”*.

O F2 diz *“acho que poderia ser melhor, assim o meu filho poderia aprender mais, como também tivesse apoio”*.

Para F5:

É muito importante o professor preparado para atuar com deficiência, mas já escutei e vir muitas vezes a angustia da professora para receber minha filha, assim como outros alunos com deficiência, a sensação que dá que eles não estão preparados, coloquei minha filha na escola porque não posso negar esse direito, mas me sinto insegura quando deixo na sala.

Acrescenta F6:

A inclusão deveria começar com professores preparados para lidar com meu filho, mas o que vejo que se fala tanto, e na prática não funciona, a escola não está preparada, o professor não está, porque o governo não oferece ensino de qualidade para todos.

Destaca F4 *“É claro que o professor deveria estar preparado para atender alunos com deficiência intelectual. Mas acredito que não esteja no Brasil é assim, acredito no mundo não estão preparados”*.

*“Percebo nas atividades enviadas para fazer em casa, o assunto na maioria das vezes não tem finalidade nenhuma, como se sua limitação só resumisse naquilo”* F3.

Abordamos dos sujeitos envolvidos que são as famílias que tem filhos com deficiência na escola, sobre a importância desses alunos sentirem acolhidos pelos os docentes, assim como também pelo os alunos da turma.

F3 *“É muito importante que alunos com deficiência intelectual seja acolhido por todos, dessa forma o preconceito fica de fora, por parte dos alunos”*.

O F1 ressalta *“Infelizmente vivemos numa sociedade que o desrespeito está presente, diante disso vem o preconceito o bullings e atitudes agressivas por parte de alunos ditos “normais”, se houvesse o respeito nada disso se tinha e tudo era mais fácil”*.

De acordo com F6:

Preparados para lidar com alunos com deficiência intelectual, hoje está mais fácil, antes era apelidos, mangação, exclusão, por meu filho não conseguir realizar as atividades, por parte de outros alunos. Depois que o professor explicou em sala de aula a deficiência, a coisa melhorou, mesmo assim acho que tem alunos que deveria refletir

sobre sua forma de agir e professor rever seu conceito de preparar para trabalhar com esses alunos. Então sentiremos segurança de manter ele na escola.

Para F5 *“Vejo o professor se esforçar para atender mesmo assim poderia melhorar a turma no todo, vem ajudando quando interagem, participa junto com meu filho, quando brincam e fazem atividade juntos, isso é muito importante”*.

*“Vejo os outros alunos com uma relação de amigos, socializa brinca, acho que já estão adaptados, até porque a maioria mora por perto, isso ajuda um pouco”* F2.

F4 *“É muito importante à relação de aluno e professor principalmente com alunos com deficiência intelectual, essa relação facilita o aprendizado e a segurança que são construídas ao passar do tempo, mesma coisa são com os alunos entre eles”*.

Relata F6:

De fato, o governo precisa oferecer a garantia da educação infantil ao médio, o que vejo que na educação infantil e primeiro (1º) ao quinto (5º) ano, ainda se tem um olhar para esses alunos, quando chega do sexto 6º por diante as coisas mudam, é cada um por si, os alunos com deficiência passam de ano, mas sem saber de nada. Por isso muitos desistem.

*“Somos mães, pais, a família, lutamos contra todos em pró dos nossos filhos, insistimos porque acreditamos que seja capaz de ir muito além, a escola é a porta de entrada para eles avançar, para isso é preciso ajuda de todos, escola, professor, aluno e a família”* F5.

#### **4..2. Análise documental**

A finalidade de abordar a análise de documentos ocorreu no ensejo em que percebemos a importância de interpelar o Projeto Político Pedagógico da situada escola e tornar um estudo preciso de seu teor, tendo como objetivo de compreendermos se de fato é contemplado a inclusão com implantação das ações que favoreça as propostas relacionadas para atender a necessidades nas modalidades de ensino do fundamental II, como também se as práticas pedagógicas estão sendo oferecida de acordo da realidade dos alunos com deficiência intelectual contribuindo para o desenvolvimento e ensino aprendizagem e contemplando projetos ou programas que possa trazer como proposta no enfrentamento das dificuldades quando apresentado pelos discentes e docentes.

Salientamos que assim, nos permiti mencionar que se tratando do PPP um documento tão importante para o sistema educacional, que nele contempla as metas, idealizadas para implantar as estratégias, ações e plano de desenvolvimento dos discentes, portanto, é relevante frisar que essa unidade escola, permeia o divido valor desse documento.

Dessa forma abordamos da análise do seu contexto contundente e evidente que esse documento foi construindo com a infalibilidade de atender as necessidades educacionais dos alunos.

Nesta instituição pretendemos através das atividades educativas se abrir para relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano, social, físico, ecológico, cultural e econômico diversificando assim as formas de atuação possibilitando maior interação entre esta instituição e a comunidade onde está inserida, pois compreendemos a educação como um processo que se baseia na reflexão sobre a realidade e ao mesmo tempo assimila suas necessidades e a crítica em sua inconsistência, agindo no sentido de entender em muitos aspectos (PPP da escola conforme em anexo nº01).

De acordo a abordagem desse documento constatamos que a proposta propagandeou ocorrência tratada e argumentada ao longo desse estudo, assim, também podemos destacar que condiz nos fundamentos por estudiosos conceituados na temática e pelos os sujeitos participantes da pesquisa, considerando que, o propósito desse documento representa a existência, no qual fortalece o objetivo que sempre tem um olhar direcionado ao desenvolvimento global dos alunos, construindo todas as etapas no sentido físico, psicológico e social, fortalecendo o laço efetivo, assegurando o processo de inclusão.

Do modo que essa investigação procede a respeito de educação inclusiva, é relevante usar citações que o Projeto Político Pedagógico traz sua visão adotada pela escola relacionada a inclusão de alunos com deficiência de modo que contempla a todas as deficiências apresentada pelo discente.

Compreender que a escola tem a incumbência de desenvolver ações que promova a inclusão de alunos com deficiências, que quer, que seja a deficiência apresentada, com a finalidade de excluir a discriminação e preconceito. Garantido a contribuição do desenvolvimento cognitivo, afetivo, emotivo, participativo, físico e psicossocial (PPP da escola conforme em anexo nº 01).

Este documento vem trazendo com a perspectiva de uma nova visão, no qual, a sua concepção apresenta posicionamento que fortalece a matrícula e permanência inclusiva na instituição escolar na modalidade do fundamental II, assim leva em consideração a demanda de necessidade para alavancar qualidade de ensino e inclusão no sistema educacional.

Captamos na análise documental que aponta sobre a garantia dos alunos na efetivação de matrícula e permanência na escola. Abordamos que a inclusão desses alunos de fato é presente no espaço escolar, porém não especifica ações para enfatizar nas deficiências apresentada, assim, a inclusão está atrelada no todo, embora, no PPP diz que a escola apresenta alunos com deficiência de especificidades diferentes. Mas não adota mecanismo que possa desenvolver para cada aluno que apresenta deficiência diferente.

Diz no PPP “A *Escola Dulce Almeida, já faz matrícula do aluno com deficiência e tem como parte integrante da educação regular, no mesmo período destinado à matrícula dos demais alunos*”.

Ainda acrescenta o PPP:

A escola possui matriculados alunos com deficiências que apresentam diferentes tipos de deficiências, seja: física, intelectual, transtorno, autismo, síndrome de down entre outras, assim são atendidos e garantido a permanência, contribuindo com a inclusão. Na modalidade de ensino do fundamental II, do sexto (6º) ao nono (9º) ano (PPP da escola conforme em anexo nº01).

Abordamos no documento sobre a metodologia pedagógica para desenvolver o aprendizado dos alunos com deficiência intelectual, percebemos que no PPP não traz ação ou metas que possa ser trabalhado com esses alunos, caso necessite para suprir e atender as necessidades pedagógicas, na qual possa apresentar durante o ano letivo.

Com isso, é importante ressaltar que no documento não possui ação de métodos pedagógicos específicos para alunos com deficiência, qualquer que seja a deficiência apresentada, embora se tenha esses alunos matriculados no espaço escolar, e, muitas vezes precisam de métodos diferenciados para melhor desenvolvimento, pois algumas deficiências são limitadas para a realização de atividades. Dessa forma a ação como proposta curricular teria como mecanismo dentro do PPP, para melhor aproveitamento dos discentes.

Todavia, no PPP com sua flexibilidade transcreve que está apto para renovar sua conjuntura pedagógica como proposta na adequação para mudanças quando preciso, e que tem o objetivo de promover a igualdade e o respeito.

A proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Dulce Almeida está sendo reestruturada para atender as novas demandas, necessidades e adequações às exigências do mundo atual. Sendo assim esta proposta Pedagógica é um documento aberto que frequentemente sofrerá mudanças, pois deverá acompanhar as evoluções da legislação vigente do modo de “Fazer Escola”, partindo do princípio de que vivemos à época da “cultura de projetos” em nossa sociedade, onde as condutas de antecipação para prever e explorar o futuro faz parte de nosso presente. Essa influência do futuro sobre nossas adaptações cotidianas só faz sentido se o domínio que tentamos desenvolver sobre os diferentes espaços cumpre a função de melhorar as condições de vida do ser humano, respeitando as diferenças e o direito à igualdade (PPP da escola conforme em anexo nº01).

Nesse contexto, podemos relata em nosso ponto de vista a importância de realizar a análise desse documento, e mostrar a sua relevância de ganhos quando um PPP é construído e de fato

disponível para todos da unidade escolar, a sua contribuição é imensa para dá andamentos na implantação de ação proposta, sendo assim, favorecer na qualidade de ensino e aprendizagem e colocar em prática a política organizacional e estrutural só sistema educativo.

Aguçamos que, a técnica de análise documental favoreceu quando se deu pelo fato de atender prontamente os objetivos de estudo, no qual contribuiu com a nossa compreensão na relevância no processo de inclusão, dentro da perspectiva de obter resultados significativos.

Diante desse contexto, apreciamos a suma importância de construir o PPP com a participação de todos os sujeitos envolvido do ambiente escolar, como também ser um documento que direciona a ação a ser realizada e planejar as práticas que possa perpassar me resultados mais proveitoso condizente com a inclusão educacional.

Apesar das ações e metas do PPP não dá ênfase nas práticas pedagógicas para alunos com deficiência, na ação cooperativa do documento descreve:

A unidade de ensino possui alunos do 6º ao 9º Ano, alunos com de deficiências e nesse contexto de educação para todos, entende-se uma situação necessária pensar em uma escola que garanta acesso e permanência desses alunos, respeitando as diferenças e, sobretudo oferecendo possibilidades de aprendizagem, a partir da práxis pedagógica utilizadas pelos professores (PPP da escola conforme em anexo nº 01).

Diante disso pode-se se dizer que a escola tem um novo olhar para adequar a realidade, que hoje o processo inclusivo requer para um novo modelo das práticas pedagógicas adotadas para atender à necessidade e alcançar resultados significativos.

### **4.3. Análise da observação participante**

Catalogamos essa observação como participante, pois o investigador faz parte do grupo de estudo. Como professora dessa escola teve oportunidade de analisar o objeto de estudo como também participar dessa investigação além do que interagir com o papel de investigadora.

A partir da observação pude ter uma visão, na qual me apropriei e percebi que nos momentos que atuo no meu trabalho, tive a oportunidade de observar e dar sentidos as coisas simples que antes não reconhecia com tal, apenas pelo olhar de investigador que trazia comigo durante os momentos e me proporcionou melhor entendimento de conceitos e atitudes de analisar.

A análise a seguiu um roteiro pré-estabelecido (conforme apêndice 04) que nos proporcionou mais segurança e conforto no momento da observação e com isso não perdêssemos nenhuma informação que fosse relevante para esse estudo.

Pode-se dizer que a realização dessa análise sucedeu nas observações e que será da forma mais compreensiva e objetiva com o intuito de entender melhor todo o contexto da escola de estudo, sobretudo a inclusão de criança com deficiência intelectual no fundamental II.

Ressaltamos que a escola possui oito (8) turmas do sexto (6º) e sétimo (7º), no entanto apenas as observações se deram em cinco (5) turmas, nas quais possui aluno com deficiência intelectual, do contexto desse estudo, desta forma estabelecemos por turma e prosseguir com todo andamento.

✓ Fundamental II – turma sexto ano “A” – vespertino

Trata-se de uma sala espaçosa, mas é pouco arejada funcionam duas turmas, que corresponde manhã e tarde, sendo de manhã sétimo (6º) ano “C” e tarde sexto (6º) ano. Nessa sala está incluso dois (2) alunos com deficiência intelectual com laudos médicos, como é uma sala da modalidade fundamental II, percebemos que a prática pedagógica varia de professor para professor, que a maioria é voltada para a fase da série, mas não direcionados especificamente para os alunos com deficiência intelectual, uma vez, que esses apresentam o déficit, ou seja, a metodologia é para atender toda turma, assim também dividida por hora aula, tem professor que passa quarenta (40) minutos e outros uma hora e vinte minutos (1h. 20m.) totalizando cinco (5) aulas por turma.

✓ Fundamental II – turma sexto “B” – vespertino

A turma do sexto (6º) ano “B” possuiu a mesma estrutura do sexto (6º) ano “A”, funciona à tarde sexto (6º) ano “B” horário vespertino e oitavo (6º) ano “D” matutino. Com a mesma característica, pois tem a mesma modalidade de hora aula. No entanto, apresenta um aluno com deficiência intelectual, elevo que o mesmo também apresenta laudo médico de comprovação da deficiência. A prática pedagógica está atrela com a mesma característica da turma “A”, pois tem professor que dá aula nas duas turmas.

✓ Fundamental II – turma sétimo (7º) ano – “A”

Sétimo (7º) ano “A”, sala também é ampla, mas para atender a quantidade de alunos matriculado nesta turma, se torna pequena. Funciona com duas turmas, ambos sétimos (7º) ano, sendo “B” matutino e “A” vespertino. Assim como no sexto (6º) ano, essa turma funciona da mesma forma dividida em disciplinas e carga horária de hora aula. A metodologia adotada tem a mesma característica e alguns professores também, vem diferenciar no conteúdo repassado que é para a fase de modalidade, tem incluso na turma um aluno com deficiência intelectual, que também não tem metodologia de aprendizagem direcionada para ele, e sim no contexto geral de toda a turma.

✓ Fundamental II – turma sétimo (7º) ano – “B”

Sétimo (7º) ano “b” é a mesma sala da turma sétimo (7º), porém, no horário da manhã. Matriculado de um (1) aluno com deficiência intelectual, assim como as turmas anteriormente citada contém a mesma característica inclusiva na prática pedagógica.

✓ Fundamental II – turma sétimo (7º) ano – “C”

A turma do sétimo (7º) ano “D” funciona no horário vespertino, com a inclusão de um (1) aluno com deficiência. Com todas as referências citadas acima. Tanto na estrutura quanto a prática metodológica.

A análise da observação se constata a partir do momento que identificamos nas turmas alunos com deficiência intelectual, ressaltamos que todos os alunos apresentam laudo médico que comprova a deficiência dos discentes, segundo a coordenação da escola.

A análise também seu deu quando observamos na modalidade de ensino do fundamental II, quando analisamos a prática metodológica de aprendizagem docente, não direcionada para atender à necessidade dos alunos que apresenta deficiência intelectual, ressaltando que em algumas situações são limitados em seu desenvolvimento.

Como participante e realizando o desfecho desse grupo de estudo, tivemos a oportunidade de aprofundamos a análise da referida escola, apesar das turmas dos sextos (6º) e sétimos (7º) anos obter alunos com deficiência intelectual, as práticas e os métodos pedagógicos não condizem na realidade desses alunos que precisam ter um olhar diferenciado para ter avanços no desenvolvimento.

Nas observações tivemos o privilégio de enriquecer nosso conhecimento e momento que proporcionou fortalecer o contexto desta pesquisa, ressaltamos a importância de alcançar resultados significativos na apresentação de dados sobre a unidade escolar, com a participação de todos os sujeitos envolvidos os professores, coordenadores pedagógicos e famílias que tem crianças com deficiência intelectual que estão frequentando o espaço escolar, que provavelmente não seria possível adotar método apenas na aplicação de questionário da pesquisa.

Mesmo que esteja envolvida como integrante do grupo, descrevo a relevância como investigadora, algumas particularidades que não fazia parte do conhecimento, no qual a partir desse momento ira trazer grande perspectiva para este e futuro estudos.

Com a realização desta observação, relatamos a satisfação de atingir os objetivos dessa investigação, com a participação dos envolvidos foi possível atender as necessidades de responder aos questionamentos indagados pela temática. Permitindo uma autorreflexão sobre o conceito de desenvolver novo olhar nas práticas cotidianas, dentro e fora do espaço escolar, transformar a

proposta de construção no processo de inclusão, levando em consideração que incluir não é apenas está, mas oportunizar aqueles que precisam apenas ser visto como capaz de não limitar.

## CONCLUSÃO

Neste presente trabalho mencionamos nesta parte as devidas conclusões que tivemos ao longo do estudo, em relação a prática pedagógica na concepção inclusiva de educação: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual

Depois de um extenso estudo sobre as principais teorias que norteia as ideias dessa temática, e realizar o recolhimento de dados através da pesquisa de campo, podemos relatar que obtivemos resultados satisfatoriamente aos objetivos expressos, tal como no problema que direcionou este estudo. Dessa forma podemos afirmar que para nós que investigamos, podemos compreender e integralizar acerca da temática com uma visão bem mais ampla, possibilitando a contribuição devido a esta pesquisa, com trabalhos que possam ser desenvolvidos mais na frente, com isso englobe os questionamentos que ressaltamos e embasamos e com a finalidade de alcançar efeito que de fato obtidos ganhos positivo e aceitável para alancar novas perspectivas.

Para iniciar essa pesquisa, envolvemos autores teóricos que fundamentasse a ideia trazida pela temática, no entanto também foi pensando na intenção de estar relacionado com a realidade cotidiana dos sujeitos envolvidos para esse estudo, Professores, coordenadores pedagógicos e as famílias que tem alunos com deficiência intelectual na modalidade de ensino fundamental II, nas quais tiveram relevante contribuição com parte da investigação. Adotamos maneiras que, além de tudo respeitasse a ideia de cada um, como também não influenciemos na forma de todos os participantes interagirem ou mostrar seu sentimento emotivo.

Com isso, quando iniciamos a construção do marco teórico buscamos conhecer as ideias de autores renomados que abordasse conteúdos sobre a inclusão, que também dessa ênfase na deficiência intelectual, sendo fator decisivo para propagar conhecimentos e conceitos sobre essa patologia, na forma que queríamos nos apropriar com mais determinação, e assim buscar mais concepções e ter de abranger conhecimentos significativos.

Neste sentido, a pesquisa de campo teve a oportunidade de aproximasse e conhecer as opiniões dos professores, coordenadores pedagógicos e famílias de alunos com deficiência intelectual matriculada na escola, nas quais, posicionaram suas angustias quando participaram dos questionamentos. De acordo com a descrição no capítulo da metodologia, as técnicas utilizadas na investigação foram à entrevista em profundidade, análise documental e observação participante, e podemos afirmar que as técnicas que utilizamos tiveram a capacidade de responde com precisão, como também atender toda a indagação proposta para esse estudo, no qual no possibilitou aprofundar com segurança.

Diante do nosso aprofundamento teórico em relação à temática, corroboramos que a dimensão da inclusão é bastante importante para trazer uma nova perspectiva educacional e para o pleno

desenvolvimento da criança com deficiência possibilitando a capacidade progredir nas habilidades física, cognitiva e emocional, como também superar desafios na sua vida social ou educacional.

Quando se trata de inclusão educacional par fundamental II, vem a necessidade de aprofundar mais além, uma vez que essa inclusão, pode significar exclusão. É nesse sendo queremos explanar nossas conclusões no que diz a respeito à opinião dos praticantes, ao documento que foi analisado com bastante cautela e o campo de observação durante todo trajeto da pesquisa.

Se bem que, a nossa conclusão aborda a teoria de forma peculiar de autores que abrange a ideia, a nossa convicção estão executadas através das análises e interpretação dos resultados atingidos, por meio das técnicas utilizadas, é nesse condicionamento que iremos aplicar-se para pertinentes conclusões.

Através de uma conclusão de circunstâncias obtida durante esse trajeto, podemos corroborar que a inclusão é compreendida pelo professor, no que se trata criança com deficiência intelectual, entende o conceito, embora não se tenha sentido preparada para lher com esse perfil, pois no fundamental II, não se tem momentos individual com esses alunos para ser trabalhado. Mas ressalta a importância da inclusão nas modalidades de ensino.

Com também os coordenadores têm compreensão da inclusão e sua importância, embora nas jornadas da modalidade de fundamental II, essa inclusão não ocorre como gostariam, não tem uma dinâmica para que se obtenha mais ganhos com a inclusão, em relação à deficiência intelectual, o desafio é imposto em todos os sentidos, e, há preocupação com essa realidade.

Já as famílias participantes da pesquisa, concluímos que apesar de ter seus filhos matriculados na unidade de ensino, pouco se sabe sobre a inclusão, mas sabe de a importância dessas crianças frequentarem o espaço escolar.

Outro ponto que ressaltamos que concluímos é a importância dessas crianças com deficiências intelectuais está matriculada nas modalidades de ensino, como também no fundamental II, embora se acredite que o professor não esteja pronto para atender a necessidades desse discente, que na maioria das vezes causa falta de estímulo para prosseguir.

Neste ponto de vista, percebemos que a instituição educacional assegura a importância de alunos com deficiências serem matriculadas e garanti a permanência na escola. Embora não se tenha acessibilidade necessária para atender esse público na modalidade fundamental II.

Nessa conclusão apontamos pelas as famílias sobre a importância de seus filhos serem incluindo no ensino fundamental II, acredita que seus pupilos chegar nessa fase de ensino é um patamar imprescindível, mas se sente inseguro, pois os professores não usam os recursos para que eles possam desenvolver melhor, nem mesmo acompanha nas atividades, como no primeiro (1º) ao quinto (5º), se preocupa com carga horária por aula, e até mesmo a quantidade disciplina junto ao conteúdo.

Não obstante concluir que a formação não é oferecida pelo Sistema Educacional que atua no fundamental II, nem mesmo quando se fala de inclusão, porém tem-se o desconforto por parte dos docentes não está preparado para lidar com essa situação, para o mesmo deveria ter professor de apoio permanente durante o ano letivo para acompanhar esses alunos, dessa forma poderia ter mais ganho, já que eles têm que dá aula no todo, mesmo em caso de aluno com deficiência, não são direcionadas.

Abordamos sobre a estrutura física, concluímos alguns apontamentos pelos coordenadores anseia melhoria para atender alunos com deficiências, e que releva a importância de construção de algumas áreas para se trabalhar com esses alunos, a sala de recurso com materiais adequado para cada tipo de deficiência, assim o aproveitamento seria bem significativo. Como também acessibilidade para melhoria no acesso para toda parte da escola.

Recopilamos a concluir que os desafios para a permanência de criança com deficiência na modalidade fundamental, não seja tarefa fácil que o Governo precisa ter um olhar mais preciso, dando condições da escola oferecer acessibilidade quanto estruturação física do prédio, como também condições necessárias para atender à necessidade desses alunos. Registrado pelos coordenadores participantes da entrevista.

Percebemos e concluímos que a escola tem alguns recursos para trabalhar com os alunos com deficiências, isto é, jogos educativos, atividades que envolver leitura com materiais que englobe a produção contextualizada, jogos que desenvolve a dinâmica corporal, entre outros recursos que contribui no aprendizado de forma construtiva e mais atraente para alunos com deficiências intelectuais, embora disponível pela escola, na maioria dos professores não recorre a esses recursos.

Apontamos diante de todas as questões levantadas, conclui-se que as práticas pedagógicas não condizem com a realidade dos alunos com deficiências intelectuais, embora, que os alunos apresentam algumas dificuldades para compreensão de atividades, desenvolvimentos e até mesmo na interação social, as práticas não direcionam para essas dificuldades, os conteúdos realizados em sala de aula, é associada na fase da turma, ou seja, para sexto (6º) e sétimo (7º) ano, no todo.

Constatamos que as metodologias usadas para a turma são de acordo com cada professor, no qual cada turma contém oito (8) disciplinas, com a mesma quantidade de docentes. Além disso, a carga horária é dividida em cinco (5) aulas, professor pode até cumular duas aulas por turma. Frisamos essas informações para ressaltar a dificuldades que só alunos com deficiências intelectuais apresentam para se adaptar todas essas características, no qual pode comprometer seu desenvolvimento e aprendizagem.

Diante de todos os itens conclusivos que apontados até agora queremos mostrar mais um o PPP, embora a escola tenha esse documento atualizado, percebemos através da análise documental que abordamos sobre a inclusão, foi visto que se têm alunos matriculados com deficiências nas

modalidades Fundamental II, e, até agora não tem ação como proposta para engajar na metodologia das práticas pedagógicas inclusiva, e nem mesmo para tipo de deficiência apresentada.

Embora, percebemos ao longo desse estudo que há alunos com deficiências intelectuais nas salas de aulas, no PPP construído não apresenta nenhuma ação que possibilite desenvolver estratégias, projetos ou programas para atender a necessidades dos alunos, mesmo quando esses alunos necessitem dessas ações para avançar.

Diante de todas as dificuldades apresentada com os alunos com deficiência intelectual concluímos que a família se preocupa com desenvolvimento dessas crianças, e que sente angustiada por não saber lidar com as dificuldades que eles apresentam nas atividades e até mesmo em compreender o comportamento diante da falta de acessibilidades dentro e fora do espaço escolar.

Diante de todos os itens conclusivos apontados até o momento, desejamos mostrar mais um. Diante da temática acertada para estudo, vimos que os professores e coordenadores possui uma visão bem parecida, quanto a família é relevante ressaltar que elas precisam de mais apoio dos docentes, e coordenadores para prosseguir com seus filhos de forma que a escola apresente maneiras que ajude esses alunos a serem estimulado a desenvolver de fato, que não seja um mero incluir na escola ou ser promovido sem ter a oportunidade de aprender como qualquer outro aluno dito “Normais”.

Neste sentido, podemos captar ainda mais aprofundamentos sobre a temática e reiterar nossas conclusões diante dos dados coletados que ao interagir com a concepção da prática pedagógica e as possibilidades de ensino aprendizagem para crianças com deficiências intelectuais, de essa forma contribuir educação inclusiva para todos no processo de inclusão.

Perante todo esse contexto conclusivo, podemos compreender ainda mais eminentemente sobre o tema progredir nas conclusões através de dados coletados, a prática pedagógica inclusiva: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de criança com deficiência intelectual.

Sendo assim, em relação ao **objetivo 01** que consistiu em **apresentar a concepção de educação inclusiva na visão dos professores** foi possível através dos docentes que atua na modalidade do fundamental II, que acredita na importância da inclusão, mas que deveria ter mudanças de concepção, uma vez que nesta modalidade de ensino, não favoreça muito o processo de inclusão, os professores não são preparados como deveria ser para levar o conceito em sala de aula.

Informado também que a educação inclusiva teve grandes avanços e poderia alcançar melhor resultado se de fato a política pública fosse direcionado para todo ensino regular da educação básica, assim os no fundamental II e ensino médio a inclusão não ficaria com tantas dificuldades para se concretizar. As dificuldades vêm porque não existe ação, estratégias e apoio para acompanhar os alunos com deficiências.

Nessa visão mencionada pelos docentes, podemos concluir que todos acreditam na inclusão educacional, no entanto, quando se fala de fundamental II, existem dificuldades de adotar por parte

dos docentes porque não existe ação que possa concretizar a inclusão em sala de aula, embora se tenha alunos matriculados na escola, e que a concepção de inclusão deveria ocorrer mudanças nas políticas públicas para atender todas as modalidades de ensino.

As políticas direcionadas para a educação deveria dá condições para os docentes, discentes, gestores, famílias para que de fato ocorresse automaticamente a continuação de alunos com deficiência nas séries do sexto (6º) ao nono (9º) ano, assim o ensino médio. Não apenas no ensino fundamental I e educação infantil. Indagasse pela falta de formação, apoio para acompanhar os alunos com deficiências e o tempo que não se tem para trabalhar com esses alunos, já que são várias disciplinas divididas por professores com conteúdo diferentes.

Entre tanto, nessa etapa conclusiva, embora, essas crianças estejam matriculadas na unidade escolar, professores acreditam na importância inclusão, mas não há ação que promove a iteração no sistema educacional que fortaleça a inclusão na modalidade de ensino fundamental II.

Dessa maneira, concluímos que esse objetivo foi respondido através das técnicas que utilizamos para esta pesquisa, que os mesmos foram atingidos na medida que identificamos a concepção dos professores relacionada a educação inclusiva.

A conclusão mencionada ao **objetivo 02** que aborda **identificar as metodologias que são utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual** constou que a metodologia para trabalhar com alunos com deficiências, como também para alunos que apresenta deficiência intelectual, depende de cada professor, pois na modalidade de ensino fundamental II, têm-se oito (8) disciplinas com a mesma quantidade de professores que atua por turma. Com isso dificulta adotar metodologia direcionada para alunos com deficiências intelectuais, as metodologias que são utilizadas e englobadas para todos os alunos da sala de aula.

Como também concluímos que os conteúdos oferecidos pelos docentes precisam atender uma grade curricular determinada para atender a fase da turma, ou seja, de acordo com a série da turma e não para alunos que apresenta deficiência intelectual. Nesse sentido percebemos que é o discente que precisa se adaptar as metodologias oferecidas pelos os professores.

Dessa forma podemos concluir que o ensino aprendizagem compromete a vida escolar de alunos com deficiências intelectuais por não conseguirem se apropriar de vários conteúdos ao mesmo tempo, e que esses alunos não têm ajuda de professor de apoio o qualquer outro apoio humano que possa acompanhá-lo para obter melhor resultado.

Assim também, constatamos que o PPP, não menciona ação ou estratégias de metodologia para ensino aprendizagem que possa suprir a necessidades desses alunos, o documento define a metodologia de modo geral, para todas as turmas da unidade escolar, destacando o ensino aprendizagem de forma que seja desenvolvida na realidade do aluno, estando associada às mensagens de natureza afetiva e às atitudes e valores.

De modo conclusivo percebemos que os alunos com deficiências intelectuais, necessitam de metodologia que direcione para atender sua necessidade de aprendizagens, como também as dificuldades que os pais têm para suprir essa dificuldade juntos aos filhos para eles sentisse capazes de progredir e estimulados para desenvolver suas dificuldades com superação.

Dessa forma, também concluir-se que esse objetivo foi respondido através das técnicas que utilizamos para esta pesquisa.

A corroboração em relação ao **objetivo 03** dessa investigação trata-se **verificar que tipo de apoio pedagógico os docentes, os alunos e as famílias recebem para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual** concluímos por se tratar da modalidade de ensino fundamental II, os professores não têm o apoio para trabalhar com alunos com deficiências intelectuais, nesse caso percebemos que o professor passa pouco tempo em cada turma, não contém tempo para trabalhar no individual.

Em relação ao apoio pedagógico específico para aluno com deficiência pouco se usa, os professores contam com os coordenadores para elaborar algumas questões que possa ser trabalhada no todo, o apoio necessário seria profissional que pudesse acompanhar esses alunos diariamente, na sala de aula com as atividades, devida sua dificuldade, a maioria não consegue prosseguir.

Constatamos que o aluno com deficiência intelectual não participa de aulas extras ou fazem parte da sala de recursos, uma vez que não possui na unidade escolar para o fundamental II, apenas uma pequena parte dos docentes recorre aos coordenadores em busca de apoio dos coordenadores para propor uma proposta pedagógica para intervir nas dificuldades desses alunos.

Como também posemos concluir que as famílias não têm nenhum tipo de apoio por parte do professor, pois raramente se tem contato entre eles, apenas no dia do plantão pedagógico, que é falado sobre o desenvolvimento do aluno. Frisamos que este plantão ocorre uma vez a cada semestre, e atende todas as famílias da turma.

Assim concluímos que a família pode contar com apoio de coordenadores quando o aluno apresenta dificuldade de aprendizagem brusca, e que nesse sentido tem de conversar e orientação para tentar diminuir essa dificuldade, no entanto, constatamos que o apoio necessário que essas famílias precisariam é compreender as atividades e conteúdo que são impostas aos filhos, que na maioria elas não conseguem refazer com eles.

Diante de caráter conclusivo verificamos que tanto professores, quanto alunos com deficiências intelectuais e famílias desses alunos acreditam que precisam de apoio pedagógico para lidar com inclusão e da importância de utilizar metodologia direcionado método de ensino aprendizagem para atender alunos com deficiências intelectuais.

Logo após conclusões relacionadas desse objetivo queremos salientar mais uma vez que propósito desse objetivo foi atingido através das técnicas utilizadas.

As corroborações em relação ao **objetivo 04** dessa investigação trata-se **descrever as dificuldades dos professores para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual**. É conclusiva a importância da busca de mecanismo para lidar com as dificuldades que os professores apresentam para quando relacionado o ensino aprendizagens de crianças que apresentam deficiências, precisamente quando se trata de deficiência intelectual, faz-se necessário que todos precisam estar juntos para inovar novos métodos ou mesmo estratégias assim significa melhoria no trajeto escolar desses alunos.

Registrados em seus relatos a demonstração das dificuldades dos professores que atuam na modalidade e de ensino fundamental II, consta que a falta de formação é o maior desafio para lidar com inclusão, sabe-se que a formação tem um papel importante para os professores, devido a ela as práticas educacionais tem um direcionamento como serão trabalhados em sala de aula. Concluímos que nessa fase de modalidade não é oferecida formação, diante dessa situação os professores em sala de aula abordam apenas conteúdos para o alunado no geral.

Também averiguamos que os alunos com deficiência necessitam de apoio de recurso humano para acompanhá-lo diariamente na sala de aula, esse apoio possibilitava melhor desenvolvimento para os alunos, facilitava na dinâmica de mudança de disciplinas e professores, uma vez que a turma tem cinco disciplinas por turno diariamente.

Concluímos também que a carga horária para o fundamental II, é distribuída para cinco aulas por turno, se torna desafio para os professores trabalhar e acompanhar esses alunos, mesmo que seja planejado e aplicado, não é possível acompanhar por causa da troca de docentes, assim quando outro docente entra na turma já outra disciplina e outro conteúdo. Isso dificulta e compromete o aprendizado deles.

Percebemos que é relatado também a falta de recursos pedagógicos para ser trabalhado com os alunos, se fala muito de inclusão, quando se trata de inclusão para o sexto (6º) ano em diante, tudo fica mais difícil, os livros, materiais pedagógicos, o espaço, até mesmo os conteúdos dados que na maioria dos alunos com deficiências intelectuais não conseguem alcançar o nível da turma.

Sendo assim, percebemos que nem todos os professores estão preparados para educação inclusiva, e isso pode ocasionar resistência de alguns às inovações educacionais, como a inclusão, ao considerarem que a proposta de uma educação para todos é válida, porém impossível de ser concretizada levando em conta o número de alunos, circunstâncias e dificuldades em que se trabalha nas escolas da rede públicas de ensino na modalidade do fundamental II.

Com isso podemos mais uma vez relatar que as técnicas utilizadas foram importantes para o desenvolvimento e resposta ao objetivo proposto.

Enfim, chegamos ao final da conclusão enfatizamos que realmente o tínhamos como prévio em nossas mentes como investigadores se concluíram na finalização desse estudo. Temos a consciência

absoluta que a prática pedagógica na concepção inclusiva de educação pode ser gerada as possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.

E, dizemos isso não só por ideia apropriada, mas, após estudo aprofundado de teóricos renomados nesse tema, abordagem de participantes, análise de documentos e também observação participantes, com intuito de idealizar esta pesquisa.

No final dessa conclusão queremos aqui relatar que os participantes desse estudo forneceram informações importantes que contribuíram para nosso entendimento e assim poderemos cooperar com estudos futuros.

Por sua vez, deixamos claro que as informações recolhidas foram suficientes para construção de nossas concepções e assim apontar nossas conclusões que serão úteis para novos estudos que surgirão apoiados por essa investigação.

## SUGESTÕES

A inclusão do aluno com deficiência intelectual necessita de mudanças comportamentais e pedagógicas dos professores de ensino fundamental II, e esses professores precisam de concepção favoráveis de inclusão, como também a escola deveria engajar no PPP as ações que estreita esse laço, assim a família junto a coordenação gestão e comunidade escolar entrelaçar numa mesma perspectiva de melhor empenho a favor da superação de desafios, o torna um único conceito de possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de criança com deficiência intelectual.

Tendo em vista os resultados alcançados com a realização da pesquisa e em virtude de se ter evidenciado algumas situações que ainda precisam ser revistas pelos coordenadores da escola, pelos docentes, pelas famílias que participaram desse estudo, recomenda-se para estudos futuros:

Debates construtivos sobre a concepção um novo olhar para inclusão, tendo como recorte alunos com deficiências intelectuais;

- ✓ Disponibilização de serviço e recursos por parte da coordenação e gestor da escola para orientar professores para lidar com alunos que apresenta deficiência intelectual;
- ✓ Sugerir aos docentes que o plano de aula leve em consideração as características de alunos, sendo flexível para aqueles que apresentam a deficiência intelectual;
- ✓ Metodologia que vise o pleno desenvolvimento do aluno, em virtude da deficiência apresentada;
- ✓ Que os docentes da modalidade ensino fundamental II utilize metodologia em suas disciplinas que englobe recursos que facilite o ensino aprendizagens dos alunos com deficiência intelectual;
- ✓ Que gestores, coordenadores proporcione ações que possa fortalecer a metodologia de aprendizagem do PPP da escola;
- ✓ Que estejam atreladas na construção do PPP as políticas educacionais para atender alunos com deficiência na intelectual;
- ✓ Os coordenadores e gestores devem favorecer o debate e procurar socializar experiências com reuniões onde os docentes possam expor suas dúvidas e realidades, com intuito de vencer a insegurança em sala de aula ajudando o aluno com deficiência intelectual;
- ✓ O enriquecimento das formações contínuo que englobe a inclusão como forma de valorizar as práticas na construção de aprendizagem significativa no fundamental II;
- ✓ Aprimorar meios de interação entre professor/aluno como forma de enriquecer as relações afetivas e conseqüentemente melhorar a aprendizagem significativa;
- ✓ As formações contínuas sejam mais enfatizadas a prática docente para ser trabalhado com alunos com deficiências inclusive alunos com deficiência intelectual;

- ✓ Que o Sistema Educacional de acordo com a lei ofereça apoio humano para acompanhar alunos com deficiência intelectual diariamente em sala de aula;
- ✓ Que a gestão escolar junto com coordenação e professor realize palestras ou debate com a família, dando o apoio para as mesmas serem orientadas no desenvolvimento dos seus filhos.
- ✓ Parceria escola e família;
- ✓ Que a escola crie ações e estratégias para os professores sentirem-se mais preparados para lidar com os desafios.
- ✓ Promover a construção da sala de recursos com atendimento especializados (AEE) para alunos com deficiência.

**REFERÊNCIAS**

- Almeida, D. B., de Mendonça Rezende, A. M., de Carvalho, N. M., da Silva, E. C., Silva, R. C. M., & Sobral, O. J. (2007). Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. *Educação*, 32(2), 327-342.
- Alvarenga, E. M. (2019). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa*. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos, 2.
- Alves, F. G. (2015). Como criar experiências de aprendizagem engajadoras um guia completo: do conceito à prática. *DVS editora*, 2<sup>o</sup> edição.
- Arantes, V. A. (2007). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. Summus.
- Bencostta, M. L. A. (2007). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. Cortez Editora.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Editora Brasília, DF.
- Brasil. (1989). *Lei 7.853, de 24 de novembro de 1989*. UDESC.
- Brasil. (2001). *Plano Nacional de Educação – PNE. Lei Federal nº 10,172*. Brasília- MEC.
- Brasil. (2015). *A lei nº 13.146, de 2015: lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro*.
- Brasil. (2016). *Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos*. Editora Brasília, DF.
- Brasil. (1996). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96, Congresso Nacional, Brasília, DF.
- Brasil. (1998). *Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (1998), Parâmetros Curriculares Nacionais. *Introdução. Ensino fundamental. Brasileira*. MEC/SEE- PCN,s.
- Brasil. (2001). Ministério da Educação: Programa educacional inclusivo: Direito a diversidade: Brasília, MEC\SEESP.
- Brasil. (2002). *Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial de violência e saúde*. Genebra: OMS.
- Brasil. (2009). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: o cenário nacional pós-ratificação e os desafios à sua implementação*. Ministério Público, sociedade, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília-DF: ESMPU.
- Brasil. (2012). *Ministério da Educação e Cultura: Programa educacional*. Brasília, MEC\SEESP.
- Brasil, M.E.C.; Dicei, S. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI.

- Brasil. (2015). *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Lei 13.143/15. Brasília, DF.
- Brasil. (2017). *IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico*. Brasília DF.
- Brasil. (2018). *Coordenação: Geral do sendo da Educação Básica*.
- Campoy, T. (2018). *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del. Este (py) U.N.C. del Este.
- Carvalho, R. E. (1998). *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro: Edição 2ª. Editora Cotez: Rio de Janeiro.
- Carvalho, R. E. (2013). *Educação inclusiva com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., e Silva, R. (2007). *Metodologia científica*. São Paulo: Vozes.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Nova Iorque: WCEFA.
- Facci, M. G. D. (2004). *A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontief, Elkonin e Vygotsky*. Editora Campinas, São Paulo.
- Falconi, E.R. M.; Silva, N. A. (2002) Sturaro. *Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual AEE*. AEE, Atendimento Educacional Especializado, v. 10, 2002.
- Ferreira, A. B. D. H. (1999). Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. In *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (pp. 2128-2128).
- Ferreira, A. B. D. H. (2007). *Novo dicionário Aurélio-século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1.
- Ferreira, W. B. (2006). *Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular e Ensaios Pedagógicos – Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: SEESP/MEC.
- Fortuna, T. R. (2005). *QUEM QUER BRINCAR? Salão de Extensão (06.: 2005: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2005*.
- Galvão Filho, T. A. (2009). A Tecnologia Assistiva: de que se trata? *Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade, 1*, 207-235.
- García, C. M. (1999). *Formação de professores: para uma mudança educativa*.
- Garcia, W. E. O. (2003). *O papel da pesquisa na formação do educador. Educação e Linguagem*. São Bernardo do Campo, ano 6, n. 8.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas

- González, J. A. T. (2002). *Educação e diversidade: bases didáticas organizativas*. Porto Alegre: Editora ARTMED.
- Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Lucio, M. D. P. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Honora M.; Frizanco, M. L. (2008). *Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva*. Edição 2. Editora Ciranda Cultural.
- Lakatos, E. M. e Marconi, M. D. A. (2003). Fundamentos da metodologia científica. *In Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo. Editora Altas.
- Libâneo, J. C. (1998) *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Editora Cortez.
- Madruga, S. (2021). *Pessoas com deficiência e direitos humanos*. Saraiva Educação SA.
- Mantoan M. T. E., (1997). *Ser ou estar: eis a questão*. Rio de Janeiro: Editora WVA.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo Editora Moderna.
- Mello, A. G. (2006). Políticas públicas de educação inclusiva: oferta de tecnologia assistiva para estudantes com deficiência. *Revista Habitus*, 8(1).
- Mendes, O. C., e Ferreira, A. D. *A Criança e a Importância do Lúdico na Educação*. (2017). *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 2, Vol. 13.
- Mendes, O. C. (2010). Breve histórico da educação especial no Brasil. *Educación y Pedagogía*, 22(57), 93-109.
- Michaelis. (2016). *Guia Prático da Nova Ortografia: Saiba o que Mudou na Ortografia Brasileira*. Editora Melhoramentos.
- Michel, M. H. (2000). *Metodologia E Pesquisa Científica Em Ciências Sociais* . Editora Atlas SA.
- Minayo, de S. M. C. (2011). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada.
- Nóvoa, A. (2008). *O regresso dos professores*. Livro da conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para equidade da aprendizagem ao longo da vida. Lisboa: Ministério de Educação.
- Nóvoa, A. (1992). *Para uma análise das instituições escolares*. II: A. N. (org.) as organizações escolares em análise. Lisboa, Dom Quixote.
- Organização Mundial da Saúde (1998). *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): manual de classificação das consequências das doenças*. Lisboa: Secretaria Nacional de Reabilitação, OMS.
- Organização das Nações Unidas (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. ONU.

- Organização das Nações Unidas. (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. ONU.
- Organização das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Resolução nº L.44 (XLIV). Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Ribas, J. B. C. (1997). *Das pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira*. Brasília, DF: Corde.
- Richardson, R. J. (1999). Fichamento comparativo in : pesquisa social métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, S\A.
- Salamanca, D. (1994). Princípios, políticas e prática em educação especial. *Espanha:[Sn]*.
- Sánchez, J. N. G. (2004). *Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagogia*. Porto Alegre: Artmed.
- Sander B. (2005). *Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação*. Brasília: Líber Livro Editora.
- Saraiva, A. E. T. (1999). *Supervisão escolar e avaliação diagnóstica*. Universidade Cândido Mendes: Rio de Janeiro.
- Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (Vol. 174). Rio de Janeiro: Wva.
- Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA.
- SEESP/ SEED/ MEC (2010). *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola comum inclusiva*. Fascículo I, Brasília.
- Stainback, W., Stainback, S., Stefanich, G., & Alper, S. (1999). A aprendizagem nas escolas inclusivas: e o currículo. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: ArtMed, 240-251.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez editora.
- Shiroma, E. O.; Moraes, M. C. M.; Evangelista (2007). Olinda. (Org.). *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Silva, M. A. (2002). *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas, SP: Autores Associados, Fapesp.
- Silveira, D. (2013). *Inocência. Processo de criação de uma trilha interpretativa a partir da percepção ambiental de alunos do ensino fundamental*. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Tardie, M.; Lessard, C. (2007). *O trabalho: elementos para teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, TJ: Vozes.

- Triviños, A. N. S. (2006). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Veiga, I. P. (2007.). *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. São Paulo Ed. 3°. Editora Campinas. Papyrus.
- Veltrone, A. A., & Mendes, E. G. (2009). Inclusão e fracasso escolar: o que pensam os alunos com deficiência mental?. *Revista Educação Especial*, 22(33), 59-71.
- Viana, M. A. P. (2004). *Internet na Educação: Novas formas de aprender, necessidades e competências no fazer pedagógico*. In: MERCADO, L. P. L. (Org.) *Tendências na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação*. Maceió: EDUFAL.
- Vygotsky, L. S. (1997). *Fundamentos da Efectologia*. Madri: Visor.
- Vygotsky, L. S. (1998). A formação social da mente-de LS Vygotsky. *Revista Educação em Questão*, (1/2), 183-187.
- Xavier, A.G. P. (2002). *Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva*. In: *Revista Integração*. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Ano 14. Edição nº 24.

# APÊNDICES

## APÊNDICE Nº 01: GUIA DE ENTREVISTAS PARA OS PROFESSORES



### UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN E LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

#### **ENTREVISTAS: a prática pedagógica na concepção inclusiva de educação: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual**

Prezado professor

Solicito a participação nessa entrevista que é parte da pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

O objetivo Analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação.

Sua participação é voluntária e muito importante. As respostas serão sigilosas.

Agradeço, desde já, a sua contribuição.

Ivaneide da Silva e Silva

#### **Perfil do Professor Fundamental II:**

Idade: \_\_\_\_\_

Tempo que leciona: \_\_\_\_\_

Turma que leciona: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

1 – Qual a sua concepção sobre educação inclusiva?

---

---

---

2 – Qual seu conceito de deficiência intelectual?

---

---

---

3 - Você vivencia a metodologia de aprendizagem direcionada para alunos com deficiências intelectuais?

---

---

---

4 – Em sala de aula que atua do sexto ou sétimo ano de fundamental II, há apoio necessário para lidar com alunos com deficiência intelectual?

---

---

---

5 - A formação que o Sistema Educacional da Secretaria Municipal de Educação oferece está dentro dos Parâmetros para o processo de inclusão?

---

---

---

6 – A formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação condiz com as práticas pedagógicas utilizadas para atender a todos os alunos inclusive para criança com deficiência intelectual?

---

---

---

7 - Para você qual a dificuldade para se trabalhar com alunos com deficiência intelectual?

---

---

---

8 - A sala de aula oferece condições pedagógicas necessárias para atender aluno com deficiência intelectual?

---

---

---

9 - Em sua opinião quais são os pontos positivos para alunos com deficiência está incluso nessa modalidade de ensino fundamental II?

---

---

---

10 – Como você avalia o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual junto aos outros alunos, com abordagem do mesmo método de conteúdos aplicado para o todo?

---

## APÊNDICE Nº 02: GUIA DE ENTREVISTAS PARA OS COORDENADORES



### UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN E LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

#### **ENTREVISTAS: A prática pedagógica na concepção inclusiva de educação: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual**

Prezado coordenadores,

Solicito a participação nessa entrevista que é parte da pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

O objetivo analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação

Sua participação é voluntária e muito importante. As respostas serão sigilosas.

Agradeço, desde já, a sua contribuição.

Ivaneide da Silva e Silva

#### **Perfil do coordenadores:**

Idade: \_\_\_\_\_ Tempo de atuação enquanto coordenador: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

1 - Como coordenador desta unidade de ensino, de que forma ocorrem as jornadas de formação continuada em serviço no que concerne ao debate da inclusão de alunos com deficiência?

---

---

---

2 – A escola oferece formação ou capacitação para aos professores que atua no sexto e sétimo ano para atender alunos com deficiência intelectual?

---

---

---

3- Qual o apoio pedagógico oferecido pela escola para o professor trabalhar com as crianças com deficiências intelectuais?

---

---

---

4 - Quais as práticas pedagógicas atribuídas pelo PPP (Projeto Político Pedagógico) para atender o processo de inclusão educacional?

---

---

---

5 - A formação contínua oferecida pela Secretaria Municipal de Educação condiz com a realidade da escola para atender a inclusão de alunos com deficiências precisamente alunos com deficiência intelectual?

---

---

---

6 – De que forma você enquanto coordenador pedagógico acompanha as metodologias dos docentes para trabalhar com a turma favorece alunos com deficiência intelectual?

---

---

---

7 – Você como coordenador qual desafio para conseguir resultado significativo de alunos com deficiência intelectual no contexto ensino aprendizagem?

---

---

---

8 – Quando não se tem resultado favorável do desenvolvimento desses alunos, há proposta de ação ou estratégia no PPP para buscar melhor resultado? Há uma cooperação dos professores, famílias, gestão, alunado e coordenação pedagógica?

---

---

---

9 - A escola como papel transformador social, qual o apoio que se dá para a família que tem esses alunos matriculados na modalidade de ensino fundamental II?

---

---

---

10 - A escola participa efetivamente das políticas públicas voltadas para educação inclusiva, na perspectiva da garantia de cesso para todos?

---

## APÊNDICE Nº 03: GUIA DE ENTREVISTAS PARA AS FAMÍLIAS



### UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN E LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

#### **ENTREVISTAS: A prática pedagógica na concepção inclusiva de educação: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual**

Prezada Família,

Solicito a participação nessa entrevista que é parte da pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

O objetivo analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação

Sua participação é voluntária e muito importante. As respostas serão sigilosas.

Agradeço, desde já, a sua contribuição.

Ivaneide da Silva e Silva

#### **Perfil da Família:**

Idade: \_\_\_\_\_ Idade da criança com deficiência intelectual: \_\_\_\_\_

Série que a criança estuda \_\_\_\_\_

1 - Qual o seu conhecimento sobre inclusão escolar?

---

---

---

2 – A escola oferece condições para matrícula e permanência de seu (sua) filho (a) com deficiência intelectual?

---

---

---

3 – Acredita que os professores e a unidade escolar estão preparados para acolher seu (sua) filho (a) com deficiência intelectual na modalidade de ensino fundamental II?

---

---

---

4 – Você acha que seu (sua) filho (a) está se adaptando na sala de aula regular, como também troca de professores por hora aula, e acompanhando o mesmo rendimento escolar da turma da sala de aula?

---

---

---

5 – Quais os desafios que você encontra para acompanhar o desenvolvimento em relação à aprendizagem do seu (sua) filho (a) com deficiência intelectual dentro e fora da unidade escolar?

---

---

---

6 – Em sua opinião seu (sua) filho (a) a metodologia de ensino aprendizagem que o professor adota está de acordo com nível que seu (sua) filho (a) apresenta no dia a dia?

---

---

---

7 - Quando seu (sua) filho (a) apresenta dificuldade na aprendizagem, os professores ou coordenadores oferece estratégias ou ação pedagógica que possibilite a superação dessas dificuldades?

---

---

---

8 – Em seu ponto de vista a escola oferece apoio e condições necessárias de acessibilidade, recursos pedagógicos e conteúdo de atividades para atender as dificuldades que seu (sua) filho (a) com deficiência intelectual possam apresentar?

---

---

---

9 – Como ocorre acompanhamento junto à escola de sua criança, em relação aos professores, coordenador ou a escola, quando ele não consegue avançar de modo algum no desenvolvimento de ensino aprendizagem ou desenvolver habilidades?

---

---

---

10 – Você tem algum tipo de apoio por parte da escola para ajudar seu (sua) filho (a) com deficiência intelectual nas atividades, estímulos ou até mesmo atendimento educacionais especializados que possa melhorar o desenvolvimento físico, efetivo ou emotivo?

---

## APENDICE Nº 04: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN E LA COMUNICACIÓN**  
**MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Nome da professora: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

Nº de alunos: \_\_\_\_\_

1) analisar e descrever as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, o espaço físico da sala de aula, recurso pedagógico e a prática docente

- **Ambiente** (limpo, espaçoso,);
- **Mobília** (condições, disposição geral do espaço);
- **Recurso pedagógicos** (jogos educativos, materiais disponíveis como: livros, literaturas de aula como recurso pedagógico inclusivo, lápis de cor, papéis, atividades socializadas, brinquedos, revistas, jornal);
- **Prática pedagógica docentes** (conteúdo relacionado a ensino aprendizagem para aluno com deficiência intelectual);
- **Estrutura Física** (sala de aula e banheiro acessível).

2) descrever o que foi observado.

- Descrever a presença de alunos com deferências intelectuais nas salas de aula observadas.
- Descrever a acessibilidade relacionado ao espaço físico interno e sala de aula.
- Descrever se a prática pedagógica docente relaciona com a necessidade do aluno com deficiência intelectual.
- Descrever se a escola oferece recursos pedagógicos apropriado para trabalhar com a inclusão.
- Registrar o acolhimento dos alunos.
- Descrever os métodos utilizados para trabalhar com alunos com deficiência intelectual.
- Descrever como transcorrem as práticas pedagógicas.

- Descrever o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual de acordo a metodologia aplicada pelo docente.
- Descrever tipo de apoio que a unidade oferece para suprir a necessidade dos alunos intelectuais.

## **APÊNDICE Nº 05: TERMO DE ESCLARECIMENTO SOBRE OS OBJETIVOS DA PESQUISA**



### **UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN E LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

#### **TERMO DE CONSENTIMIENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### **TERMO DE ESCLARECIMENTO**

Honrosamente venho convidá-lo a participar da pesquisa de campo da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação que será apresentada a Universidad Autónoma de Asunción/PY intitulada: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONCEPÇÃO INCLUSIVA DE EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

A educação inclusiva vem cada vez mais avançando e com isso aborda nas políticas públicas, sociais e educacionais, como também nas práticas pedagógicas e formações continuadas. Muitas vezes é colocado em questão como vem trazendo um novo olhar, que possa estender as possibilidades de uma nova concepção em todas modalidades de ensino, precisamente na modalidade fundamental II e médio, que ainda hoje existe dificuldades para introduzir a inclusão de alunos com deficiências, correlacionada com alunos que apresenta deficiência intelectual, e direitos são negados quando não oferece condições necessária para obter resultados significativos. Ressalta-se que é garantia por Lei oferecer condições necessárias par todos envolvidos, tanto professor, gestor e coordenador quanto a alunos com deficiência intelectual e sua família, assim na conjuntura fortalecer o processo de inclusão.

Diante desse contexto, a garantia da inclusão também está relacionada as metodologias de ensino e aprendizagem que norteia a prática pedagógica do professor em sala de aula, assim proporcionar estratégias para trabalhar e atender as necessidades dos alunos, como também para discentes com deficiências. Com isso, informamos que todos o envolvidos são sujeitos é de grande relevância para melhor compreensão sobre a questão. Analisar as possibilidades e os limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual a partir da práxis pedagógica na concepção inclusiva de educação

Desde já, podemos afirmar que não haverá riscos para o participante, sua participação será mantida no mais absoluto sigilo e garantida o anonimato, pois a análise dos dados não terá caráter avaliativo individual ou institucional.

**Responsável pela pesquisa: Ivaneide da Silva e Silva**

Essa pesquisa foi realizada com recursos próprios e não haverá despesas por parte dos participantes.

**APÊNDICE Nº 06: TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN E LA COMUNICACIÓN  
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO.**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li/ ouvi e compreendi os objetivos estabelecidos pela pesquisa. Entendo que minha participação poderá contribuir com a temática que diz respeito a prática pedagógica na concepção inclusiva de educação: possibilidades e limites para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência A pesquisadora deixou claros os benefícios proporcionados por esse estudo e que será preservado meu anonimato, além disso, estou consciente que estarei isenta de qualquer risco. Dessa forma concordo em participar.

---

Participante do estudo

---

Pesquisadora

# **ANEXOS**

**ANEXO Nº01: Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola**



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DULCE ALMEIDA

**PERITORÓ**  
**2019**



**Jozias Lima Oliveira**  
**Prefeito Municipal**

**Ioneire Loiola Prado**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Marta de Souza Silva**  
**Diretora**

Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação

**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

### Equipe de Elaboração do PPP

Francisco Neres da Silva  
Ezequias Silva e Silva  
Ana Claudia Carneiro Luz  
Marya Silva Santos Pinho  
Marta de Souza e Silva

### Colaboradores

Luis Eduardo da Silva (Professor)  
Edigleuma Alves da Silva (Professora)  
Vanusa Cardoso Salazar (Professora)  
Juliana Vieira da Silva (Professora)  
Ligia Maria dos Santos Figueredo (Professora)  
Gismara de Oliveira Nascimento Tavares (Professora)  
Maria Gleiciane de Abreu Cardoso (Professora)  
Antonio Kennedy da Silva Lobão (Professor)  
Antonio Francisco Florentino de Sousa (Professor)  
Solange Lopes Pereira Sena (Professora)  
Maria Madalena Nunes Pereira (Professora)  
Raimunda Tavares da Silva (Professora)  
Antonia Ferreira Veras Mota (AOSG)  
Maria do Socorro Ferreira Silva (Professora)  
Maria Elizabete Silva dos Santos (Professora)  
Sirlene Silva Sales (AOSG)  
Maria Iolete Cruz da Silva (AOSG)  
Maria das Dores Rodrigues Nascimento (AOSG)  
Antonio Carlos Sousa de Jesus (AOSG)  
Raquel da Silva e Silva (Professora)  
Maria Janaina Mesquita da Silva Pereira (Mãe)

### Digitadores

Edmilson Marques de Moura Filho  
Júnior Viana de Queiroz  
Fabiana Magalhães de Queiroz  
Revisão/Digitação/Edição  
Francisco Neres da Silva  
Valéria Amós dos Santos Silva

### Apoio Técnico

SEMED/CME  
Francisco Neres da Silva  
Marya Silva Santos Pinho  
Ana Claudia Carneiro Luz

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	128
DIAGNÓSTICO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Anos iniciais do ensino fundamental .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
HISTÓRICO .....	130
ESPAÇO FÍSICO.....	131
Princípios, missão e visão da escola .....	131
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	132
CONCEPÇÃO DE ENSINO .....	133
CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	133
CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO ESCOLAR.....	134
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	135
Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem - característica da avaliação.....	136
RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS .....	137
CURRÍCULOS E PROGRAMAS .....	137
Estrutura curricular do 1º ao 9º Ano. ....	137
DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
CONSTITUIÇÃO DE TURMAS, NÚMERO DE ALUNOS OU TURNOS .....	138
CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	138
PROPOSTA METODOLÓGICA .....	139
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS .....	140
PEDAGOGIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA .....	140
PEDAGOGIA DE PROJETOS.....	140
PEDAGOGIA DA ESCOLHA .....	141
METAS .....	141
AÇÕES.....	141
AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	142
EXPRESSÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO .....	142
ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO .....	142
CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	143
DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR .....	143
O RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE ESCOLAR.....	143
NORMAS DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR .....	143
Constituirão direitos dos alunos.....	143

Constituirão deveres dos alunos.....	144
É vedado ao aluno.....	145
PROCEDIMENTO EDUCATIVOS QUE PODERÃO SER APLICADOS AOS ALUNOS.....	146
BULLYNG ESCOLAR .....	146
Atitudes da escola .....	147
Regras anti-bullying (penalidades) .....	147
Penas alternativas.....	147
EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	147
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	148
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA .....	1
RECURSOS HUMANOS.....	1
QUANTITATIVO DOS ALUNOS ANO 2018.....	2
EDUCAÇÃO INFATIL.....	2
ENSINO FUNFAMENTAL .....	2
RECURSOS MATERIAIS .....	3
SECRETARIA (MOBILIARIO) .....	3
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	3
SALA DE AULA.....	4
CANTINA.....	4
ACERVO BIBLIOTECA .....	5
CONSELHO ESCOLAR .....	6
Documentos da gestão escolar:.....	6
CONSELHO DE CLASSE.....	7
ESTRUTURA PEDAGÓGICA – DIDÁTICA.....	9
PROGRAMAS E PROJETOS .....	10
PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC .....	10
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS .....	10
DIRETRIZES GERAIS .....	10
ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO ESCOLA.....	10
ORGANOGRAMA.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
ANEXOS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



Estado do Maranhão  
 Prefeitura Municipal de Peritoró  
 Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
 Rua do Campo Brasil, s/n, Filipino/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## INTRODUÇÃO

A proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Dulce Almeida está sendo reestruturada para atender as novas demandas, necessidades e adequações às exigências do mundo atual. Sendo assim esta proposta Pedagógica é um documento aberto que frequentemente sofrerá mudanças, pois deverá acompanhar as evoluções da legislação vigente do modo de “Fazer Escola”, partindo do princípio de que vivemos à época da “cultura de projetos” em nossa sociedade, onde as condutas de antecipação para prever e explorar o futuro faz parte de nosso presente. Essa influência do futuro sobre nossas adaptações cotidianas só faz sentido se o domínio que tentamos desenvolver sobre os diferentes espaços cumpre a função de melhorar as condições de vida do ser humano, respeitando as diferenças e o direito à igualdade.

Portanto, foi a partir desse pensar inicial que surgiu esta proposta. Baseamo-nos em Veiga a construção do Projeto Político Pedagógico da nossa escola, pois concordamos quando diz: Veiga (2001, p. 11) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

- a) ser processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) Explicitar o compromisso com a formação do cidadão;

A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve, segundo a mesma autora:

- a) Nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) Ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) Ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) Ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

A preocupação com a participação é algo que decorre dos valores democráticos e foi uma constante nesse projeto para gerar o envolvimento de todos os segmentos da escola, no sentido de que os mesmos precisam ter seus interesses, vontades e os seus valores levados em conta. A nosso ver, participar implica inevitavelmente, algum mecanismo de influência sobre o poder.

A escola que se quer democrática precisa definir antecipadamente uma nova qualidade que entre outras, priorize questões da organização escolar, uma organização que alterará a realidade que se apresenta a partir da realidade encontrada. Este foi o principal desafio desse trabalho: abrir

perspectivas e oferecer elementos à reflexão e aos estudos dos envolvidos para que a U.E.M. Dulce Almeida venha a se transformar numa nova escola.

## DIAGNÓSTICO CONTEXTO SOCIAL E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE ESCOLAR

A escola encontra-se localizada numa área de fácil acesso. A comunidade atendida é heterogênea, alunos da zona urbana, rural e assentamentos.

A região onde a escola se localiza é carente. Predominam famílias com 2 a 5 filhos, muitas mães trabalham fora e deixam os filhos com familiares ou sozinhos.

Observa-se que a necessidade do trabalho, o excesso de compromisso dos pais tem resultado na falta de orientação e acompanhamento escolar dos filhos, o que mais nos preocupa é a baixa auto-estima, o que provoca na juventude ausência de sonhos e perspectivas futuras principalmente quando relacionadas ao futuro profissional.

Na clientela da escola tem predominância os filhos de agricultores, mas também atende filhos de comerciantes, funcionários públicos, empresários, funcionários de empresas privadas e profissionais autônomos.

O nível sócio econômico dos familiares é bastante diferenciado, temos famílias de médio poder aquisitivo e muitas famílias que recebem auxílio governamental (bolsa escola).

A maioria dos pais não cursaram o ensino fundamental e poucos tem o ensino médio. A maioria da comunidade escolar pratica a religião católica, havendo também um aumento no número de evangélicos. A escola assiste alunos do bairro Filipinho e povoados tais como: Feliz Lembrança, Bacuri I e II, Tesouro, Bom Princípio, Alto Seco I e II, Piranha, Cantanhede, Km 29, Km 36, Sítio Serraria, Cala Boca, Bamburrall, Morada Nova II, Boqueirão do Cazuza, São Benedito do Elcias.

Esta escola oferece Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. Atende alunos de todas as comunidades, os alunos da zona rural utilizam o transporte escolar pelo PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar) sobre a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Peritoró.

A escola conta em sua gestão com a participação de todos da comunidade escolar (colegiado escolar) representado por pais professores, funcionários e alunos que participam durante todo o ano letivo das decisões e ações da escola.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O IDEB foi criado para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.

Assim para que o IDEB de uma escola ou rede de ensino cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a escola. O IDEB é medido a cada 2 anos. O objetivo é que o Brasil tenha nota 6 em 2022, correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

## INDICADORES EDUCACIONAIS DA ESCOLA

MUNICÍPIO: Peritoró ESCOLA: U.E.M. Dulce Almeida INEP: 21218773

ENSINO FUNDAMENTAL: Anos Finais

REPROVAÇÃO			ABANDONO			APROVAÇÃO		
2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019

12	13	-	-	01	-	194	373	-
----	----	---	---	----	---	-----	-----	---

## TAXAS DE APROVAÇÃO – 2018

APROVAÇÃO 6º ANO	APROVAÇÃO 7º ANO	APROVAÇÃO 8º ANO	APROVAÇÃO 9º ANO
119	93	97	68

## TAXAS DE APROVAÇÃO – 2019

APROVAÇÃO 6º ANO	APROVAÇÃO 7º ANO	APROVAÇÃO 8º ANO	APROVAÇÃO 9º ANO

**IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA –****ANOS FINAIS**

8ª Série/9º Ano	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola UEM Dulce Almeida			<b>2.3</b>	<b>2.4</b>		<b>2.8</b>	<b>3.3</b>			<b>2.4</b>	<b>2.6</b>	<b>2.9</b>	<b>3.2</b>	<b>3.5</b>	<b>3.7</b>



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## HISTÓRICO

A Escola Municipal Dulce Almeida, fundada no ano de 1998, na administração do prefeito Geraldo do Céu Pereira sendo o mesmo o Patrono da Escola, tendo como primeira diretora Maria Vieira da Silva, como Secretário Municipal de Educação Francisco Neres da Silva.

A escola leva o nome Dulce Almeida em memória à Dona Dulce Almeida, esposa de Mário Almeida, dono da gráfica CORINGA (Coroatá Indústria Gráfica), situada à rua do meio, s/n, centro, Peritoró – MA, este nome foi indicado por Dona Zélia Conceição da Silva, Diretora da Unidade Integrada João Mohana, por Dona Luiza Engracia Cordeiro, Secretária Adjunta de Educação e Dona Lourdes Vale, primeira Dama e o então prefeito Geraldo do Céu Pereira. Dona Dulce era uma senhora amada pela comunidade, senhora beneficente.

A construção da escola neste local facilitou o acesso dos alunos, deu mais oportunidade de trabalho aos professores, diretores e equipe de apoio da educação e satisfaz os anseios da comunidade. A escola conta com oito salas de aula, 1 secretaria, uma quadra de esportes, a escola atendeu desde a sua fundação até o ano de 2017, a educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental menor 1º ao 5º Ano turno Matutino e ensino fundamental maior 6º ao 9º ano turno vespertino. A partir do ano de 2018 a escola passou a atender apenas o ensino fundamental maior nos turnos Matutino e Vespertino.

A escola por oito anos foi sede do polo universitário da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), de 2000 a 2008. A escola foi credenciada pelo Conselho Estadual do Maranhão por cinco anos, venceu o prazo e não foi renovado.

## ESPAÇO FÍSICO

A escola conta com 08 salas de aula, 01 secretaria, 01 cantina, 01 sala de informática, 01 sala improvisada para educação infantil, área coberta, 01 banheiro na secretaria, 01 depósito de material didático e de limpeza, 01 depósito de alimentação escolar, instalações elétrica e hidráulica em condição de uso, bebedouro no corredor, caixa d'água no pátio, conta também com uma quadra poliesportiva, necessitando no momento de reparos e pequena paisagem de pés de eucaliptos.

### Princípios, missão e visão da escola

- Pressupostos filosóficos

A escola Municipal Dulce Almeida tem como filosofia o desenvolvimento de uma educação integral na busca de uma sociedade mais justa e humana, solidária e feliz , trabalharemos para que

nossos educandos sejam cidadãos dignos e responsáveis, críticos, autônomos, solidários, criativos, conhecedores de seus direitos e deveres para que possam enfrentar os desafios da atualidade sem preconceito e discriminação. E que sejam livres para expressar seus pensamentos, ideias e sentimentos.

Tópicos fundamentais para o desenvolvimento dos educandos:

- Respeitar o ser humano;
- espírito de equipe;
- ética.

Pretendemos ser uma escola de referência no município, conhecida pela qualidade de ensino, motivação e interesse na aprendizagem do educando, sua formação cidadã e para que isso ocorra pensamos em:

- Promover a superação das práticas desenvolvidas pela escola tradicional;
- Desenvolver as capacidades cognitivas, físicas, afetivas de relação interpessoal e inserção social ética e estética, tendo em vista uma formação ampla;
- Diminuir a exclusão, a desigualdade e a discriminação social;
- Compreender que a escola tem a incumbência de desenvolver ações que promova a inclusão de alunos com deficiências, quais quer, que seja a deficiência apresentada, com a finalidade de excluir a discriminação e preconceito. Garantindo a contribuição do desenvolvimento cognitivo, afetivo, emotivo, participativo, físico e psicossocial.

Em suma nossa filosofia é oferecer um ensino de qualidade estimulando a criatividade e a participação dos nossos educandos, tornando-os cidadãos solidários, étnicos e dignos.

Marcos conceituais e legais

## CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação é um processo vivo e dinâmico que possibilita definir ações que visam a formação de um ser humano crítico, ativo e participativo, capaz de buscar soluções para as problemáticas do cotidiano.

Historicamente tem-se concretizado significativa exclusão de homens e mulheres na sociedade, aumentando assim as desigualdades sociais. Nota-se também a luta e a tentativa da comunidade escolar num trabalho incessante para diminuir essas desigualdades. A escola como mediadora do conhecimento deve se colocar criticamente frente a esta realidade, atuando como agente de transformações sociais o que significa construir estratégias para instrumentalizar seus alunos e alunos na luta contra esta situação.

A educação considera a interação de todos os aspectos da pessoa humana com a sociedade na qual está inserida. São múltiplos os conceitos estabelecidos sobre a educação, mas necessariamente um conceito de educação considera o homem e a sociedade. Daí decorrem os questionamentos:

- Que tipo de homem desejamos obter com o produto do nosso trabalho?
- Que tipo de sociedade interage com esse homem que pretendemos formar?

Nesta instituição pretendemos através das atividades educativas se abrir para relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano, social, físico, ecológico, cultural e econômico diversificando assim as formas de atuação possibilitando maior interação entre esta instituição e a comunidade onde está inserida, pois compreendemos a educação como um processo que se baseia na reflexão sobre a realidade e ao mesmo tempo assimila suas necessidades e a crítica em sua inconsistência, agindo no sentido de entender em muitos aspectos.

A função primordial da educação já não pode se adaptar o aluno a uma ordem já existente fazendo assimilar os conhecimentos e o saber destinados a inseri-lo em tal ordem, como procederam anteriores, mas, ao contrário ajudá-lo a viver no mundo que se transforma em ritmo sem precedentes históricos tornando-o capaz de criar o futuro e de inventar possibilidades inéditas. (LUCKSI)

## CONCEPÇÃO DE ENSINO

Há uma preocupação com o ensino de qualidade mais do que com a educação de qualidade. No ensino se organizam uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a que compreendam áreas específicas do conhecimento (ciências da natureza, ciências humanas, matemática e linguagem).

Na educação o foco, além de ensinar é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação a ter uma visão de totalidade.

O ensino de qualidade envolvem duas variáveis:

- Organização inovadora aberta, dinâmica, projeto pedagógico participativo.
- Docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente. Bem remunerados motivados e com boas condições profissionais.
- Relação efetiva entre professores e alunos que permita conhecê-los, acompanhá-los e orientá-los.
- Infraestrutura adequada, atualizada, confortável. Tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas.
- Alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Em nossa missão de ensinar buscamos continuamente o equilíbrio entre a formação em valores e a qualidade do ensino. Considerando o aluno em suas necessidades individuais, sem perder de vista a sua inserção no coletivo. Acreditamos em limites com afetividade e praticamos valores éticos e morais incentivando o diálogo constante e a reflexão contínua.

## CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem segundo Vygotsky é um processo contínuo de reconstrução do real e ocorre a partir da interação entre o sujeito e os instrumentos e símbolos presentes na realidade.

O processo de aprendizagem inicia-se muito antes da educação formal. A criança já nasce num mundo social e desde o nascimento vai formando uma visão deste mundo, através da interação com o outro e da mediação de instrumentos simbólicos. O sujeito é capaz de aprender com o que o outro constrói, pois este se apresenta como modelo que investiga e desafia ao possibilitar a afirmação ou a negação do conhecimento.

A construção do real (apropriação do conhecimento) se dá primeiro no plano intersubjetivo (entre as pessoas), para depois passar para o plano intra-subjetivo (internalização). Desta forma processa-se do social para o individual fazendo com que a aprendizagem impulse o desenvolvimento.

É fundamental que o professor perceba o estágio em que o aluno se encontra (o que o aluno sabe no momento) e contribua para o seu avanço através de atividades que exijam mais do que o aluno já sabe, viabilizando a aprendizagem significativa.

Neste sentido a aprendizagem desencadeia um processo de acompanhamento permanente do processo de aprendizagem que proponha desafios e atue na zona próxima desenvolvendo competências como autonomia e criatividade no tratamento das questões presentes no cotidiano.

Diante dessas reflexões, a escola optou por adotar como concepção pedagógica de aprendizagem o sóciointeracionismo, baseada na concepção filosófica histórico- materialista.

## **CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E O TRABALHO COM A ADVERSIDADE ESCOLAR**

A escola não é apenas um espaço social emancipatório ou libertador, mas também é um cenário de socialização de mudança. Sendo um ambiente social, tem um duplo currículo, o explícito e o formal o oculto e o informal. A prática do currículo é geralmente acentuada na vida dos alunos estando associada às mensagens de natureza afetiva e às atitudes e valores. O currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico nas escolas.

Atualmente, o currículo é uma construção social, na aceção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico a determinada sociedade e às relações com o conhecimento. Nesse sentido a educação e currículo são vistos intimamente envolvidos com o processo cultural, como construção de identidades locais e nacionais.

Hoje existem várias formas de ensinar e aprender e uma delas é o currículo oculto. Para Silva o currículo oculto é “o conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente ensinados através das relações sociais, dos rituais, das práticas e da configuração espacial e temporal da escola”.

O currículo não é imparcial, é social e culturalmente definido, reflete uma concepção de mundo, de sociedade e de educação, implica relações de poder sendo o centro de ação educativa. A visão do currículo está associada ao conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo.

O currículo é um instrumento político que se vincula à ideologia, à estrutura social, à cultura e ao poder. A cultura é o conteúdo da educação, sua essência e sua defesa, e currículo é a opção dentro dessa cultura.

As teorias críticas nos informam que a escola tem sido um lugar de subordinação e reprodução da cultura da classe dominante, das elites da burguesia. Porém com a pluralidade cultural aparece o movimento de exigência dos grupos culturais dominados que lutam para ter suas raízes culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional, pois por trás das nossas diferenças, há a mesma humanidade.

Há várias formas de composição curricular, mas os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os modelos dominantes na escola brasileira, multidisciplinar e pluridisciplinar, marcados por uma forte fragmentação, devem ser substituídos, na medida do possível, por uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

O desenvolvimento das atividades curriculares na Escola se dá através de ações, atividades pedagógicas curriculares e extracurriculares, envolvendo planejamentos e projetos voltados as datas comemorativas, leitura e escrita e adversidades culturais tais como: aula de música; canto e instrumentos musicais, teatro e etc.

Sobre a diversidade no ambiente escolar a escola procura meios de convivência harmoniosa com as diferenças de gênero, raça, opção religiosa e comportamento, ajudando na construção do caráter e do perfil pessoal do educando.

A família, os educadores e a comunidade escolar precisam juntos orientar e ensinar seus filhos e alunos sobre o respeito a adversidade no ambiente escolar para evitarmos sofrimento tanto da vítima quanto de quem o pratica.

O respeito a diversidade facilitará o trabalho dos educadores e da família, abrindo portas para um maior e melhor aprendizado dentro do ambiente escolar.

## **AÇÕES PEDAGÓGICAS COLETIVAS E COOPERATIVAS**

No desenvolvimento das ações pedagógicas a Escola Dulce Almeida busca trabalhar de forma coletiva e cooperativa, com projetos interdisciplinares desenvolvidos durante todo o ano letivo, procurando enfatizar diversos temas, tais como: Leitura e Escrita, Meio ambiente, Feiras de Leitura, Gincanas Culturais, Jogos Interclasses, Desfiles Cívicos, Folclore e etc.

A escola entende que trabalhar em grupo exige compartilhar ideias, reflexões, informações e ações, respeitando sempre a individualidade dos componentes, sempre buscando atingir o objetivo coletivo comum da totalidade.

## **ANÁLISE PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA**

A unidade de ensino possui alunos do 6º ao 9º Ano, portadores de deficiências e nesse contexto de educação para todos, entende-se uma situação necessária pensar em uma escola que garanta acesso e permanência desses alunos, respeitando as diferenças e sobretudo oferecendo possibilidades de aprendizagem, a partir da práxis pedagógica utilizada pelos professores.

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação da aprendizagem deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica.

Para assumir essa função é preciso criar condições de intervenção de modo imediato e em longo prazo a fim de identificar as dificuldades e redimensionar o trabalho pedagógico, produzindo um novo paradigma de ensino e aprendizagem que “reprova a reprovação”, que a aprendizagem seja objetivo prioritário de professores e estudantes.

A avaliação será contínua e global, de modo a promover tanto a verificação de competências como da aprendizagem de conhecimento, o que implica em uma reflexão crítica sobre as práticas do educando, avanços, resistências e decisões sobre o que fazer para superar os obstáculos.

A avaliação deve ser inclusiva, deve ser diagnóstica e processual, porque não centraliza no aluno toda responsabilidade, mas compreende a educação como um processo que envolve vários entes e fatores.

A avaliação do processo ensino- aprendizagem considerará, no seu exercício os seguintes princípios:

I- Aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;

II- Aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de conhecimentos em cada área de estudo e o desenvolvimento de competências.

Em nossa escola, vários instrumentos e procedimentos avaliativos são utilizados pelos professores para assegurar se houve apropriação do conhecimento: A observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, questionários, provas individuais, provas em duplas, prova oral, prova prática, pesquisas, trabalhos escritos, apresentação de trabalhos, tarefas de casa, debates, participação e produção em sala de aula.



Estado do Maranhão

Prefeitura Municipal de Peritoró

Secretaria Municipal de Educação

**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**

Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

### Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem - característica da avaliação.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo que envolve o educando, o docente e a escola a fim de verificar o desempenho do educando frente aos objetivos previstos.

A verificação do rendimento escolar, para fins de promoção, compreenderá a avaliação do aproveitamento do educando, bem como a apuração da assiduidade. O sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem será bimestral para o ensino fundamental, poderá seguir outra periodicidade quando se tratar de projetos.

O rendimento escolar será avaliado pelo aproveitamento do educando, através de técnicas e instrumentos de avaliação diversos, tais como:

- a) Observação diária do docente;
- b) trabalho de pesquisa individual ou coletivo;
- c) testes, provas orais ou escritas;
- d) resoluções de exercícios;
- e) planejamento, execução e apresentação de experiências ou projetos;
- f) relatórios;
- g) trabalhos práticos;
- h) Outras técnicas e/ou instrumentos que o docente julgar conveniente.

Os instrumentos de avaliação deverão ser variados e utilizados como meio de verificação que levem o educando ao hábito de pesquisa, à reflexão, à iniciativa e à criatividade.

Todo resultado de avaliação deverá ser mostrado aos educandos e as respectivas correções esclarecidas pelo docente, logo após a sua realização, para que os mesmos conheçam o seu desempenho.

Bimestralmente o docente deverá realizar no mínimo 3 tipos de avaliações. E a média bimestral será a somatória das avaliações I, II, III. O sistema de avaliação do processo ensino aprendizagem adotado pela escola deverá ser aplicado aos educandos e responsáveis, quando do ingresso na mesma. Bimestralmente, as médias serão entregues na secretaria, exposta nos sites da SEMED, através do

boletim online e registradas na Secretaria, de acordo com os prazos estipulados no Calendário Escolar.

O registro do rendimento escolar será expresso em nota de 0 (zero) a 10 (dez), devendo ser arredondada em caso de fracionamento decimal.

Este registro poderá ser expresso de forma diversa quando se tratar de projetos.

A média bimestral deverá ser a média das avaliações de diferentes atividades realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

## RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A UEM Dulce Almeida proporcionará Recuperação Paralela e Bimestral de Estudos durante o ano letivo com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos educandos. A recuperação de estudos deve ser entendida como processo didático-pedagógico que oferecer novas oportunidades ao educando para superar defasagens ao longo do processo ensino aprendizagem. A prática de recuperação de estudos será adotada no transcorrer do próprio bimestre. Os educandos que necessitam de recuperação no bimestre serão convocados pelos docentes e deverão realizar atividades com objetivo de sanar a deficiência apresentada.

A recuperação processar-se-á:

I- Continuamente:

- a) Na ação permanente em sala de aula, pela qual o professor, a partir da ação educativa desencadeada, criará novas situações desafiadoras e dará atendimento aos alunos que dele necessitarem, através de atividades diversificadas.
- b) No trabalho pedagógico da escola como um todo.

II) Paralelamente: através de comunicação formal a ser dada para o responsável do aluno, se menor, ou ao próprio aluno, se maior na seguinte conformidade:

- a) Quando houver condições, na própria escola, em horários diversos das aulas regulares, com frequência obrigatória.
- b) Em local diverso, através de estudos complementares.

## CURRÍCULOS E PROGRAMAS

O currículo é constituído do conjunto de ações e decisões educativas que possibilitam a classe dos objetivos educacionais.

Os programas de cada disciplina, áreas de estudos, atividades ou conteúdos específicos são elaborados pelos professores do estabelecimento de ensino, coordenados pela supervisão pedagógica e submetidos a homologação pela direção obedecida as normas legais.

**Estrutura curricular do 6º ao 9º Ano.**

ÁREA	COMPONENTE CURRICULAR	CH/S	CH/B	CH/A
LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	PORTUGUÊS	05	50	200
	LINGUA EST. MODERNA (INGLÊS)	02	20	80
	ARTE	02	20	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	20	80

MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	04	40	160
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	CIÊNCIAS	03	30	120
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	02	20	80
	GEOGRAFIA	02	20	80
	FILOSOFIA	02	20	80
	RELIGIÃO	01	10	40

## CONSTITUIÇÃO DE TURMAS, NÚMERO DE ALUNOS OU TURNOS

As turmas serão constituídas conforme o disposto no regimento das escolas públicas municipais de Peritoró e da resolução n.º001/2016 que autoriza o funcionamento, credenciamento e desativação das escolas públicas municipais de Peritoró/MA.

## CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

O currículo é elaborado levando em conta a realidade do educando, suas reais necessidades. O currículo faz parte da vida prática, não de forma irreal, mas com sentido o aluno faz do sistema em que está inserido.

A escola é o espaço da produção do conhecimento sistematizado e sem perder de vista sua contextualização histórica e cultural, atua como coadjuvante da transformação social.

Os conteúdos são considerados como meios para o desenvolvimento de capacidades que lhes permita usufruir os bens culturais sociais e econômicos.

Os componentes curriculares encontram-se articulados num mesmo caminho teórico e a prática pedagógica alicerçada numa visão crítica da educação. A estrutura curricular foi elaborada e fundamentada nos princípios e diretrizes que embasam a proposta pedagógica da escola, nas finalidades propostas pela Lei de Diretrizes e nos parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental, no fortalecimento de laços de solidariedade e de tolerância recíproca, de formação de valores, da formação ética do aprimoramento do indivíduo como pessoa humana e o preparo para o exercício da cidadania.

O currículo do Ensino Fundamental é organizado por componentes curriculares, considerando os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, como também os princípios dos direitos e deveres da cidadania e do respeito a ordem democrática, os princípios da sensibilidade da criatividade e da diversidade de manifestação artística e culturais.

A unidade escolar terá uma base nacional comum, tratar-se de uso conjunto de materiais, considerados obrigatórias para todos os educandos do Ensino Fundamental, acrescido de uma língua estrangeira, relacionando-se estes conhecimentos nas reais necessidades e expectativa dos educandos, bem como na disponibilidade de profissional habilitado operacionalizara conforme emanadas do Conselho Municipal de Educação, das resoluções em vigor que está mais bem detalhado no Regimento Escolar.

Dentre estes destacamos:

1- matrícula inicial

- 2- matrícula
- 2.1- critérios de matrículas
- 2.2- matrícula por transferência
- 2.3- transferência
- 3- classificação
- 4- aceleração escolar
- 5- avanço escolar
- 6- critérios de agrupamento de alunos nas salas de aula
- 7- adaptação
- 8- aproveitamento de estudo
- 9- Avaliação
- 10- recuperação da aprendizagem
- 11- apuração do rendimento escolar.

Em sintonia com o moderno pensamento pedagógico, que propõe uma visão integrada do conhecimento e um foco em ações interdisciplinares, o currículo do Ensino Fundamental está estruturado através das seguintes áreas: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Linguagem Moderna (Inglês); Ciências da Natureza: Ciências; Ciências Humanas: História, Geografia, Filosofia e Ensino Religioso, Matemática: Matemática. Os componentes obrigatórios de Educação Ambiental, História e Cultura Afro-brasileira, Estatuto da Criança e do Adolescente encontra-se integrados como temas transversais.

## PROPOSTA METODOLÓGICA

Queremos que nossos educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de competências e habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento e o seu próprio sentimento, sintonizados com a sua história de vida, ou seja, cidadãos conscientes e capazes de interagir na sociedade.

Queremos um método que ensine não só a dizer, mas também a fazer, nas várias dimensões da vida humana. A participação coletiva provoca os educandos à vivência e assegura aos mesmos o direito de ter vez e voz no cotidiano educativo. Os métodos de ensino ou didáticos utilizados pelos educadores devem incentivar os educandos a se assumirem como sujeitos do processo ensino-aprendizagem: que tem opiniões próprias, posição, constatação, questionamentos, dúvidas, entre si, com os educadores, pais e outros. O dia a dia escolar deve ser espaço de concentração para o estudo, mas também da fala, da discussão, da expressão de sentimentos. A educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, é também da afetividade e do sentimento. É esta combinação que precisa estar tanto no ato de educar, como no de ser educado e deve ser o pilar da relação educador-educando, sustentado pelo companheirismo e pelo respeito no sentido mais profundo e libertador da palavra.

Queremo que o nosso educando seja capaz de:

- sentir indignação diante de injustiças e de perda de dignidade humana;
- apresentar companheirismo e solidariedade nas relações entre as pessoas;
- planejar atividades e dividir tarefas, tendo disciplina no trabalho e no estudo;
- demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente;
- praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas;

- sonhar de partilhar o sonho e as ações de realiza-la;
- demonstrar atitude de humildade, mas também de autoconfiança.

## **TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS**

A escola segue algumas matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática e vivências fundamentais neste processo de humanização das pessoas, que também chamamos de educação.

### **PEDAGOGIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA**

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade escolar. A escola se organiza coletivamente através de novas relações sociais que produz e reproduz valores, alternando comportamentos, costumes e ideias. Construindo a aprendizagem organicamente coletiva torna o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo e de uma cultura de pensar no bem estar de todos.

### **PEDAGOGIA DE PROJETOS**

Pela realização de projetos interdisciplinares nossa escola acredita que o educando compartilha conhecimentos, cria habilidades e forma consciência. Em si o projeto já é uma potencialidade pedagógica, e a escola torna-o mais plenamente educativo, à medida que ajudamos nossos educandos a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana.



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## **PEDAGOGIA DA ESCOLHA**

Dizemos que há uma pedagogia da escolha à medida que reconhecemos que a comunidade escolar se educa, se humaniza mais quando exercita a possibilidade de fazer escolhas e refletir e refletir sobre elas. Ao ter que assumir a responsabilidade pelas próprias decisões os indivíduos do processo educativo aprendem a dominar impulsos, influências, e aprendem também que a coerência entre valores que defende com as palavras e os valores que efetivamente se vive, é um desafio sempre em construção vivido na escola.

## **METAS**

- Construir ambiente educativo onde todos os segmentos da comunidade escolar sintam-se responsáveis pelo processo educativo e pela conservação do patrimônio escolar;
- Conscientizar da importância do estudo, como fonte de conhecimento e auto afirmação;
- Estimular a participação da comunidade nas ações das escolas;
- Ser espaço de interação e discussão conduzindo na busca de alternativas;
- Ter todas as crianças em idade escolar, frequentando a escola.

## **AÇÕES**

- Realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar para organização das atividades escolares;
- Realização de momentos cívicos semanalmente para o canto dos hinos nacional, do Estado, do Município e da escola.
- Realização pelos alunos com auxílio dos professores, peças teatrais, declamação de poemas, danças, contribuindo para o enriquecimento da cultura;
- Limpeza semanal no pátio da escola;
- Mutirão de limpeza durante o ano letivo;
- Realização de reuniões com o colegiado Escolar;
- Realização de reuniões com o círculo de pais e mestres;
- Realizações de palestras com o Conselho Tutelar, psicólogos e pessoas da comunidade.
- Coleta de doações para entidades Assistenciais (Ação Solidárias);

- Realização de eventos para aquisição de recursos, a fim de realizar passeios educativos;
- Organização de prestação de contas a comunidade Escolar;
- Outros que se fizerem necessários;

## **AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.**

Entendemos a avaliação com um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. São realizadas práticas avaliativas diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o aluno como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

O educando que seguidos todos os procedimentos bimestrais, obtiver nos bimestres o somatório de 7,0 pontos, estará automaticamente aprovado, o educando que não obtiver essa média, os pais deverão estar cientes disto e que conseqüentemente o educando deve estudar mais. O educando que não atingir a média em três ou mais disciplinas, após a Prova Final, estará reprovado, o educando que não realizar as provas no dia previstos deverá fazer justificativas para o(a) coordenador (a), até 48 (quarenta e oito) horas após os seu retorno a escola, sob pena de perder o direito de realizá-la. A aprovação do educando também dependerá da frequência exigida pela legislação vigente, ou seja, comparecer no mínimo a 75% do total das aulas previstas.

## **EXPRESSÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO**

A avaliação é realizada de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados nas seguintes formas. Avaliação somativa, um dos exemplos mais conhecidos é a prova objetiva (os mais variados tipos de testes, relatórios e questionários) e Avaliação formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, através de observação diária dos mesmos.

## **ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO**

A avaliação como já descrevemos é processo contínuo, devendo prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com base neste pensamento o estudo de recuperação é oferecido de forma paralela a todos os educandos, sempre que o educador notar deficiências na aprendizagem do aluno.



Secretaria Municipal de Educação

**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**

Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## **CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

Um educando será promovido a série seguintes se tiver frequência igual ou superior a (75%) setenta e cinco por cento da carga horária anual. O controle de frequência é registrado em livros de registro diários, de uso dos educadores, os quais ficam arquivados ao final do ano letivo, na Secretaria da escola. Quando as faltas do educando gerarem perigo de reprovação, os pais serão convocados para a reunião na escola e serão comunicados da possibilidade de reprovação do(a) filho(a). Caso as faltas continuem, o caso é encaminhado ao Conselho Escolar. Se assim mesmo o problema continuar, será encaminhado ao Conselho Tutelar, a fim de que o mesmo tome as providências de acordo com a lei vigente.

## **DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR**

Ao término do ensino fundamental, a escola conferirá ao aluno o histórico escolar em duas vias e certificado de conclusão

## **O RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE ESCOLAR**

É notório que o desempenho dos alunos é melhor em Escolas nas quais os pais participam ativamente da vida escolar dos seus filhos. Dessa forma esta escola estabelecerá contatos diretamente com os pais a fim de informá-los do rendimento escolar de seus filhos bem como dos resultados da avaliação externa da escola. São estratégias fundamentais de colaboração e relacionamento e com a comunidade escola:

- ✓ A participação na Construção e implementação do Projeto Pedagógico da Escola;
- ✓ Acompanhar o processo de Aprendizagem dos filhos.

## **NORMAS DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR**

Buscando a plena qualidade no processo ensino-aprendizagem, a Escola Municipal Dulce Almeida, estabeleceu **NORMAS DISCIPLINARES** e **COMPORTAMENTAIS** adequadas para o ambiente escolar.

O cumprimento destas normas visa diminuir as tensões geradas por diferentes regras de costumes familiares, favorecendo a harmonia e a satisfação nas relações interpessoais.

A adesão às normas é obrigatória a partir do momento em que o aluno é matriculado na escola. Portanto, é importante que o responsável leia atentamente todas as normas e cobre dos filhos o seu cumprimento integral.

### **Constituirão direitos dos alunos**

- ✓ Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

- ✓ Ser respeitado na sua condição de ser humano, sem sofrer qualquer discriminação de caráter religioso, político, racial ou sexual;
- ✓ Ser ouvido, interpretado e atendido em suas solicitações coerentes e justas;
- ✓ Adquirir os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania, recebendo ensino de qualidade;
- ✓ Tomar conhecimento das disposições do Projeto Político Pedagógico e funcionamento da Unidade Escolar;
- ✓ Organizar e participar de agremiações estudantis;
- ✓ Fazer uso dos serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas neste Projeto Político Pedagógico.
- ✓ Tomar conhecimento do seu rendimento escolar e da sua frequência, através do boletim ou caderneta escolar;
- ✓ Conhecer os critérios de avaliação adotados pela escola;
- ✓ Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- ✓ Solicitar revisão de provas, a partir da divulgação das notas;
- ✓ Requerer a própria transferência ou cancelamento de matrícula, quando menor de idade;
- ✓ Solicitar auxílio dos professores quando encontrar dificuldades no seu trabalho escolar;
- ✓ Justificar suas faltas, dentro dos critérios estabelecidos pela escola;
- ✓ Ter oportunidade de realizar e/ou entregar trabalhos de avaliação em época especial, por motivo de força maior (doença, licença gestação) com a devida comprovação ou quando estiver representando a escola em eventos (jogos, feiras, viagens).
- ✓ Apresentar sugestões relativas aos conteúdos programáticos desenvolvidos pelo professor, com o objetivo de aprimorar o processo ensino-aprendizagem.
- ✓ Reivindicar o cumprimento da carga horária prevista na grade curricular.
- ✓ Discutir com a Direção os problemas, as dificuldades pessoais e os relacionados ao processo ensino-aprendizagem, propondo soluções.

### Constituirão deveres dos alunos

- ✓ Cumprir as disposições do Projeto Político Pedagógico, no que lhe couber.
- ✓ Tratar com respeito todos os servidores e colegas da Unidade Escolar.
- ✓ Comparecer pontualmente à aulas de demais atividades escolares.
- ✓ Acatar as normas e disposições emanadas da Direção da escola.
- ✓ Estar munido do material didático solicitado pelos professores.
- ✓ Participar das atividades programadas e desenvolvidas pela Unidade Escolar.
- ✓ Cooperar na manutenção da higiene e conservação das instalações escolares.
- ✓ Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade.
- ✓ Indenizar o prejuízo, quando produzir dano material à Unidade Escolar ou objetos de propriedade de colegas e funcionários.
- ✓ Justificar a direção e ao professor, mediante atestado médico ou declaração dos pais e responsáveis, a ausência nas aulas, em provas ou entrega de trabalhos na data prevista.
- ✓ Usar uniforme escolar, em conformidade com a decisão tomada em Assembleia pelos Pais e Professores desta Unidade Escolar registrada em Ata com a legislação vigente.
- ✓ Apresentar justificativa por escrito e assinada pelos pais ou responsável, quando não estiver usando uniforme. Neste caso, a escola emprestará uniforme para que o aluno

frequente as aulas normalmente naquele dia. Observação: emprestar uniforme será uma decisão tomada em assembleia registrada em ata escolar.

- ✓ Permanecer na escola durante todo o horário escolar, só podendo sair da mesma com autorização dos pais ou responsável.
- ✓ Colaborar com o bom andamento das aulas, ocupando-se durante os trabalhos escolares, apenas com assuntos a eles pertinentes.
- ✓ Em incidentes onde houver a explícita convivência da turma, toda ela será responsabilizada, mesmo que o ato tenha sido provocado por um ou mais alunos.

### É vedado ao aluno

- ✓ Entrar na sala ou dela sair, sem a permissão do professor.
- ✓ Ausentar da Escola, em horário escolar, sem expressa autorização da Direção.
- ✓ Comer na sala de aula.
- ✓ Trazer para a escola material de qualquer natureza, estranho às atividades escolares.
- ✓ Trazer e/ou consumir bebidas alcoólicas e refrigerantes ou fumar nas dependências escolar, de acordo com a lei.
- ✓ Promover jogos, vendas ou campanhas de qualquer natureza na escola.
- ✓ Fazer-se acompanhar, sem prévia autorização, de elementos estranhos à escola.
- ✓ Danificar os bens patrimoniais da escola ou dos colegas.
- ✓ Portar armas brancas ou de fogo, bem como instrumentos que possam ser utilizados para fins agressivos.
- ✓ Praticar namoro acompanhado de atos inadequados ao ambiente escolar (beijos na boca, carinhos exagerados e ato sexual).
- ✓ Agredir fisicamente ou verbalmente colegas, professores e funcionários da escola.
- ✓ Expor colegas, funcionários e professores a situação vexatórias.
- ✓ Impedir a entrada de colegas no estabelecimento ou incitá-los à ausência coletiva.
- ✓ Usar qualquer meio fraudulento nos trabalhos, provas e documentos escolares.
- ✓ Alterar, rasurar, suprimir ou acrescentar anotações lançadas nos documentos escolares, inclusive provas e trabalhos.
- ✓ Praticar atos violentos ou perigosos, promover algazarras nos corredores, pátios e imediações da escola, durante os períodos de aula ou fora dele.
- ✓ Praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes.
- ✓ Vir na escola em períodos oposto ao seu horário de aula, sem prévia autorização da Direção.
- ✓ Divulgar negativamente, por meio de qualquer meio publicidade, assuntos que envolvam direta ou veladamente o nome da escola, de professores ou funcionários.
- ✓ Usar celulares, aparelhos de MP3 ou similar, durante o período das aulas.
- ✓ Apresentar-se alcoolizado ou sob efeito de quaisquer outros produtos que causem alterações no comportamento.
- ✓ Trajar no ambiente escolar, minissais, minibusas ou outros trajes inadequados ao ambiente escolar.

## PROCEDIMENTO EDUCATIVOS QUE PODERÃO SER APLICADOS AOS ALUNOS

Pela inobservância dos deveres previstos neste Projeto Político Pedagógico e, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações serão aplicadas as seguintes medidas disciplinares:

a) **Advertência verbal** – a aplicação da medida de advertência será executada pelo professor, pela direção ou por outro funcionário desta Unidade Escolar que esteja presente ou venha a ser informado das faltas ou infrações;

b) Advertência oral por escrita – anotada em instrumento próprio;

c) **Advertência escrita e comunicada aos pais ou responsável** – será executada pela direção ou pelo professor nos casos de reincidência e/ou de acordo com a gravidade do ocorrido;

d) Exigência de comparecimento do pai ou responsável – idem ao item anterior.

e) **Suspensão** – É uma medida disciplinar aplicada conforme a gravidade do ocorrido aos alunos do Ensino Fundamental. A suspensão das aulas poderá ser de um, dois ou três dias consecutivos e será aplicada pela Direção da Escola, no tempo em que o aluno estiver cumprindo esta medida, não poderá participar das aulas, nem fazer-se presente no recinto escolar. O mesmo não terá direito de fazer posteriormente provas ou trabalhos ocorridos neste período.

OBS.: Quando for aplicada esta sanção, será obrigatória a presença dos pais ou responsáveis, que deverão trazer em mãos e assinado o documento emitido pela escola comunicando a suspensão.

Esgotadas as medidas anteriores, a direção fará os devidos encaminhamentos ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente ou outros órgãos competentes, e poderá, em última instância, aconselhar a transferência do aluno para outro estabelecimento de ensino.

A Escola, reunida em Conselho, poderá criar mecanismo para coibir comportamentos individuais ou coletivos que venham prejudicar o processo ensino-aprendizagem e as normas da escola, ou outros atos ocorridos no recinto da escola que não estão relacionados nos itens anteriores.

A Direção da Escola pode tomar, a qualquer tempo, medidas cabíveis nos casos de indisciplinas, sempre em consonância com este PPP, para um melhor relacionamento entre discentes e docentes e Direção.

As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar, devendo apenas constar nos assentos escolares.

Os alunos que porventura não quiserem participar de alguma atividade promovida pela escola, que conste como dia letivo e para a qual tenha sido oferecido transporte escolar e não apresentar mediante isso nenhuma justificativa ficará impedido de participar de eventos. A mesma medida será aplicada àqueles que tiverem mais de três registros de ocorrência no ano letivo, por indisciplinas ou mau comportamento.

## BULLYNG ESCOLAR

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever de família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder Público, assegurar, com absoluta prioridade, todos os direitos infanto-juvenis fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito e

à liberdade, entre outros. Nesse sentido a escola deve ter regras claras contra o Bullying, que façam com o que todos saibam diferenciar entre brincadeiras e bullying, desenvolver programas antibullying que envolvam a equipe de ensino e a comunidade escolar, em parceria com outras entidades; estimular a discussão do tema entre o corpo docente, pais e alunos, com atividades que trabalhem o respeito e a tolerância às diferenças individuais e socioculturais.

#### Atitudes da escola:

- Esclarecimento para os alunos
- Esclarecimento para os pais
- Espaço para denúncias
- Maior circulação de professores e direção pela escola
- A tenção constante
- Fazer cumprir as regras
- Colocar esse assunto em discussão na escola
- Trabalhar constantemente sobre este tema
- Esclarecimento de penas para os que descumprirem as regras

#### Regras anti-bullying (penalidades)

##### 1) Registro do corrido:

- ✓ Ouvir as pessoas envolvidas;
- ✓ Refletir sobre a atitude e sugerir pedido de desculpas;
- ✓ Dependendo da gravidade do ocorrido, chamar os pais ou responsável dos alunos envolvidos.

##### 2) Em casos de Reincidências:

- ✓ Chamar os pais ou responsáveis e aplicar uma pena alternativa ao aluno ou alunos.

##### 3) Segunda Reincidência:

- ✓ Comunicar pais e Conselho Tutelar e aplicar uma pena alternativa.

#### Penas alternativas

- ✓ Ajudar em alguma atividade na escola
- ✓ Fazer um trabalho sobre BULLYNG e apresentar para a Equipe Diretiva.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial na perspectiva inclusiva, como a modalidade transversal a todos os níveis etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do atendimento Educacional Especializado prevendo na sua organização sala de recursos multifuncionais, espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e acessibilidade e equipamento específicos.

A Escola Dulce Almeida, já faz matrícula do aluno com deficiência e tem como parte integrante da educação regular, no mesmo período destinado a matrícula dos demais alunos.

A escola possui matriculados alunos com deficiências que apresentam diferentes tipos de deficiências, seja: física, intelectual, transtorno, autismo, síndrome de down entre outras, assim são atendidos e

garantido a permanência contribuindo com a inclusão. Na modalidade de ensino do fundamental II, do sexto (6º) ao nono (9º) ano.

A organização do tempo escolar prevista para os anos das etapas e modalidades da Educação Básica, estende-se a todos os alunos inclusive os com deficiências, transtornos globais desenvolvimento e altas habilidades, superdotação matriculados em classes especiais e nas salas de ensino regular.

As salas de ensino regular deverão ser constituídas com até 03 alunos com as mesmas deficiências conforme determina a resolução n.º291/2002CEE-MA.

A matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação nas salas de recursos multifuncionais é facultativa e está condicionada obrigatoriamente à sua matrícula nas salas de ensino regular.

A Unidade de Ensino “Dulce Almeida” propõe considerar em articulação com o setor de Educação Especial da SEMAD, a inclusão desses alunos nas salas regular, levando em consideração as necessidades educacionais específicas e a modalidade de ensino.

## **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Esse monitoramento e a avaliação perpassam todo o processo de revisão e/ou reestruturação do Projeto Político Pedagógico, consiste em analisar os objetivos e as metas para a tomada de decisões ao longo do ano letivo.

É preciso registrar as seguintes atividades.

- ✓ Avaliação geral – todos os envolvidos na Escola, especialmente ao final do ano;
- ✓ Análise e interpretação dos resultados da aprendizagem dos alunos e das ações desenvolvidas.



Estado do Maranhão  
 Prefeitura Municipal de Peritoró  
 Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
 Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

### RECURSOS HUMANOS

Professores quantidade	Função quantidade	Nível de forma não inicial quantidade	Acesso a formação continuada (qualificação) quantidade	Condições de trabalho na escola	Condição de estudos
25	24 Docentes 01 Diretor	Pedagogia 12 Letras 02 Historia 01 Matemática 02	E.e. infantil 03 doc. e superior 01 gest. escolar 01 filosofia 01 educação 01	Planejamento escolar gest. participativa ambiente favoravel e amistoso	Formação continuada na escola
Pessoal de apoio e administrativo Quantidade	Função Quantidade	Nível de formação Quantidade	Condição de trabalho na escola		
28	06 Ag. administrativos 15 a.o.s.g. 03 vigias	Ens. fundamental 03 ens. médio 19 pedagogia 02 l. e. fisica 01		Condições básicas de trabalho	



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## QUANTITATIVO DOS ALUNOS ANO 2017

### EDUCAÇÃO INFANTIL

01º PERÍODO	15
2º PERÍODO	16
3º PERÍODO	21
TOTAL	52

### ENSINO FUNDAMENTAL

1º ANO	26
2º ANO	23
3º ANO A	22
3º ANO B	20
4º ANO	34
5º ANO A	16
5º ANO B	20
6º ANO A	28
6º ANO B	28
7º ANO A	41
7º ANO B	40
8º ANO A	27
8º ANO B	21
9º ANO	43
TOTAL	389



Estado do Maranhão

Prefeitura Municipal de Peritoró

Secretaria Municipal de Educação

**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**

Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

## RECURSOS MATERIAIS

### SECRETARIA (MOBILIARIO)

QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO	EM USO	PARA CONSERTO	FORA DE USO
01	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS			X
01	ARMÁRIO DE 2 PORTAS	X		
02	GRAMPEADORES	X		
01	ALMOFADAS /CARIMBOS	X		
02	DATA SHOW			X
01	BEBEDOUROS TORNEIRAS 6	X		
01	MICROFONE			X
01	MONITOR PEQUENO	X		
01	CPU	X		
01	IMPRESSORA			X
01	TECLADO/COMPUTADOR	X		
02	CADEIRAS ACOLCHOADAS	X		
01	AR CONDICIONADO	X		
01	BOMBA SAPO	X		
01	CAIXA D'AGUA 1000 LITROS			

### LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO	EM USO	PARA CONSERTO	FORA DE USO
06	CADEIRAS PLÁSTICAS	X		
06	COMPUTADORES COM CPU	X		

01	AR CONDICIONADO	X		
01	IMPRESSORA			X
08	MESAS PARA COMPUTADOR	X		
06	ESTABILIZADORES	X		
08	CADEIRAS GIRATÓRIAS	X		

### SALA DE AULA

QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO	EM USO	PARA CONSERTO	FORA DE USO
06	MESAS DE PROFESSORES	X		
05	QUADROS ACRÍLICOS	X		
14	VENTILADORES/PAREDE	X		
197	CADEIRAS PARA ALUNOS	X		

### CANTINA

QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO	EM USO	PARA CONSERTO	FORA DE USO




## CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um colegiado constituído de acordo com as normas estabelecidas pela SEED, por membro nato, por representantes dos alunos, dos pais, por outros segmentos representativos da escola e da sociedade.

O Conselho escolar terá natureza deliberativa cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola, diretrizes e critérios relativos a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com a orientação e diretrizes, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação e deliberação.

As atribuições do conselho escolar definem-se em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho Escolar e das competências dos profissionais com exercício na Unidade Escolar.

O Conselho Escolar é uma nova forma de organizar a gestão da escola através da divisão de responsabilidades. Através dele é possível ampliar as possibilidades de soluções dos problemas e reforçar compromissos, criando a possibilidade de mudanças porque permite a união entre as pessoas com o auxílio do Conselho Escolar, a escola também pode tornar-se mais justa, pois nela estão representado os interesses dos diversos segmentos da comunidade.

Em nossa escola os membros do Conselho Escolar geralmente aparecem na escola quando são convocados e participam muito pouco das atividades escolares, principalmente no que diz respeito ao pedagógico.

Portanto constitui-se um desafio para a escola trazer o Conselho Escolar com mais frequência para seu espaço, envolvendo-se mais diretamente na atividades desenvolvidas, informando e conscientizando.

### Documentos da gestão escolar:

- Regimento Escolar da Escolas Publicas Municipais de Peritoró-MA
- Resolução n.º001/2016 de autorização e credenciamento e desativação das escolas.
- Estatuto do Colegiado Escolar PDE – Escola.
- Regimento interno da Escola.
- Plano Político Pedagógico.

## CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem caráter deliberativo, sendo momento de reflexão, avaliação, decisão, ação e revisão do processo ensino aprendizagem e deverá constar no calendário escolar.

O conselho de classe é o órgão colegiado de natureza deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem em que todos os sujeitos que constituem a escola avaliam, tomam decisões, ressignificam as ações e dinâmicas didático-pedagógicas.

É o fórum privilegiado para registrar os conteúdos aprendidos e os em defasagem, além do registro da nota.

O Conselho de Classe terá como finalidades:

a) avaliar o desempenho escolar da turma e dos educandos individualmente, a relação docente/educando, o relacionamento entre os próprios educandos e questões referentes ao processo pedagógico, no decorrer de cada bimestre do ano letivo;

b) encaminhar ações pedagógicas a serem adotadas, visando o estudo e a prática de alternativas pedagógicas que possibilitem melhoria no desempenho do educando;

c) deliberar a respeito da avaliação final dos alunos, considerando o parecer de conjunto de docentes das disciplinas da turma. As decisões e encaminhamentos do Conselho de Classe devem ser viabilizados e efetivados pelos setores responsáveis.

Toda alteração de nota e/ou frequência motivada por erro involuntário do docente ou por revisão de provas, que interfira na decisão do Conselho de Classe, este deverá ser reconvocato e o resultado da sua decisão ser encaminhado à Secretaria Escolar.

O Conselho de Classe será constituído pelos docentes da turma, direção, coordenação e secretaria. As reuniões de Conselho de Classe deverão realizar-se com a presença de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Na impossibilidade de um dos participantes se fazer presente, deverá encaminhar à coordenação do Conselho de Classe os registros e a decisão referentes a sua avaliação. Não havendo quorum para a realização do Conselho de Classe, o mesmo será cancelado e posteriormente, será marcada nova data e horário. Os encaminhamentos feitos em cada Conselho de Classe deverão ser levados à turma pelo Coordenador.

O planejamento do Conselho de Classe deverá ser realizado pelo Setor Pedagógico da escola e terá objetivos diferenciados em cada bimestre. Ele deve ser precedido por um momento preparatório para discussão dos critérios que orientam a avaliação e finalizado com o encaminhamento das sugestões.

O Conselho de Classe tem sobre sua responsabilidade:

Nos casos em que ocorram irregularidades ou dúvidas por parte dos alunos, pais ou responsáveis, quanto aos resultados obtidos, analisar o pedido de reconsideração dos pareceres;

Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo Projeto Político-Pedagógico;

Acompanhar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor;

Avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo de apropriação do conhecimento, da organização dos conteúdos e dos encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica.

Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, decidindo pela revisão da nota ou anulação e repetição de testes, provas e trabalhos destinados a avaliação do rendimento escolar emitidos pelo Conselho de Classe, nos casos relacionados no inciso anterior e esgotadas todas as possibilidades de solução para o problema, consultar a instância superior imediata para a decisão final;

Avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;

Responsabilizar o professor de cada disciplina, ao término do Conselho de Classe, pelo preenchimento do documento de avaliação e frequência, adotado pela rede municipal de ensino a ser entregue na Secretaria da Unidade Escolar;

Propor medidas para melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na turma;

Estabelecer planos viáveis de recuperação contínua e paralela dos alunos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico;

Assegurar a elaboração e execução dos planos de adaptação, classificação e reclassificação quando se fizer necessário, atendendo a legislação específica;

A coordenação do Conselho de Classe em planejamento, execução, avaliação e desdobramento estarão a cargo dos Especialistas em Assuntos Educacionais, juntamente com a Direção;

O Conselho de Classe reunir-se-á, ordinariamente, em cada bimestre em datas previstas no Calendário Escolar, e extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir, sem prejuízo do referido Calendário Escolar;

A convocação para as reuniões será feita através de aviso afixado ao quadromural e/ou em livro de avisos, com antecedência de 48 horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados, ficando os faltosos impossibilitado de registro em livro- ponto;

Nas reuniões do Conselho de Classe serão lavradas ata para registro, divulgação ou comunicação aos interessados.

O Conselho de Classe nesta Unidade de Ensino será realizado, por turma, bimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e desenvolvimento de competências.

Segundo a Legislação Vigente, o Conselho de Classe deve ser composto por professores, direção, pais e alunos. Desta forma, os conselhos ordinários serão realizados com estes segmentos, buscando-se sempre aperfeiçoar o tempo preservando a qualidade e a maior participação de todos, principalmente dos pais.

Neste ano o conselho de classe acontecerá da seguinte forma:

1º bimestre - professores, equipe diretiva e pedagógica.

2º bimestre - professores, equipe diretiva e pedagógica, pais e alunos.

3º bimestre - professores, equipe diretiva e pedagógica.

4º bimestre - professores, equipe diretiva e pedagógica.

## **ESTRUTURA PEDAGÓGICA – DIDÁTICA**

O Planejamento da prática pedagógica é um tema bastante discutido nas escolas brasileira mais ainda é interpretado como algo com pouco ou nenhuma utilidade para o trabalho do professor. Ao contrário, entendemos que o ato de planejar é uma ajuda para sequenciar e desenvolver uma proposta de ensino de qualidade, pois permite:

- Maior clareza;
- Pensar com antecedência;
- Verificar a carência entre o que se pretende alcançar com os alunos.

Planejar é necessário em qualquer atividade institucional. Porém é preciso que fique nítido que o planejamento que estamos falando supõe essencialmente, reflexão sobre o que se pretende, sobre como se faz e como se avalia. O planejamento é uma ferramenta nas mãos do professor o que lhe permite dispor de uma previsão sobre o que acontecerá durante a aula.

Um processo do planejamento que se pretende adequado precisa contemplar de algum modo, quatro dimensões: a continuidade e a diversidade dos conteúdos, provisoriamente e o coletivo como instância privilegiada de discussão e construção do próprio planejamento.

Um planejamento que considera o contexto da escola, heterogeneidade entre o coletivo da escola, das turmas e alunos, pressupõe níveis diferenciados de planejamento, que aqui estão abordados em quatro tipos: anual, periódico, quinzenal ou semanal (da rotina) e diário.

Planejamento anual é aqueles que são decididos os objetivos e conteúdos do ano em cada área do conhecimento, componente curricular, forma de avaliação e acompanhamento pedagógico dos alunos durante o ano.

Planejamento periódico acontece em períodos mais curto do ano letivo (semestre, trimestre, bimestre). É nessa instância que habitualmente são detalhados os projetos e a sequência de atividades que darão sustentação ao trabalho pedagógico.

Planejamento da rotina, também é chamado de organização do tempo pedagógico, pode ser quinzenal ou semestral é destinado a detalhar ainda mais as propostas, considerando: a organização do espaço a formação dos agrupamentos de alunos, a distribuição das atividades a serem realizadas durante o período, o material necessário para desenvolvê-las, pode ser particularmente organizada em conjuntos com os demais professores do mesmo ano, mas há uma parte que cabe ao professor que vai efetivamente trabalhar com sua turma.

Planejamento diário – Esse é o momento de trabalhar o que ainda for necessário para a aula do dia.

## **PROGRAMAS E PROJETOS**

### **PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC**

O pacto é um compromisso formal assumido pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, com objetivo de garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados até os oito anos de idade ao final do 3º Ano do Ensino Fundamental.

### **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

As salas de recursos multifuncionais constituem-se com espaços para ofertar atendimentos Educacional Especializado – AEE e ou complementar de natureza pedagógica, que utiliza recursos educacionais específicos e adequados às necessidades dos alunos públicos alvo da Educação Especial.

## **DIRETRIZES GERAIS**

1- a Inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos das instituições de ensino ocorrerá na forma determinada pela resolução n.º242/2010 –CEE-MA.

2- As escolas que possuem livros novos com triênio vencido, deverão disponibilizá-los aos estudantes como material de pesquisa ou doá-los à escola comunitária.

3- As escolas que possuem livros usados fora do triênio, poderão doá-los para empresas de reciclagens conforme Portaria n.º382/2012.

4- Atas de resultados finais das avaliações dos estudantes deverão ser entregues à Supervisão de Inspeção Escolar até um mês após o término do ano letivo.

5- Encaminhar a supervisão de inspeção Escolar, solicitação de renovação, de reconhecimento e credenciamento dos cursos já existentes (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

## **ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO ESCOLA**

A organização do Horário Escolar deve ser feito considerando a necessidade de planejamento a área de conhecimento. As horas atividades dos professores de uma mesma área devem coincidir de forma que os professores estejam livres para planejar conjuntamente por área.

No horário escolar deve constar a indicação das horas de planejamento com as siglas:

- PEH (PLANEJAMENTO ESCOLAR – ÁREA HUMANA)
- PEC (PLANEJAMENTO ESCOLAR – CIÊNCIAS)
- PEM (PLANEJAMENTO ESCOLAR – ÁREA MATEMÁTICA)
- PEL – (PLANEJAMENTO ESCOLAR – ÁREA LINGUAGEM)

EXEMPLO:

HORAS/DIAS	SEGUNDA FEIRA
1º HORÁRIO	MTM
2º HORARIO	LP
3º HORÁRIO	MAT
4º HORÁRIO	PEH

5º HORÁRIO	PEH
6º HORÁRIO	PEH

Considerando as horas atividades que o professor tem para planejamento, formação continuada e outras atividades inerentes ao magistério, orienta-se que no mínimo cada área tenha 4 horários de aula disponível para planejamento. A organização dos conteúdos escolares em áreas de conhecimento indica a intencionalidade em promover a comunicação de determinadas competências na formação dos alunos de acordo com o objeto específico. Isto significa dizer que o conjunto de aprendizagem consolidadas é responsável pelo desenvolvimento das competências da área.

## **ORGANOGRAMA**

### 1 Direção Geral.

#### 1.1 Departamento Administrativo.

- Setor de patrimônio imobiliários e utensílios.
- Setor de escrituração.
- Setor de informática.
- Setor de alimentação escolar (copa e cozinha).
- Setor de acervo bibliográfico (biblioteca)
- Setor de limpeza e meio ambiente.
- Setor de comunicação e agenda colegiado.

#### 2 Departamento de Pedagogia.

##### 2.1 Setor de coordenação e supervisão escolar.

##### 2.2 Setor de Orientação educacional e oficina pedagógica.

##### 2.3 Setor de coordenação de eventos pedagógicos.

#### 3 Departamento de Finanças.

##### 3.1 Setor de planejamento (de ações do PDE – Escolar).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Projeto Político Pedagógico só se tornará viável a partir do construir e reconstruir nossas ações e, conjunto. Nesse sentido direção, especialistas, professores, funcionários, pais e alunos deverão avaliar, refletir, propor ações, redimensionar os caminhos para que os objetivos aqui proposto sejam realmente alcançados.

Serão necessários vários momentos de reflexão, análise e socialização para que possamos avaliar nossa prática educativa:

- Como estamos caminhando?
- Estamos no caminho certo?
- Quais os nossos indicadores de qualidade?
- São positivos ou negativos:
- O que precisamos melhorar?
- Em que precisamos melhorar?

Em fim esta proposta pressupõe um trabalho coletivo, pois como diz João Cabral de Melo Neto: UM GALO SOZINHO NÃO TECE UMA MANHÃ. Para que essa proposta tenha êxito é preciso que cada um faça a sua parte na grande tapeçaria da escola e da educação, pois “o mundo é uma incrível tapeçaria não realizada e só você pode preencher aquele pequeno espaço que é seu” LÉO BUSCAGLIA.



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Peritoró  
Secretaria Municipal de Educação  
**UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DULCE ALMEIDA**  
Rua do Campo Brasil, s/n, Filipinho/ CEP.: 65418-000 - Peritoró-MA

Peritoró, 23 de junho de 2017

Marta de Sousa Silva

**Diretora**

**Homologado em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_